



**Liliana de Oliveira  
Sargaço**

**A Dissolução de Sociedades em Portugal num  
Contexto de Crise**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Francisco Carvalho de Sousa, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro



Dedico este trabalho ao meu namorado pois foi a pessoa que mais me apoiou no alcance deste objetivo.



## **O júri**

Presidente

**Professor Doutor Sérgio dos Santos Barreto**  
Professor Adjunto da Universidade de Aveiro

Vogal

**Professor Doutor João Francisco Carvalho de Sousa**  
Professor Adjunto da Universidade de Aveiro

Vogal

**Professora Doutora Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho**  
Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Tecnologia e Gestão



## **Agradecimentos**

Agradeço à minha mãe pelo apoio e compreensão, assim como ao meu namorado que me acompanhou durante esta fase da minha vida.

Agradeço ao meu orientador pelos conselhos e apoio na realização deste trabalho





## Palavras-chave

Crise internacional; dissolução de sociedades; Indicador de dissolução.

## Resumo

A mais recente crise internacional, denominada crise do *subprime*, trouxe graves consequências para a economia mundial. Tendo origem no setor imobiliário dos EUA, desencadeou uma crise interbancária que rapidamente se transformou numa crise económico-financeira. Vários fatores contribuíram para a globalização desta crise, tais como a titularização dos créditos, os CDS e os especuladores. Os Governos dos Estados foram obrigados a tomar medidas drásticas na tentativa de conter o problema.

O encerramento de sociedades por todo o mundo foi um acontecimento dramático, dados os graves problemas económicos, financeiros e sociais que criaram. Portugal foi um dos países severamente afetados pelo encerramento de sociedades. Dado a dimensão do problema, o objetivo geral do estudo é averiguar o impacto da crise em Portugal ao nível da dissolução de sociedades.

Analisar-se-á a evolução anual da dissolução das sociedades em Portugal entre 2008 e 2015 de forma a obter uma perspetiva global. Seguidamente desagregaremos a análise por Distrito e por CAE, identificando os distritos com maior número de sociedades dissolvidas e também os setores de atividade mais afetados pelo fenómeno da dissolução.

Desenvolveremos igualmente uma análise com recurso à elaboração de um “indicador de dissolução”, por forma a analisar o fenómeno numa perspetiva de ponderação das sociedades dissolvidas em função das sociedades em atividade.



## **Keywords**

International crisis; Dissolution of Commercial enterprises; Dissolution index.

## **Abstract**

The latest international crisis, known as the subprime crisis, brought serious consequences to the World economy. Having its origin traced back to the U.S. real estate market, it triggered an interbank crisis that quickly affected the whole financial system and the global economy. Several factors contributed to the globalization of this crisis, such as the securitization of credits, CDS and speculators. The governments of the States have been forced to take drastic steps to contain the problem.

The closure of societies around the world was a dramatic event, given the serious economic, financial and social problems they had created. Portugal was one of the countries severely affected by the closure of societies. Due to the scale of the problem, the overall objective of the study is to investigate the impact of the crisis in Portugal on the level of societies.

The annual evolution of the dissolution of societies in Portugal between 2008 and 2015 will be analyzed in order to obtain a global perspective. We will then disaggregate the analysis by District and CAE, identifying the districts with the largest number of dissolved societies and also the sectors of activity most affected by the phenomenon of dissolution.

We will also carry out an analysis using an "indicator of dissolution", in order to analyze the phenomenon in a perspective of weighting the societies dissolved according to the societies in activity.



# ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>	<b>III</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS.....</b>	<b>V</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>1 Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2 A crise financeira de 2008 .....</b>	<b>3</b>
2.1 A crise nos Estados Unidos da América (EUA) .....	3
2.1.1 Os mecanismos de propagação.....	6
2.1.2 A atuação dos EUA na ultrapassagem da crise .....	8
2.2 A crise na União Europeia (UE) .....	9
2.2.1 Enquadramento .....	9
2.2.2 As medidas de estabilização e recuperação implementadas na UE.....	12
2.3 A crise em Portugal.....	14
2.3.1 A dissolução de sociedades em Portugal e a crise económica .....	18
<b>3 Enquadramento teórico.....</b>	<b>21</b>
3.1 Dissolução de sociedades.....	21
3.1.1 Considerações prévias .....	21
3.1.2 Tipologia e causas de dissolução.....	22
3.1.3 Da deliberação da dissolução .....	26
3.1.4 Do registo da dissolução .....	27
3.2 Liquidação de sociedades .....	28
3.2.1 Considerações prévias .....	28
3.2.2 Modificações da estrutura orgânica societária após a dissolução.....	29
3.2.3 Tipologias de liquidação.....	30
3.2.4 A figura do(s) liquidatário(s).....	31

3.2.5	A atuação e remuneração dos liquidatários .....	33
3.2.6	As funções e responsabilidades dos liquidatários.....	34
3.2.7	Cessação de funções do liquidatário.....	37
3.2.8	O processo de liquidação .....	38
<b>4</b>	<b>Metodologia .....</b>	<b>45</b>
4.1	Objetivos e Questões de Investigação.....	45
4.2	Método de investigação .....	46
4.3	Recolha e Tratamento dos Dados .....	46
<b>5</b>	<b>Análise de Dados .....</b>	<b>49</b>
5.1	Apresentação e análise.....	49
5.2	Síntese de resultados .....	76
<b>6</b>	<b>Conclusão e trabalhos futuros .....</b>	<b>79</b>
6.1	Conclusão.....	79
6.2	Sugestões para trabalhos futuros.....	81
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>83</b>
	<b>ANEXO A: DISSOLUÇÕES POR CAE, 2008 A 2015.....</b>	<b>88</b>
	<b>ANEXO B: IDENTIFICAÇÃO DOS CAE.....</b>	<b>89</b>
	<b>ANEXO C: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. PONDERAÇÃO POR DISTRITO, 2008 A 2015.....</b>	<b>91</b>
	<b>ANEXO D: POSIÇÃO DE DISTRITO COM RECURSO AO INDICADOR DE DISSOLUÇÃO.....</b>	<b>95</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: CONSTITUIÇÕES E DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES .....	18
TABELA 2: SOCIEDADES DISSOLVIDAS EM PORTUGAL – 2008 A 2015 .....	50
TABELA 3: SOCIEDADES DISSOLVIDAS POR FORMA JURÍDICA .....	51
TABELA 4: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES POR DISTRITO E POR ANO .....	54
TABELA 5: COMPARAÇÃO DO TOTAL DE DISSOLUÇÕES – GLOBALMENTE E POR CAE .....	59
TABELA 6: AVEIRO – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015 .....	61
TABELA 7: BRAGA – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015 .....	62
TABELA 8: LISBOA – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015 .....	62
TABELA 9: PORTO – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015 .....	63
TABELA 10: SETÚBAL – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015 .....	63
TABELA 11: SOCIEDADES EM ATIVIDADE. 2007 A 2015 .....	65
TABELA 12: SOCIEDADES DISSOLVIDAS E SOCIEDADES EM ATIVIDADE, 2008 A 2015 .....	66
TABELA 13: SOCIEDADES EM ATIVIDADE POR DISTRITO E POR ANO .....	67
TABELA 14: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2008 .....	68
TABELA 15: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2009 .....	69
TABELA 16: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2010 .....	70
TABELA 17: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2011 .....	70
TABELA 18: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2012 .....	71
TABELA 19: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2013 .....	72
TABELA 20: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2014 .....	72
TABELA 21: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2015 .....	73
TABELA 22: POSIÇÃO DE DISTRITO COM RECURSO AO INDICADOR DE DISSOLUÇÃO .....	78





## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB NA UE A 28 E ZONA EURO A 18 PAÍSES .....	10
GRÁFICO 2: TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO .....	11
GRÁFICO 3: TAXA DE DESEMPREGO.....	12
GRÁFICO 4: PIB (2007 A 2015) EM VOLUME – TVH – PORTUGAL E ÁREA EURO (AE).....	16
GRÁFICO 5: DÍVIDA BRUTA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM % DO PIB E EM MILHÕES DE EUROS - ANUAL .....	17
GRÁFICO 6: TAXAS DE DESEMPREGO EM PORTUGAL, NA EU A 25 E NA ZONA EURO .....	17
GRÁFICO 7: SOCIEDADES DISSOLVIDAS EM PORTUGAL – 2008 A 2015.....	50
GRÁFICO 8: SOCIEDADES POR QUOTAS – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015 .....	51
GRÁFICO 9: SOCIEDADES UNIPESSOAIS – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015.....	52
GRÁFICO 10: SOCIEDADES ANÓNIMAS – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015.....	53
GRÁFICO 11: AVEIRO – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015.....	55
GRÁFICO 12: BRAGA – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015 .....	56
GRÁFICO 13: LISBOA – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015 .....	56
GRÁFICO 14: PORTO – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015 .....	57
GRÁFICO 15: SETÚBAL – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015 .....	58
GRÁFICO 16: EVOLUÇÃO ANUAL DA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES PARA OS CINCO MAIORES CAE .....	60
GRÁFICO 17: NÚMERO DE SOCIEDADES EM ATIVIDADE EM PORTUGAL .....	65
GRÁFICO 18: SOCIEDADES DISSOLVIDAS E INDICADOR DE DISSOLUÇÃO.....	66
GRÁFICO 19: NÚMERO DE SOCIEDADES DISSOLVIDAS POR DISTRITO, 2008 A 2015 – ESCALA LOGARÍTMICA...	74
GRÁFICO 20: INDICADOR DE DISSOLUÇÃO POR DISTRITO, 2008 A 2015 .....	75



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**Al.** – Alínea

**Al.<sup>as</sup>** – Alíneas

**Art.<sup>o</sup>** - Artigo

**Art.<sup>os</sup>** – Artigos

**C.Civ.** – Código Civil

**P.** – Página

**N.<sup>o</sup>** - Número

**N.<sup>os</sup>** - Números

**Fed** – *Federal Reserve*



## LISTA DE SIGLAS

**BCE** – Banco Central Europeu

**CAE** – Código de Atividade Económica

**CSC** – Código das Sociedades Comerciais

**CDS** – *Credit Default Swaps*

**DL** – Decreto-lei

**EUA** – Estados Unidos da América

**FEFF** – Fundo Europeu de Estabilização Financeira

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**MEEF** – Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**PEC** – Programa de Estabilidade e Crescimento

**PIB** – Produto Interno Bruto

**RJPADLEC** – Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e de Liquidação de Entidades Comerciais

**TARP** – *Troubled Asset Relief Program*

**TVH** – Taxa de Variação Homóloga

**UE** – União Europeia

**UE25** – União Europeia a 25 países

**UE28** – União Europeia a 28 países

**UEM** – União Económica e Monetária



## 1 INTRODUÇÃO

O ano de 2008 ficou marcado pela grave crise internacional iniciada nos EUA, amplamente conhecida como crise americana do *subprime*. O *subprime* é um empréstimo de alto risco que tinha o objetivo de facilitar o acesso ao crédito à habitação. A concessão de crédito imobiliário foi de tal modo simplificada que levou a um enorme aumento da procura deste tipo de crédito, o que desencadeou um aumento do preço dos imóveis, formando uma “bolha” no setor imobiliário. Para combater a inflação, as taxas de juro aumentaram e por conseguinte, aumentaram as prestações dos empréstimos. As consequências foram, nomeadamente, a diminuição da procura de bens imóveis e o *default* das famílias contraentes deste tipo de crédito.

A propagação do problema é de tal modo rápida e envolvente que a denominada “crise americana” rapidamente se transforma numa crise mundial, deixando de ser só uma crise interbancária para passar a ser uma crise económica mundial.

Daqui resultou que a Europa foi tão afetada como os EUA, passando de uma crise entre bancos para uma crise bastante complexa, ao afetar as dívidas soberanas dos países europeus. As consequências foram gravíssimas, as sociedades começam a encerrar a uma velocidade muito rápida, as famílias a perderem os seus empregos e consequentemente a diminuírem o seu poder de compra, do qual resultou um ciclo vicioso, em que apesar dos esforços dos governos para quebrar este ciclo, os problemas ainda hoje persistem.

Portugal foi um dos países mais afetados por esta crise mundial, embora já houvessem evidências de que o país não se encontrava nas melhores condições, mesmo antes da crise. Como primeiros sinais alarmantes temos a falência do Banco Português de Negócios em 2008 e em 2010, a falência do Banco Privado Português.

As sociedades portuguesas são confrontadas com grandes problemas de acesso ao crédito, o que somando ao cada vez mais baixo poder de compra das famílias, originou problemas graves para a sua manutenção em atividade.

Atendendo ao elevado encerramento de sociedades neste contexto de crise, identificamos o objetivo geral deste trabalho que é o de perceber a dimensão da dissolução de sociedades em Portugal num contexto de crise económica, através da análise da informação no período

temporal de 2008 a 2015. A informação foi recolhida *online*, no site *Racius*, e após o seu tratamento procurámos responder ao problema identificado.

O presente trabalho é composto pela presente introdução, no segundo capítulo a preocupação foi contextualizar o episódio da crise internacional iniciada nos EUA e a maneira como se expandiu à Europa e a Portugal. No terceiro capítulo o objetivo é fazer um enquadramento jurídico para a dissolução de sociedades em Portugal, de forma a perceber como se desenvolve o processo no nosso país. No quarto capítulo identificamos a metodologia de investigação, definindo o método e técnicas utilizadas para responder ao problema de investigação. No quinto capítulo são apresentados os resultados do estudo no que respeita à evolução da dissolução de sociedades em Portugal entre 2008 e 2015. Em primeiro lugar de uma forma geral e por forma jurídica, seguidamente de uma maneira mais detalhada, identificamos os distritos mais afetados pelo número de unidades dissolvidas, assim como os setores de atividade mais expostos à crise. Seguidamente tentamos perceber a evolução do número de sociedades dissolvidas em Portugal em cada ano, tendo em conta as sociedades em atividade a 31 de dezembro do ano anterior. Tentámos responder à referida questão também em termos globais, assim como em termos distritais, através do indicador de dissolução. Este indicador permitiu-nos obter um novo *ranking* de dissoluções distritais diferente do anteriormente obtido tendo em conta apenas o número de sociedades dissolvidas.

No sexto e último capítulo apresentamos as conclusões extraídas deste trabalho assim como algumas propostas para novas investigações.



## 2 A CRISE FINANCEIRA DE 2008

### 2.1 A CRISE NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)

A crise Americana do *subprime*, devido à sua severidade e consequências para os mercados internacionais, é um dos eventos económicos mais inesperados depois da Grande Depressão de 1929, despertando grande interesse por parte de académicos, investidores e políticos (Dimitriou & Simos, 2013). Em contraste com esta afirmação, Bondt (2010) realça que apenas os seus fatores eram imprevisíveis, seja o momento exato, o local de deflagração e a sua severidade.

A identificação da causa da crise não é consensual, mas é reconhecido que o seu ponto de ebulição está associado ao desmoronamento do mercado de crédito hipotecário americano, denominado de alto risco (*subprime*). Este anglicismo, amplamente difundido na comunicação social, representa um tipo de empréstimo de alto risco que tem como função facilitar o acesso ao crédito à habitação a uma camada da população, que de outra forma não conseguiria obter um empréstimo dito normal (*prime*). No *subprime* existe uma grande possibilidade de incumprimento por parte do mutuário e, para compensar este facto, os mutuantes esperavam sempre um incremento dos preços dos imóveis para assim limitar o risco. Caso o mutuário não conseguisse pagar a hipoteca, o mutuante contava sempre em revender o imóvel por um preço mais elevado (Comissão Europeia, 2011).

A concessão de crédito imobiliário era de tal modo simplificada que levou a um enorme aumento da procura deste tipo de crédito, o que desencadeou um aumento do preço dos imóveis, com a formação de uma “bolha” no setor imobiliário.

Apesar de a crise ter surgido em 2008, segundo Soto (2012), existe uma aceitação generalizada de que a sua origem é anterior. Uma das hipóteses avançadas é o decréscimo das taxas de juro em 2001, decretada pelo Presidente da Reserva Federal Americana, Alan Greenspan, facto que ajudou na concessão de crédito hipotecário e que por conseguinte estimulou o consumo no mercado imobiliário. Os preços inflacionados dos imóveis são consequência do aumento de dinheiro disponível, levando assim ao aumento da “bolha” imobiliária.

Em 2005 ocorreu uma subida das taxas de juro para combater a inflação e, imediatamente, as prestações dos empréstimos aumentaram. Esta situação teve duas consequências: uma

diminuição na procura de bens imóveis e o *default*<sup>1</sup> de várias famílias do segmento *subprime*. Os contraentes deste tipo de empréstimo eram pessoas a quem, pela primeira vez, lhes tinha sido concedido crédito imobiliário detendo um fraco historial de crédito, rendimentos baixos ou irregulares, ou rendimentos sem indicação de proveniência. Adicionalmente, quem contraía um empréstimo de risco, acabava por pagar recorrendo a outro empréstimo e dando como garantia o imóvel. Um fator que ampliou a procura de crédito foi a circunstância do normativo fiscal nos EUA (Estados Unidos da América) ser encorajador nesse sentido, dados os juros da hipoteca serem dedutíveis nos impostos. O crescente número de incumprimentos bancários desvalorizou massivamente os títulos representativos desses créditos, até ao ponto de deixarem de ser negociáveis e criarem um clima de desconfiança interbancária (Cohen, 2008).

Tais factos tornaram-se num ciclo vicioso a nível mundial, quando os bancos norte-americanos começam a revender esses créditos titularizados e tóxicos, a outros bancos de todo o mundo, com o objetivo de dispersar o risco e conseguir crédito ao alienar os créditos próprios. A situação de sobrevalorização inverte-se, quando os mutuários deixam de pagar os seus empréstimos e o valor dos ativos tóxicos cai a pique, desencadeando a falta de liquidez nos bancos que deixaram de ter capacidade para conceder novos empréstimos hipotecários. Como consequência a procura de imóveis diminui drasticamente e o seu valor diminuiu também (Serrano, 2014).

Em 2006, 10% do crédito hipotecário americano era do tipo *subprime*, tendo-se iniciado no 2.º semestre de 2007 a turbulência no setor ao ocorrer o colapso da “bolha” do imobiliário nos EUA, implicando uma diminuição drástica no preço dos imóveis, o que traiu a lógica do *subprime*. A taxa média de incumprimento que era de 11% em 2006 passou para mais de 20% em 2008 (Comissão Europeia, 2011).

Segundo um estudo de Dimitriou e Simos (2013), durante o pico da crise foram recolhidas evidências de contágio em catorze mercados emergentes, assim como do Ocidente ao Leste Europeu. Surgem três aspetos de relevo nesta análise, primeiro foram encontradas formas indiretas de contágio no mercado Chinês, via mercado Japonês e como resultado, a China é

---

<sup>1</sup> Deixar de fazer alguma coisa, como pagar uma dívida com obrigatoriedade legal. Por exemplo, as pessoas que falham o pagamento das suas hipotecas, poderão ter as suas casas hipotecadas.  
<http://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/default>

indiretamente afetada pela crise dos EUA. Segundo aspeto, o Japão e os países pertencentes à UEM (União Económica e Monetária)<sup>2</sup> são afetados diretamente pela crise dos EUA e terceiro, a UEM é também diretamente afetada pelo Japão.

Os bancos centrais viram-se obrigados a colocar capital no sistema bancário pelas razões já mencionadas e dá-se então a “queda dos gigantes”, o *Northern Rock* no Reino Unido e o *Lehman Brothers* nos EUA. A globalização da crise é incrivelmente rápida devido à interligação económica entre os diversos países e que se tem vindo a acentuar nos últimos anos (Serrano, 2014).

Uma das características singulares desta crise é o facto de não ter sido criada por um fator externo (como por exemplo a crise energética ou choque petrolífero), ao invés, nasceu no seio da maior economia mundial, pela falência do seu sistema financeiro. As consequências extrapolaram o mercado financeiro e imobiliário e atingiram de forma indiferenciada todos os sectores de atividade numa escala global, através de fatores comerciais conexos que tornam os mercados interdependentes (Castro, Anjos, Esteves, & Magalhães, 2010).

Segundo Bondt (2010), muito do que aconteceu vai de encontro à Teoria de Dívida-Deflação de Irving Fisher de 1933. Fisher alertava para um estado de permanente sobre-endividamento, que multiplica as hipóteses de *default*, caso as instituições financeiras não possuíssem ativos líquidos para cobrirem os riscos, ou se fossem incapazes de se refinanciarem, o que neste caso leva os bancos a serem forçados a liquidar bens. Vendas apressadas que com frequência implicam perdas, *distress sales*<sup>3</sup>, podem levar à diminuição do valor do bem (deflação), menores empréstimos bancários e crescentes encargos com dívida, o que podem levar a mais *distress sales*.

---

<sup>2</sup> Atualmente fazem parte da UEM os seguintes países: Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal, Finlândia, Grécia, Eslovénia, Chipre, Malta, Eslováquia, Estónia, Letónia e Lituânia.

<sup>3</sup> Venda por necessidade financeira, normalmente abaixo do valor de mercado.

## **2.1.1 Os mecanismos de propagação**

### **2.1.1.1 A Titularização**

A titularização é uma operação financeira que tem como finalidade a partilha de riscos, criando um produto que engloba as carteiras de empréstimos de alto risco (*subprime*), podendo estas ser negociadas como títulos com nível de risco variável.

Com este artifício o risco de incumprimento é partilhado entre muitos credores, criando assim uma garantia, enquanto os *defaults* aparecem como casos isolados. Em caso de incumprimento maciço e simultâneo, como se veio a verificar na crise do *subprime*, a titularização alastrou o risco a todo o sistema.

A falta de transparência e os elevados níveis de complexidade das operações de titularização tornaram extremamente difícil a avaliação de risco de exposição aos “ativos tóxicos” (Comissão Europeia, 2011).

### **2.1.1.2 Os CDS – Credit default Swaps**

Em janeiro de 1994, um dos mais prestigiosos bancos de investimento, o JP Morgan, inventou o conceito de *Credit Default Swap*, um instrumento financeiro derivado transacionado em mercado não regulamentado (OTC – *Over the Counter*). O CDS consiste num contrato que determina um fluxo de pagamentos entre as partes contraentes, em datas futuras. O risco de incumprimento é transferido para o vendedor do *swap*, permitindo aos participantes a oportunidade de transferir o risco do crédito, sem transferir o bem em causa.

O mercado de CDS atrai todo o tipo de investidores com propósito especulativo e protege-os contra a perda do pagamento em dinheiro que emprestou a uma terceira pessoa (Gonenc, Schorer, & Appel, 2007).

Dito de outra forma, neste contrato fica assente que o vendedor de um CDS (exemplo: Seguradora *Fannie Mae*) irá compensar o comprador [geralmente o credor de um empréstimo (exemplo: Banco *Lehman Brothers*)], na eventualidade de um não cumprimento do pagamento de uma hipoteca. O comprador do CDS faz uma série de pagamentos (denominados *spreads*) ao vendedor e em troca recebe um pagamento no caso de existir um *default* do empréstimo; neste caso, o vendedor do CDS toma posse do bem imobiliário.

### 2.1.1.3 Os Especuladores

Os ativos geridos por *Hedge Funds*<sup>4</sup> cresceram a um ritmo anual de 25% desde 1990 até Junho de 2008, com um pico no valor de \$2 biliões (milhões de milhões), nesse mesmo ano. Este valor representa menos de 1% do total dos ativos financeiros dos EUA (capital social, dívida pública e privada e depósitos bancários), que em 2009 era de aproximadamente \$200 biliões (Eshraghi & Taffler, 2012) .

Morgan (2013) defende que, embora os *Hedge Funds* representassem uma parte minoritária desses ativos, a sua influência é tremendamente desproporcional. Em 2006, estimou-se que 50% dos ativos negociados na bolsa de Nova York e Londres eram *Hedge Funds*.

Não existe nenhuma definição do termo *Hedge Fund* que seja universalmente aceite. Segundo Eshraghi & Taffler (2012), um *Hedge Fund* é, de uma maneira geral, um termo utilizado para descrever uma fatia de investimento privado, de forma não registada e não regulamentada, à qual estão associados, tipicamente, investidores sofisticados e abastados.

Um dos grandes riscos dos *Hedge Funds* é a assimetria de informação que existe entre gestores e clientes. Como raramente o histórico e composição do *Hedge Fund* é partilhado com o público em geral e os compradores têm dificuldade em acompanhar a sua evolução, dada a complexidade inerente ao fundo, os gestores operam sem regras. Em suma, é quase impossível distinguir um *Hedge Fund* sólido de um *Hedge Fund* composto por “ativos tóxicos”, devido à assimetria de informação. Este facto leva ao desincentivo da constituição de *Hedge Funds* sólidos.

O que se verificou foi que a rentabilidade de um *Hedge Fund* tóxico era a mesma que um sólido, pois os investidores não sabiam o que estavam a comprar. O sistema propagou-se até à crise, existindo evidências notórias de que o retorno era, até então, superior ao retorno de outros investimentos.

Com o desenrolar da crise de crédito e com a profunda queda da liquidez nos mercados financeiros em 2008, os altos retornos dos *Hedge Funds* colapsaram, perdendo em média um terço do seu valor. A saída do mercado de muitos investidores provocou a implosão de muitos fundos, o que despoletou sérias acusações a todos os envolvidos nos *Hedge Funds*.

---

<sup>4</sup> Em português "Fundos de Cobertura de Risco".

Nessa altura, políticos, reguladores de mercado e banqueiros de investimento, passaram a culpabilizar este tipo de fundos pelo descalabro financeiro verificado.

### **2.1.2 A atuação dos EUA na ultrapassagem da crise**

O consumo privado americano desceu abruptamente em finais de 2008, o que representou um desvio à linha tendencial de subida que vinha ocorrendo desde os anos 80 do século XX.

Face à profunda crise financeira instalada, o governo americano foi obrigado a tomar medidas. Assim, políticas monetárias e fiscais foram aplicadas para combater o declínio económico. Para reforçar a liquidez do sistema financeiro, durante 2008 e 2009, o *Federal Reserve* (Fed) diminuiu a taxa de fundos federais (taxa de juro) para perto de zero e ampliou o seu papel de “*lender of last resort*”<sup>5</sup>, criando programas de empréstimo para melhorar a liquidez do sistema financeiro e induzir maior confiança entre os credores.

Em 18 de Março de 2009, o Fed anunciou a compra de 300 mil milhões de dólares de Títulos do Tesouro, 200 mil milhões de dólares de dívidas de agências seguradoras imobiliárias e 1,25 mil milhões de títulos de crédito hipotecário.

Outra das grandes medidas foi a promulgação em 2008, da Medida de Estímulo Económico no valor de 120 mil milhões de dólares. Esta medida concretizou-se na redução de impostos dos agregados familiares e em regras de depreciação avançada para as empresas. Para aprofundar resultados, foi em 2009 decretada a medida designada “Recuperação e Reinvestimento Americano”, que consistiu num pacote de ajuda no valor de 787 mil milhões de dólares, dos quais 286 mil milhões em cortes fiscais e os restantes 501 mil milhões em aumento de gastos governamentais. As expectativas eram de que as medidas decretadas aumentassem o PIB (Produto Interno Bruto) entre 1,5% e 4,2% em 2010.

Em termos de medidas extraordinárias, o Congresso e a Administração Bush aprovaram em 2008 a Lei de Estabilização Económica de Emergência, criando o *Troubled Asset Relief Program* (TARP). O TARP autorizou o Tesouro a usar até 700 mil milhões de dólares para reforçar diretamente a posição de capital dos bancos ou remover ativos problemáticos dos seus balanços (Elwell, 2013).

---

<sup>5</sup> Credor de último recurso.

A recuperação económica começou em meados de 2009, mantendo-se o PIB positivo desde essa data, com algum desaceleramento em 2011. As Bolsas de Valores recuperaram dos seus valores mais baixos e a taxa de desemprego aumentou moderadamente. Por outro lado, ainda são evidentes debilidades na economia, particularmente no sector imobiliário.

Segundo o relatório de Elwell (2013), num ciclo económico típico do pós-Guerra, o crescimento anormalmente baixo durante um período de recessão é rapidamente seguido de um período de recuperação com crescimento acima do normal. Esta recuperação baixa a taxa de desemprego, mas assim que a economia atinge o pleno emprego, o crescimento retorna os níveis normais. No caso em análise, o receio é de que a recuperação não seja tão fulgurante e que a taxa de crescimento se mantenha débil, devido a problemas na relação oferta-procura.

O *New York Post* relata em abril de 2015 que, embora o setor privado tenha criado aproximadamente 3,6 milhões de empregos desde o início de 2014, o número de trabalhadores americanos só agora se aproximou dos valores de 2008, com a desvantagem de uma família com dois membros trabalhadores, auferir ligeiramente menos dinheiro em 2013 do que em 2003, valores ajustados à inflação (Gelinas, 2015).

## **2.2 A CRISE NA UNIÃO EUROPEIA (UE)**

### **2.2.1 Enquadramento**

A análise do contágio entre bancos é o foco de um estudo feito por Philippas, Koutelidakis & Leontiisis (2015). Nesse estudo os bancos são analisados como membros de uma rede e não como instituições isoladas. No documento é afirmado que a recente crise financeira foi exacerbada pela natureza interconectada do sistema financeiro moderno.

Tudo começa com a crise do *subprime* nos EUA e rapidamente se transforma numa crise interbancária, envolvendo imediatamente a dívida soberana de países Europeus. Nenhum banco é uma ilha, fazendo parte de uma complexa e interligada rede financeira global. Como consequência desse facto, a UE, e mais particularmente o Banco Central Europeu (BCE), têm aumentado a frequência de *stress tests* aos bancos como medida de precaução de novas iminências de falência a instituições bancárias europeias.

Num estudo elaborado por Ahmad, Bhanumurthy & Sehgal (2014) sobre o contágio financeiro, foram analisadas as dinâmicas entre mercados de ações de cinco membros da UE

(Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália). Segundo os autores, o termo contágio é legitimamente aplicado, difundindo-se na comunicação social, pois foram verificados aumentos substanciais de correlações entre diferentes bolsas de valores de Estados Membros da UE quando comparadas com períodos considerados estáveis.

“A Europa foi tão afetada quanto os EUA; exemplo disso foi a nacionalização em Fevereiro de 2008 do *Northern Rock*, o maior banco de crédito hipotecário do Reino Unido”(Comissão Europeia, 2011, p.8) . Esta afirmação demonstra o quanto a Europa foi afetada pela crise do *subprime* com a queda de um dos maiores bancos europeus. Segundo a mesma fonte, ainda em 2008, a crise financeira começou a atingir a economia real. Em 2009 o PIB mundial baixou 0,6%, sendo a primeira recessão a nível mundial desde a Segunda Guerra Mundial.

Ainda assim, a crise não afetou todos os países da mesma forma, ou seja, os países mais desenvolvidos foram mais afetados do que os países considerados emergentes. O PIB da UE diminuiu drasticamente, sendo a Polónia o único Estado-Membro a registar um crescimento positivo. A taxa de desemprego média da UE passou de 6,1% em 2008 para 10% em 2010 e nos EUA, de 5,8% para 9,7%.

**GRÁFICO 1: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB NA UE A 28 E ZONA EURO A 18 PAÍSES**



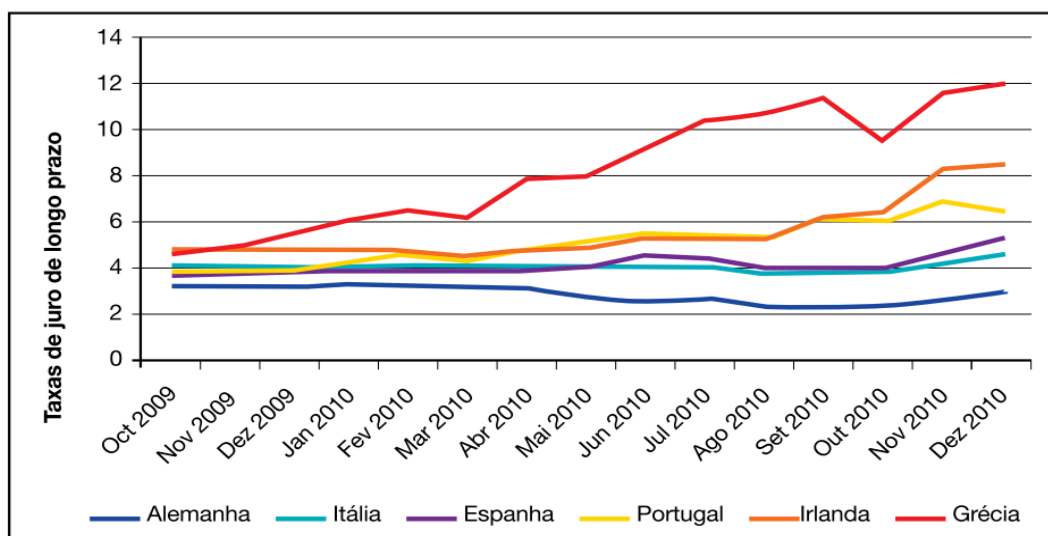
Elaboração própria; fonte dos dados: Pordata



Os orçamentos nacionais dos países da Zona Euro foram severamente afetados pela crise financeira mundial, tendo a recessão de 2009 reduzido consideravelmente as receitas públicas e afetado também a segurança social. Os Estados foram obrigados a resgatar bancos e a colocarem em prática severos planos de recuperação. Entre 2007 e 2010, a dívida pública na Zona Euro aumentou de 65% para 85% do PIB.

As taxas de juro das obrigações do Tesouro têm divergido de uma forma notável, desde Abril de 2010. A situação de alguns países como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha é particularmente preocupante. Em Dezembro de 2010, a taxa da Grécia era quatro vezes mais elevada do que a da Alemanha e a Irlanda teve de pagar três vezes mais juros do que a Alemanha. O aumento das taxas de juro explicava-se, em parte, pelos especuladores, que apostaram no incumprimento da dívida soberana, mas são também a expressão de sérias dúvidas quanto à sustentabilidade financeira dos Estados em causa. Igualmente, as agências de notação de crédito desempenharam um papel fundamental no alastramento de receios sobre a capacidade dos países em causa para pagar as suas dívidas (Comissão Europeia, 2011).

**GRÁFICO 2: TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO**

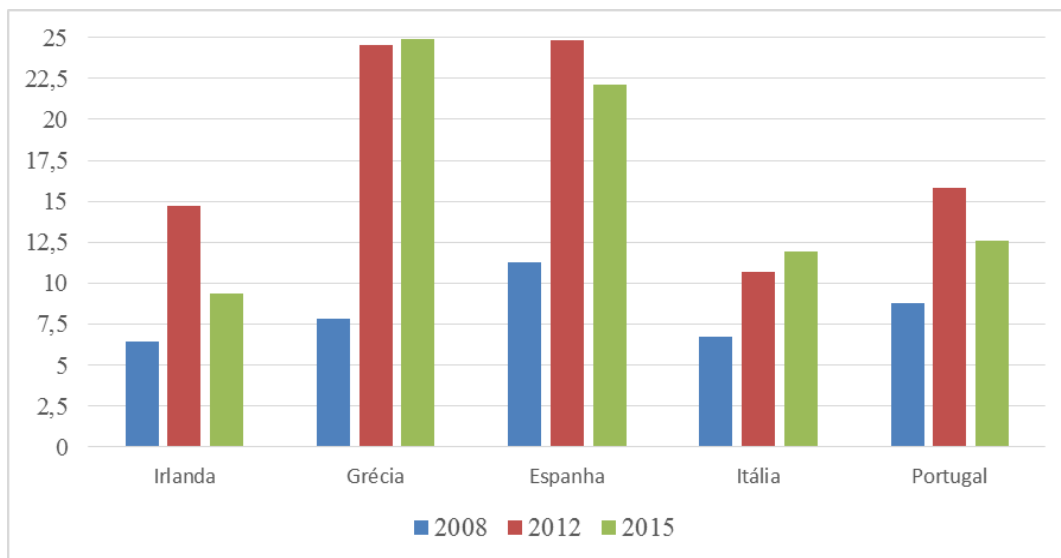


Fonte: (Comissão Europeia, 2011)

As dificuldades económicas refletiram um aumento do desemprego nos países supracitados. No caso da Irlanda a taxa de desemprego passa de 6,4% em 2008 para 14,7% em 2012. A Grécia tinha uma taxa de 7,8% em 2008 e em 2012 apresentava uma taxa de 24,5%. A Espanha tinha em 2008 11,3% e em 2012, 24,8%. A Itália passa de 6,6% em 2008 para

10,7% em 2012. Portugal apresentava uma taxa de 8,8% em 2008 e em 2012 subiu para 15,8%.

**GRÁFICO 3: TAXA DE DESEMPREGO**



Elaboração própria; fonte de dados: Eurostat

### **2.2.2 As medidas de estabilização e recuperação implementadas na UE**

Os eventos descritos em 2008 evidenciaram a fragilidade dos mercados financeiros e as suas ineficiências. O estudo feito por Prorokowski (2011) identifica e enfatiza as melhores políticas de resposta à crise na Europa, assim como procura assinalar as vulnerabilidades económicas de cada país europeu. O autor recolheu dados sobre os custos das medidas de recuperação económica em várias regiões do mundo. Assim, a Turquia despendeu entre 30 a 35% do PIB com estas medidas, os EUA e o Reino Unido chegaram até aos 75% e na Zona Euro apenas 18%. No entanto, o autor salienta que faltam estudos para definir qual o tipo de ajuda mais eficiente a nível da análise custo benefício.

Os resultados do modelo empírico elaborado por Prorokowski (2011) mostram que os países Europeus mais resistentes à crise foram a República Checa, a Polónia e a Noruega. Nestes países, o enquadramento económico protegeu o sector bancário e as economias dos efeitos adversos da crise financeira. Além disso, as medidas de recuperação instauradas por esses governos não consumiram a maioria do orçamento e, por isso, não sobrecarregaram os contribuintes, mantendo a taxa de consumo. Adicionalmente, no caso da Turquia, Bulgária, Rússia e Suécia, o modelo de Prorokowski (2011) sugere que a ajuda governamental

produziu bons resultados. Negativamente, temos países como a Ucrânia, a Croácia e o Reino Unido em que a ajuda governamental não produziu os efeitos esperados.

De maneira a fazer face à crise que se instalou na Europa, a Comissão Europeia, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BCE elaboraram programas de assistência para auxiliar e estabilizar as economias, de maneira a resolver problemas económicos profundamente enraizados.

No caso da Grécia, os Ministros das Finanças da Zona Euro e o FMI, em maio de 2010, disponibilizaram 110 mil milhões de euros com o objetivo de ajudar a executar as reformas necessárias ao restabelecimento da economia do país. Esta ajuda foi paga entre maio de 2010 e junho de 2013.

A Irlanda recebeu entre 2010 e 2013, 85 mil milhões de euros, com o objetivo de reestabelecer as finanças e a economia nacional na sequência do colapso dos maiores bancos nacionais.

O programa de ajustamento económico para Portugal foi acordado em maio de 2011. O programa incluiu um pacote de financiamento conjunto no montante de 78 mil milhões de euros (UE/MEEF<sup>6</sup>, Zona Euro/FEEF<sup>7</sup> e FMI) para o período de 2011 a meados de 2014. Os objetivos eram financiar o défice orçamental, reduzir a dívida pública, recuperar o setor bancário e financiar reformas para estimular o crescimento económico e criar emprego.

No caso da Espanha, foi recebido apoio do FEEF e do MEEF para ajudar na recuperação do setor bancário. O valor recebido ascendeu a 100 mil milhões de euros entre 2012 e 2013 (Comissão Europeia, 2014).

Com o objetivo de reduzir a desconfiança dos mercados, o BCE promoveu a compra de obrigações dos governos dos países da Zona Euro de forma a estabilizar as condições de financiamento (Comissão Europeia, 2011).

---

<sup>6</sup> Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira

<sup>7</sup> Fundo Europeu de Estabilização Financeira

## 2.3 A CRISE EM PORTUGAL

Portugal é um país plenamente integrado na economia mundial, tendo assim sofrido as consequências desta última crise financeira, facto demonstrado através de diversos indicadores económicos.

Para alguns autores, antes da crise de 2008 a situação económica portuguesa era já débil devido aos seguintes fatores:

- A adoção do euro veio retirar a possibilidade de valorizar/desvalorizar a moeda em benefício da economia nacional - política cambial (Pereira, 2011);
- A perda de competitividade das exportações portuguesas nos mercados internacionais deveu-se, em grande parte, aos elevados custos unitários do trabalho, quando comparados com os países da Europa de Leste e países asiáticos. “Os custos unitários do trabalho são iguais ao custo médio do fator trabalho (salário mais contribuições sociais pagas pelo empregador) por unidade de produto produzida” (Pereira, 2011, p.41);
- Diversos erros na condução da política económica, nomeadamente a desindustrialização do país, a destruição da produção agrícola e da frota de pesca, em troca de milhões em subsídios comunitários (Pereira, 2011);
- A baixa produtividade do trabalho, demonstrada através de dados coligidos para os países da OCDE<sup>8</sup> pelo Departamento de Estado dos EUA em 1997. Neste estudo Portugal teria apenas 54% da produtividade média da UE, o valor mais baixo desta última região (Mateus, 2003). Carregueiro (2005) confirma “O baixo nível de produtividade deve-se em 46% a um escasso planeamento e a uma insuficiente qualidade da gestão operacional das empresas”.

Encontrando-se já Portugal numa situação económica e financeira difícil, esta situação sofreu um agravamento após a crise de 2008, que promoveu uma forte diminuição da concessão do crédito, resultado da incapacidade de acesso dos bancos aos mercados

---

<sup>8</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – trata-se de uma organização internacional, atualmente com 34 países, cujo objetivo é apoiar um crescimento económico duradouro, realizando a maior expansão possível da economia, do emprego e da qualidade de vida dos países membros, mantendo a estabilidade financeira e contribuindo assim para o desenvolvimento equilibrado da economia mundial. [www.fed.unl.pt/docentes\\_docs/](http://www.fed.unl.pt/docentes_docs/)

financeiros. O BPN (Banco Português de Negócios) colapsa e é nacionalizado em novembro de 2008 e o BPP (Banco Privado Português) abre falência em 2010.

A crise económica chegou aquando da crise financeira, com uma redução da taxa de crescimento que se prolongou até ao primeiro trimestre de 2009. Desde o segundo trimestre de 2009, até ao primeiro trimestre de 2010, evidencia-se uma pequena recuperação, que o foi por pouco tempo, pois em 2011 instala-se de novo a recessão.

As políticas nacionais de recuperação passaram pela aprovação, por parte do Governo português, da “IREF – Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira”, com o objetivo de revigorar as instituições financeiras. Em Janeiro de 2009, na fase económica, o Governo português implementou a “Iniciativa para o Investimento e o Emprego”. Em março de 2010 inicia-se a fase orçamental com o “Programa de Estabilidade e Crescimento” que ficou conhecido como PEC I, a que sucede, em maio de 2010 o PEC II, e em 2011 o PEC III. Tais programas foram insuficientes e incapazes de travar a crise, e com isso, surge o “Memorando” celebrado com a *Troika*/FMI/UE/BCE.

As medidas descritas neste último documento, visavam principalmente a contenção do défice e o controlo da dívida pública e traduziam-se em:

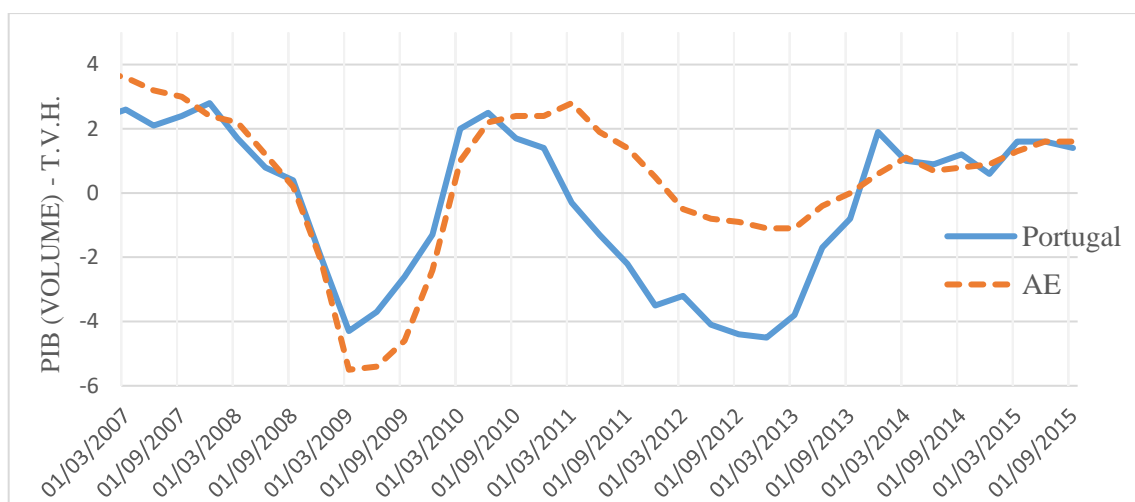
- Redução dos encargos salariais da administração pública e dos sistemas públicos de pensões;
- Redução das despesas de funcionamento do Estado e das prestações sociais;
- Congelamento do investimento público;
- Redução das transferências para o setor empresarial do Estado e a “racionalização” da rede de prestação de serviços públicos;
- Redução de benefícios fiscais;
- Aumento das taxas de impostos diretos e indiretos e sobretaxas de impostos extraordinárias;
- Aceleração do programa de privatizações.

Os efeitos da crise promoveram um défice elevado, o aumento continuado da dívida pública, o crescimento continuado do desemprego, o crescente número de pessoas privadas de acesso aos regimes de proteção social, a diminuição dos gastos públicos em várias áreas e o aprofundamento das desigualdades (Comité Económico e Social Europeu, 2013).

Como podemos observar no gráfico 4, Portugal sofreu duas situações recessivas: em 2009 e em 2011. Estas duas quebras no PIB estão em linha com a situação europeia, mas de uma maneira mais dramática.

Em 2009 o PIB registou uma quebra em volume, a mais acentuada desde 1996, devido a uma diminuição da procura interna e das exportações (INE, 2010a). Em 2011 o PIB diminuiu, tendo a quebra sido resultado da contribuição fortemente negativa da procura interna. A recessão mais recente (2011) está ligada à moderada recuperação das economias após a crise de 2008-2009, provocada pelo impacto da política de natureza restritiva aplicada à economia portuguesa (INE, 2013).

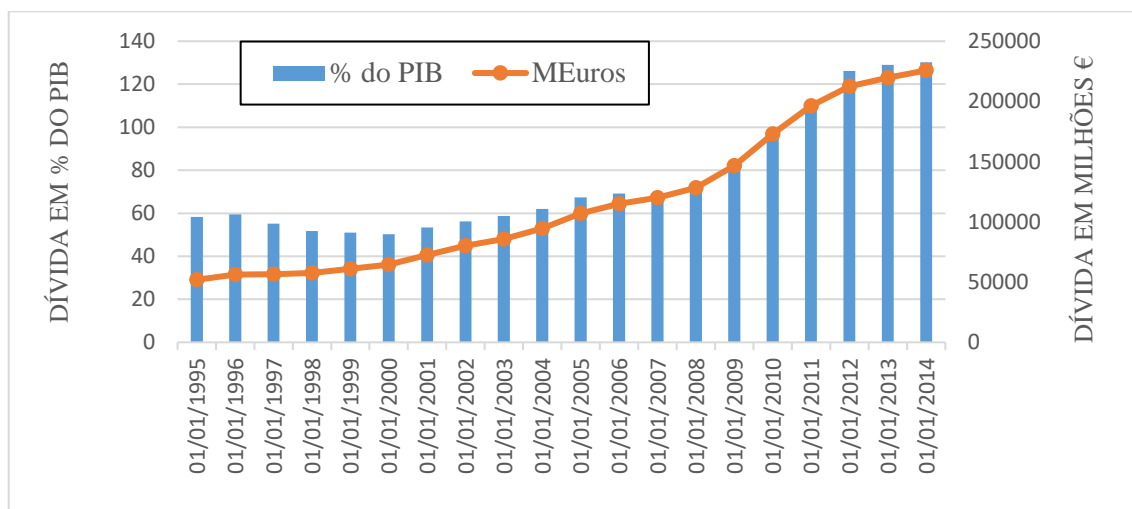
**GRÁFICO 4: PIB (2007 A 2015) EM VOLUME – TVH – PORTUGAL E ÁREA EURO (AE)**



Elaboração própria; fonte de dados: bpsat Banco de Portugal

Em relação à dívida pública, verificamos que esta tinha já uma tendência ascendente, mesmo antes da crise de 2008. A partir desse ano as condições foram ainda mais agravadas, registando até ao final de 2014 um aumento de 61,8 p.p. No final de 2015 a dívida pública alcançou o patamar de 231,1 mil milhões de euros, segundo o Banco de Portugal.

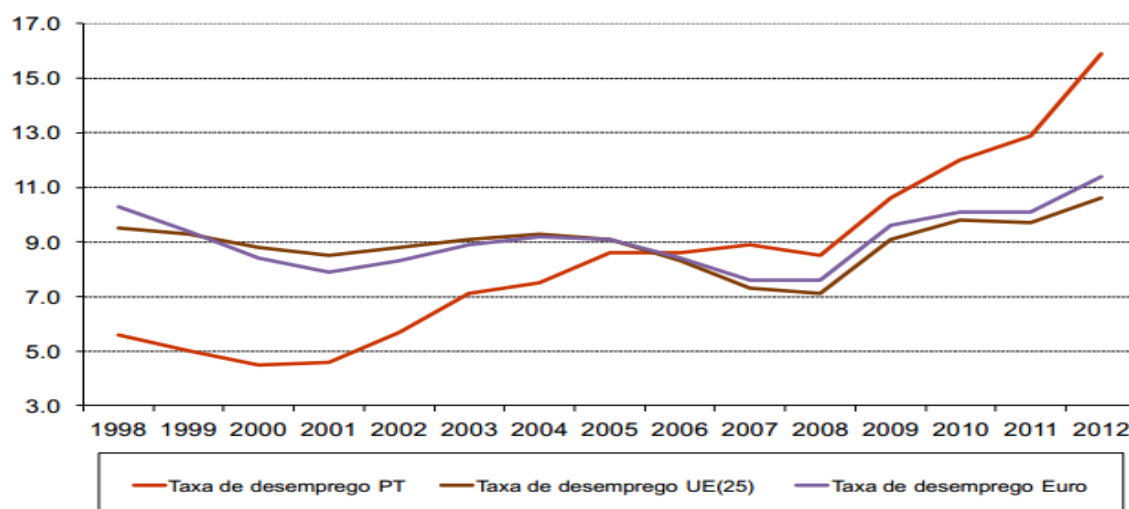
**GRÁFICO 5: DÍVIDA BRUTA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM % DO PIB E EM MILHÕES DE EUROS - ANUAL**



Elaboração própria; fonte de dados: bpstat Banco de Portugal

A taxa de desemprego em Portugal evidenciou, a partir de 2006, níveis consistentemente mais elevados do que a EU a 25 países. É visível um valor máximo de 15,9% em 2012 (INE, 2014).

**GRÁFICO 6: TAXAS DE DESEMPREGO EM PORTUGAL, NA EU A 25 E NA ZONA EURO**



Fonte: INE (2014)

### 2.3.1 A dissolução de sociedades em Portugal e a crise económica

Portugal tem sido um dos países afetados pela atual situação económico-financeira internacional. A profunda crise que atravessa e a diminuição do poder de compra das famílias têm causado graves problemas no desempenho económico e financeiro das sociedades nacionais. O papel que este tipo de empresas assume é de extrema importância, em termos de contributo para o volume de negócios, para o emprego e inovação, e para a competitividade e riqueza da economia.

A economia portuguesa desacelerou de forma acentuada em 2008. No segundo semestre iniciou-se um período recessivo, o ritmo de crescimento real do PIB evidenciou uma redução contínua, apresentando uma taxa de variação de -1,8% no quarto trimestre de 2008. A taxa de desemprego, que tinha reduzido ao longo do primeiro semestre, inverteu a tendência, terminando o ano nos 7,8%. A tendência de agravamento do clima económico diminuiu a confiança dos consumidores levando à contração da procura interna. O mercado torna-se menos dinâmico, levando a um decréscimo da taxa de inflação que atingiu 1,5% no final de 2008. Apesar das taxas de variação dos principais resultados económicos do setor empresarial português se apresentarem positivas, foram significativamente menos acentuadas face a 2007, indo ao encontro do abrandamento verificado na economia portuguesa nesse ano (INE, 2010b).

Neste contexto de crise o tecido empresarial português foi extremamente afetado, nomeadamente ao nível das sociedades. Verifica-se um aumento da constituição de sociedades de 2007 para 2008, o que não aconteceu de 2008 para 2009. É visível o aumento do número de dissoluções entre 2007 e 2009, chegando mesmo neste último ano a serem maiores que as constituições. Como consequência, verificou-se uma criação líquida de sociedades cada vez menor ao ponto de se tornar negativa em 2009.

**TABELA 1: CONSTITUIÇÕES E DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES**

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>Constituições</b>	31 833	31 875	27 024
<b>Dissoluções</b>	23 795	28 391	32 571
<b>Criação Líquida</b>	8 038	3 484	-5 547

Fonte: Elaboração própria



Este fenómeno não foi exclusivo das sociedades. O total de empresas ativas no país atingiu um valor máximo de constituições em 2007, tendo a partir deste ano uma tendência decrescente. Pelo contrário, os valores da taxa de mortalidade refletem uma tendência de crescimento atingindo 17,71% em 2009, enquanto que em 2007 era de 12,56% (INE,2012).



### **3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

#### **3.1 DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES**

##### **3.1.1 Considerações prévias**

Vários estudos tem sido feitos em Portugal sobre o impacto que a crise internacional de 2008 teve sobre as empresas portuguesas. Um estudo feito por Costa (2014) evidenciou que a crise financeira de 2008 teve um impacto negativo e estatisticamente relevante sobre o desempenho económico e financeiro das empresas portuguesas. O mesmo estudo mostrou também que a obtenção de crédito diminui consideravelmente com o início da crise financeira instalada. Vieira (2013) evidenciou no seu estudo uma diminuição clara no crescimento do ativo nas empresas portuguesas a partir de meados de 2007, não conseguindo nos anos seguintes voltar ao crescimento até então evidenciado. O mesmo autor cita que segundo Matijascic et al (2009) no período de crise quase 20% das empresas não sobreviveram. Algumas entraram em falência e outras foram adquiridas e 80% destas não conseguiram recuperar o nível de desempenho anterior.

O objetivo deste estudo é comprovar através dos números de dissoluções de sociedades em Portugal, o efeito que a referida crise criou nesses números.

Numa época de crise o encerramento de sociedades aumentou consideravelmente, tornando-se num problema grave para o tecido empresarial e para a economia nacional.

Iremos abordar o encerramento de sociedades comerciais, que obriga ao cumprimento de um conjunto de formalidades relacionadas com o processo de dissolução e liquidação, e que estão previstas no capítulo XII do CSC, no art.º 141 e seguintes.

Segundo Ventura (2011), a dissolução da sociedade é uma modificação da sua relação jurídica constituída pelo contrato de sociedade, com o objetivo da sua entrada em fase de liquidação. A sociedade existe a partir da data do registo definitivo do contrato pelo qual se constitui, adquirindo assim personalidade jurídica – art.º 5 do CSC. Aquela só deixa de existir e de gozar de personalidade jurídica, após o registo do encerramento da liquidação – art.º 60, n.º 2 do CSC, sendo a dissolução uma fase prévia e essencial à concretização do processo.

Para o mesmo autor, sendo a dissolução uma modificação, trata-se de um efeito e não de um facto jurídico. Ocorre a modificação e não a extinção, pois a sociedade não se extingue quando se dissolve. Esta modificação concretiza-se pela declaração de que a sociedade entrou em fase de liquidação. Este conceito de dissolução é confirmado pelo art.º 146, n.º 1 do CSC, que diz que «a sociedade dissolvida entra imediatamente em liquidação».

Embora seja a dissolução um mero ato de modificação da sociedade, a sua importância obriga a uma cuidadosa regulamentação e tipificação legal das suas causas e procedimentos, para a proteção da própria sociedade e de todos os que por ela se interessam.

### 3.1.2 Tipologia e causas de dissolução

O CSC prevê três tipos de dissolução:

- (i) **Dissolução imediata** - como o próprio nome indica, a dissolução advém de causas que provocam imediatamente a dissolução da sociedade, não sendo possível manter a sociedade depois de ter ocorrido uma causa de dissolução imediata.
- (ii) **Dissolução administrativa ou por deliberação dos sócios** – este tipo de dissolução acontece sob o efeito de causas facultativas. Estas causas são factos, através dos quais, a lei ou o contrato de sociedade permitem, a certas entidades, requerer a dissolução administrativa da sociedade, ou, aos sócios, por meio de deliberação.
- (iii) **Dissolução oficiosa** – este tipo de dissolução ocorre aquando da verificação de determinados indicadores objetivos que evidenciam que a entidade em causa já não tem atividade.

As causas de **dissolução imediata** encontram-se previstas no contrato de sociedade ou na lei – art.º 141, n.º 1 do CSC e são as seguintes:

- a) Decurso do prazo fixado no contrato;
- b) Deliberação dos sócios;
- c) Realização completa do objeto contratual;
- d) Ilícitude superveniente do objeto contratual;
- e) Declaração de insolvência da sociedade.

O n.º 2 do art.º 141 do CSC, diz que os casos previstos nas al.<sup>as</sup> a), c) e d), permitem aos sócios deliberar o reconhecimento da dissolução, por maioria simples dos votos produzidos

na Assembleia Geral ou, a qualquer sócio, sucessor de sócio, credor da sociedade ou credor de sócio de responsabilidade ilimitada, promover a justificação notarial ou o procedimento simplificado de justificação.

Esta deliberação dos sócios, referida no citado n.º 2, tomada por maioria simples dos votos produzidos na assembleia, não está relacionada com a al. b) do n.º 1 do mesmo artigo. Esta última deliberação que dissolve a sociedade está dependente do tipo de sociedade e exige requisitos de maioria, previstos no contrato de sociedade. Para os casos referidos no n.º 2, não pode ser exigida outra maioria, pois isso seria contrário ao objetivo do redigido no artigo (Ventura, 2011).

Já as causas de **dissolução administrativa ou por deliberação dos sócios** estão previstas no art.º 142 do CSC. O n.º 1 do artigo refere que a dissolução administrativa pode ser requerida com fundamento em facto previsto na lei ou no contrato e quando:

- a) Por período superior a um ano, o número de sócios for inferior ao mínimo exigido por lei, sem prejuízo das exceções previstas;
- b) A atividade que constitui o objeto contratual se torne de facto impossível;
- c) A sociedade não tenha exercido qualquer atividade durante dois anos consecutivos;
- d) A sociedade exerça de facto uma atividade não compreendida no objeto contratual.

Segundo o n.º 3 do referido artigo, os sócios podem, por maioria absoluta dos votos expressos na assembleia, dissolver a sociedade, com fundamento no facto ocorrido, para os casos previstos no n.º 1.

Considera-se a sociedade dissolvida na data da deliberação, ou se a deliberação for impugnada, a dissolução ocorre na data do trânsito em julgado da sentença – n.º 4, art.º 142 do CSC.

As diferenças entre as causas de dissolução da sociedade anunciadas e previstas nos art.ºs 141 e 142 do CSC sintetizam-se da seguinte forma: na dissolução imediata “a sociedade dissolve-se”, na dissolução administrativa ou por deliberação dos sócios “pode ser requerida a dissolução administrativa da sociedade”.

Pode ainda ocorrer a **dissolução oficiosa** em que o serviço de registo competente pode instaurar oficiosamente procedimento administrativo de dissolução, se ainda não tiver sido instaurado pelos interessados, nas situações seguintes – art.º 143 do CSC:

- a) Durante dois anos consecutivos, a sociedade não tenha procedido ao depósito dos documentos de prestação de contas e a administração tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a omissão de entrega da declaração fiscal de rendimentos pelo mesmo período;
- b) A administração tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a ausência de atividade efetiva da sociedade, verificada nos termos previstos na legislação tributária;
- c) A administração tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a declaração oficiosa da cessação de atividade da sociedade, nos termos previstos na legislação tributária.

O procedimento administrativo de dissolução é regulado pelo Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e de Liquidação de Entidades Comerciais – RJPADLEC, que faz parte integrante do DL n.º 76-A/2006 de 29 de Março. Este procedimento, especialmente vocacionado para evitar a existência de sociedades comerciais sem atividade efetiva na economia nacional, evita os processos judiciais, atribuindo a competência para a dissolução e liquidação às Conservatórias de Registo Comercial, sem prejuízo de garantir sempre o direito de impugnação judicial<sup>9</sup>. Têm legitimidade para requerer o procedimento administrativo de dissolução as entidades comerciais, os membros de entidades comerciais, os respetivos sucessores, os credores das entidades comerciais e os credores de sócios e cooperadores de responsabilidade ilimitada – art.º 4 do RJPADLEC.

O procedimento administrativo de dissolução pode ser requerido voluntariamente quando a lei o permita e ainda quando – art.º 4 do RJPADLEC:

- a) Por período superior a um ano, o número de sócios da sociedade for inferior ao mínimo exigido por lei, exceto se um dos sócios for uma pessoa coletiva pública ou a entidade a ela equiparada por lei;
- b) A atividade da sociedade que constitui o objeto contratual se torne de facto impossível;

---

<sup>9</sup> Pode ler-se no sumário do DL n.º 76-A/2006 de 29 de Março.

- c) A sociedade não tenha exercido qualquer atividade durante dois anos consecutivos;
- d) A sociedade exerça de facto uma atividade não compreendida no contrato;
- e) Uma pessoa singular que seja sócia de mais do que uma sociedade unipessoal por quotas;
- f) A sociedade unipessoal por quotas tenha como sócio único outra sociedade unipessoal por quotas;
- g) Se verifique a impossibilidade insuperável da prossecução do objeto da cooperativa ou a falta de coincidência entre o objeto real e o objeto expresso nos estatutos da cooperativa;
- h) Ocorra diminuição do número de membros da cooperativa abaixo do mínimo legalmente previsto por um período de tempo superior a 90 dias e desde que tal redução não seja temporária ou ocasional.

O procedimento tem início com a apresentação de requerimento na Conservatória competente, no qual o interessado deve pedir o reconhecimento da causa de dissolução da entidade e apresentar documentos ou requerer diligências de prova úteis para o esclarecimento dos factos com interesse para a decisão – n.º 2 do art.º 4 do RJPADLEC.

Segundo o n.º 3 do art.º 4 do RJPADLEC, caso o requerimento seja apresentado pela entidade comercial, e esta opte pela liquidação por via administrativa, pode indicar um ou mais liquidatários, comprovando a respetiva aceitação do cargo, ou solicitar a sua designação pelo Conservador.

O procedimento administrativo de dissolução é instaurado oficiosamente pelo Conservador quando resulte da lei e ainda quando – art.º 5 do RJPADLEC:

- a) Durante dois anos consecutivos, a sociedade não tenha procedido ao registo da prestação de contas;
- b) A Administração Tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a ausência de atividade efetiva da sociedade, verificada nos termos previstos na legislação tributária;
- c) A Administração Tributária tenha comunicado ao serviço de registo competente a declaração oficiosa da cessação de atividade da sociedade, nos termos previstos na legislação tributária;

- d) As sociedades não tenham procedido ao aumento do capital e à liberação deste, nos termos dos números 1 a 3 e 6 do art.º 533 do CSC;
- e) A sociedade não tenha sido objeto de atos de registo comercial obrigatórios durante mais de 20 anos;
- f) Ocorra a omissão de entrega da declaração fiscal de rendimentos da cooperativa durante dois anos consecutivos comunicada pela Administração Tributária ao serviço de registo competente;
- g) Ocorra a comunicação da ausência de atividade efetiva da cooperativa verificada nos termos da legislação tributária, efetuada pela Administração Tributária junto do serviço de registo competente;
- h) Ocorra a comunicação da declaração oficiosa de cessação de atividade da cooperativa nos termos previstos na legislação tributária, efetuada pela Administração Tributária junto do serviço de registo competente;
- i) As cooperativas não tenham procedido ao registo do capital social atualizado nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 91 do Código Cooperativo;
- j) A entidade competente para a concessão da licença para operar no âmbito institucional da Zona Franca da Madeira comunique à Conservatória do Registo Comercial privativa a caducidade ou revogação da respetiva licença.

Qualquer interessado pode impugnar judicialmente a decisão do Conservador, com efeito suspensivo, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão – art.º 12 do RJPADLEC, independentemente de o procedimento ser administrativo ou oficioso.

Segundo Cunha (2014) este procedimento de “dissolução e liquidação na hora”, art.<sup>os</sup> 27 a 30 do RJPADLEC, tem um alcance prático muito reduzido.

### **3.1.3 Da deliberação da dissolução**

A deliberação dos sócios como causa de dissolução imediata é uma manifestação de vontade de dissolver a sociedade. Para vários autores esta é a causa de dissolução mais natural, uma vez que consiste na vontade contrária inicialmente manifestada pelos sócios (Ventura, 2011).

Esta deliberação é discricionária, ou seja, quer isto dizer que o motivo que leva os sócios a deliberarem a dissolução não é importante nos termos em que não a condiciona; a deliberação não necessita de ser fundamentada. Pelo contrário, quando a deliberação for



fundamentada em causa facultativa de dissolução, aplica-se o disposto no art.º 142, n.º 3 do CSC.

Outro assunto importante é a maioria necessária para a deliberação da dissolução de acordo com o tipo de sociedade. Para as sociedades em nome coletivo é indispensável a unanimidade, salvo quando o contrato autorize a deliberação por maioria, que não pode ser inferior a três quartos dos votos de todos os sócios – art.º 194, n.º 1 do CSC. Para as sociedades por quotas, a deliberação de dissolução da sociedade deve ser tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, a menos que o contrato exija maioria mais elevada ou outros requisitos – art.º 270, n.º 1 do CSC. Para as sociedades anónimas, o art.º 464 do CSC, n.º1, dispõe que para a deliberação de dissolução da sociedade deve aplicar-se o previsto no art.º 383.º, n.º 2 e n.º 3 e no art.º 386.º, n.º 3, 4 e 5 do CSC, e acrescenta que o contrato pode exigir uma maioria mais elevada ou outros requisitos. Para as sociedades em comandita, é necessária maioria que reúna dois terços dos votos dos sócios comanditados e dois terços dos votos dos sócios comanditários art.º 473, n.º 1 do CSC.

#### **3.1.4 Do registo da dissolução**

No que respeita à forma e ao registo da dissolução – art.º 145 do CSC, a dissolução da sociedade não depende de forma especial nos casos em que tenha sido deliberada em Assembleia Geral. A administração da sociedade ou os liquidatários devem requerer a inscrição da dissolução no serviço de registo competente e qualquer sócio tem esse direito, a expensas da sociedade.

Segundo a art.º 147 do CSC, se à data da dissolução a sociedade não tiver dívidas, os sócios podem proceder imediatamente à partilha dos bens sociais. Neste caso, a partilha do património da sociedade é imediata à dissolução e não se procede à fase da liquidação nem à nomeação dos liquidatários.

## **3.2 LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES**

### **3.2.1 Considerações prévias**

Segundo Ventura (2011), a palavra “liquidação” é usada na lei em dois sentidos: como situação jurídica da sociedade (ou fase da vida social), ou como processo, ou seja, como série de atos a praticar durante a fase.

“O processo de liquidação é o conjunto de atos realizados com o fim de dar ao património social uma constituição que, ressalvados os direitos de terceiros e tendo em conta as convenções entre os sócios ou, na falta delas, os critérios legais, permita atribuir individualmente aos sócios os elementos existentes” (Ventura, 2011).

A sociedade dissolvida, salvo disposição legal em contrário, entra imediatamente em liquidação – art.º 146, n.º 1 do CSC. Sendo a dissolução promovida oficiosamente, a liquidação será igualmente promovida por via oficiosa – art.º 146, n.º 6 do CSC.

A sociedade em liquidação mantém a personalidade jurídica, e continuam a ser-lhe aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições que regem as sociedades não dissolvidas – art.º 146, n.º 2 do CSC. A partir da dissolução, à firma da sociedade é exigido o aditamento da menção “sociedade em liquidação” ou “em liquidação” – art.º 146, n.º 3 do CSC.

No que se refere à regulamentação da liquidação, o n.º 5 do art.º 146 do CSC afirma que “o contrato de sociedade e as deliberações dos sócios podem regulamentar a liquidação em tudo o que não estiver disposto nos artigos seguintes”. Daqui se retira que o contrato de sociedade “pode regulamentar” não sendo obrigatório que o faça. O art.º 9 do CSC descreve os elementos que devem compor o contrato de qualquer tipo de sociedade não fazendo qualquer referência ao tema da liquidação, sendo este assunto um elemento facultativo do contrato de sociedade (Ventura, 2011) .

Segundo o art.º 146, n.º 1 do CSC, a liquidação é obrigatória, não podendo ocorrer a sua dispensa nem a formação do processo pode ser inteiramente diverso do disposto na lei, quer por disposições contratuais quer por deliberação dos sócios, mas somente, “quando a lei disponha de forma diversa” (Ventura, 2011).

### **3.2.2 Modificações da estrutura orgânica societária após a dissolução**

#### **3.2.2.1 No Órgão de Administração**

Os membros da administração da sociedade passam a ser liquidatários desta, a partir do momento em que ela se considera dissolvida – art.º 151, n.º 1 do CSC. Segundo Ventura (2011), quando esta regra for diretamente aplicável, não há nenhuma interrupção temporal entre o termo das funções do órgão administrativo e o início das do órgão de liquidação, sendo que as mesmas pessoas mudam simplesmente de funções.

No entanto, quando, por aplicação do contrato ou por deliberação dos sócios, tomada logo na altura da dissolução, se tenha que nomear liquidatários, tal facto origina um hiato, entre a dissolução e a referida nomeação. Neste caso o órgão de administração manter-se-á em funções, como se constata nos art.ºs 149, n.º 2 e 145, n.º 2 do CSC.

#### **3.2.2.2 Na Assembleia Geral**

Relativamente à Assembleia Geral, esta continua a existir e a prova disso está no art.º 146, n.º 2 do CSC, que diz que à sociedade em liquidação aplicam-se as disposições que regem as sociedades não dissolvidas.

Segundo Ventura (2011), se dúvidas houvesse a esse respeito, seriam afastadas pelos numerosos preceitos que se referem à Assembleia Geral ou às suas deliberações, durante o processo de liquidação e partilha - art.º 146, n.º 5, art.º 148, art.º 149, n.º 1, entre outros, do CSC.

A acrescentar aos anteriores aspetos, adiciona Ventura (2011) a competência da Assembleia Geral para a regulamentação da liquidação, bem como para a deliberação do termo da liquidação da sociedade e a retoma da sua atividade – art.º 161, n.º 1 do CSC.

#### **3.2.2.3 No Órgão de Fiscalização**

No que respeita ao Órgão de Fiscalização, não existe na lei preceito específico sobre o mesmo. No entanto, o art.º 146, n.º 2 do CSC, determina que às sociedades em liquidação continuam a ser-lhe aplicáveis as normas que regem as sociedades não dissolvidas. Daqui pode concluir-se que nas sociedades onde já existia Conselho Fiscal, mesmo dissolvida a sociedade, este permanece em funções. Importante é também, o que menciona o art.º 151,

n.º 3 e n.º 4 do CSC, que dá poder para o referido Conselho designar ou destituir os liquidatários por via administrativa.

Analizando o art.º 155, n.º 2 do CSC, é possível deduzir argumento a favor da preservação do Órgão de Fiscalização, uma vez que manda aprovar o relatório e as contas anuais do liquidatário, nos termos prescritos para os documentos de prestação de contas da administração (Ventura, 2011).

### **3.2.3 Tipologias de liquidação**

#### **3.2.3.1 Liquidação imediata**

Se à data da dissolução a sociedade não tiver dívidas, podem os sócios promover imediatamente a partilha dos haveres sociais, obedecendo ao previsto no art.º 156 do CSC. As dívidas fiscais ainda não exigíveis à data da dissolução não obstam à partilha, mas pelo pagamento dessas dívidas ficam ilimitada e solidariamente responsáveis todos os sócios – art.º 147 do CSC.

Outra forma de liquidação imediata é a transmissão global de todo o património, ativo e passivo, da sociedade para algum ou alguns sócios, inteirando-se os outros sócios a dinheiro. A transmissão deve ser precedida de acordo escrito de todos os credores da sociedade – art.º 148 do CSC.

Os tipos de liquidação imediata descritos anteriormente, são a chamada liquidação extrajudicial, regulada pelo regime geral do CSC – art.º 146 e seguintes.

Segundo o art.º 149 do CSC, antes de ser iniciada a liquidação devem ser organizados e aprovados os documentos de prestação de contas da sociedade, reportados à data da dissolução. Caso a Administração não cumpra este dever no prazo de sessenta dias, competirá aos liquidatários apresentar as respetivas contas.

#### **3.2.3.2 Liquidação por via administrativa**

A liquidação por via administrativa pode ser voluntária ou oficiosa e está prevista e regulada no art.º 15 e seguintes do RJPADLEC. Nos casos em que a dissolução tenha sido declarada no âmbito do procedimento administrativo de dissolução, o pedido de liquidação considera-se efetuado no requerimento de dissolução – art.º 15, n.º 4 do RJPADLEC.

O contrato de sociedade pode estipular que a liquidação seja feita por via administrativa, podendo igualmente os sócios deliberarem nesse sentido com a maioria que seja exigida para a alteração do contrato – art.º 146, n.º 4 do CSC.

A liquidação administrativa oficiosa é instaurada oficiosamente pelo Conservador, nomeando um ou mais liquidatários, quando:

- a) A dissolução tenha sido declarada em procedimento administrativo de dissolução instaurado oficiosamente pelo conservador - art.º 15, n.º 5, al. a) do RJPADLEC e art.º 146, n.º 6 do CSC;
- b) Decurso dos prazos previstos no art.º 150 do CSC para a duração da liquidação, sem que tenha sido requerido o respetivo registo de encerramento – art.º 15, n.º 5, al. b) do RJPADLEC;
- c) O Tribunal tenha decidido o encerramento de um processo de insolvência por insuficiência da massa insolvente e tenha comunicado esse encerramento ao serviço de registo competente – art.º 15, n.º 5, al. i). Neste caso não serão praticados atos de liquidação e partilha e não é necessária a nomeação de um liquidatário, uma vez que o Conservador constatou que não há património para suportar os encargos com o procedimento administrativo de liquidação. O Conservador declara imediatamente o encerramento da liquidação que conduz à extinção da sociedade – art.º 26 do RJPADLEC.

### **3.2.3.3 Liquidação judicial**

O DL 76-A/2006 de 29 de março veio aprovar o RJPADLEC que introduziu alterações no processo de liquidação, e que veio substituir o recurso à liquidação judicial pelo recurso à liquidação administrativa, como se pode ler no sumário do respetivo Decreto-Lei.

No entanto, o recurso à liquidação judicial pode continuar a ser feito no caso de o contrato ser considerado inválido, conforme preceitua o art.º 165, n.º 2 do CSC. A liquidação judicial é igualmente utilizada no caso de insolvência, conforme determina o art.º 146, n.º 1 do CSC.

### **3.2.4 A figura do(s) liquidatário(s)**

Os liquidatários são as pessoas que passam a representar a sociedade na sua fase de liquidação. O art.º 151, n.º 1 do CSC dispõe que os membros da administração passam a ser

liquidatários da sociedade, a partir do momento em que a sociedade se considera dissolvida, entrando automaticamente em funções.

Mas, segundo Ventura (2011), existem duas exceções ao n.º 1 do art.º 151 que são:

- Estipular logo no contrato que, dissolvida a sociedade, se procederá à nomeação dos liquidatários;
- Fazer a nomeação, obrigatoriamente ao mesmo tempo que a deliberação dos sócios sobre a dissolução.

Se assim não acontecer, entram em funções como liquidatários, os administradores ou gerentes na data da dissolução da sociedade, passando a deliberação a incidir sobre a sua substituição e não sobre a sua nomeação.

Se não houver nenhum liquidatário, indicado para o exercício da função, o Conselho Fiscal, qualquer sócio ou credor da sociedade pode, requerer a respetiva nomeação por via administrativa ao serviço de registo competente, conforme preceituado no n.º 4 do art.º 151 do CSC.

A nomeação dos liquidatários por via administrativa não altera a natureza extrajudicial da liquidação, como se pode constatar na parte final do n.º 4 do art.º 151 do CSC “...prossequindo a liquidação nos termos previstos no presente Código.”

Já quando a liquidação é resultado da invalidade do contrato, devem ser nomeados liquidatários – art.º 165, n.º 1, al. a) do CSC, exceto se a sociedade não tiver dado início à sua atividade, não se aplicando neste caso o disposto no art.º 151, n.º 1 do CSC.

É possível aos administradores, assim como a quaisquer outros liquidatários, renunciar ao exercício da função de liquidatário, pois não podem ser obrigados ao exercício contra a sua vontade. No caso dos administradores que não queiram assumir a função - art.º 151, n.º 1 do CSC, devem manifestar-se atempadamente sobre a sua vontade, sob pena de entrarem automaticamente em funções, podendo contudo, e posteriormente, renunciar ao cargo (Ventura, 2011).

A função de liquidatário não pode ser exercida por uma pessoa coletiva, conforme preceitua o art.º 151, n.º 5 do CSC, à exceção das sociedades de advogados ou de revisores oficiais de contas.

A lei refere-se hoje, assim como antigamente, a liquidatários no plural, mas isso não impede que para a liquidação de uma sociedade haja um só liquidatário. Se dúvidas houvesse seriam afastadas pelo art.º 151, n.º 6 do CSC – “havendo mais de um liquidatário” (Ventura, 2011). Quer isto dizer que, como refere o artigo, confirma a possibilidade de poder haver só um.

### **3.2.5 A atuação e remuneração dos liquidatários**

#### **3.2.5.1 Atuação**

Existindo mais do que um liquidatário, podem ocorrer problemas na sua atuação e Ventura (2011), descreve quatro sistemas de atuação:

- Atuação individual ou disjunta, em que cada liquidatário pratica solitariamente os atos relativos à liquidação;
- Atuação coletiva ou conjunta, em que os liquidatários devem praticar em conjunto os atos relativos à liquidação;
- Atuação colegial, em que se forma e atua um colégio de liquidatários;
- Atuação sucessiva, em que um liquidatário atuará apenas na falta de outro(s).

Segundo o art.º 146, n.º 5 do CSC, a escolha do sistema de atuação dos liquidatários cabe aos sócios em primeiro lugar, através dos poderes de regulamentação da liquidação a estes conferidos. No entanto, se o sistema de atuação dos liquidatários não estiver regulado pelos sócios, aplica-se o art.º 151, n.º 6 do CSC, ou seja, cada liquidatário tem poderes iguais e independentes para os atos de liquidação.

O sistema supletivo instituído como regra é o individual ou disjunto, diferentemente, para os atos de alienação de bens da sociedade, está prescrito um sistema conjunto ou plural, que obriga à intervenção de pelo menos dois liquidatários – art.º 151, n.º 6 do CSC (Ventura, 2011).

No entanto, o sistema supletivo instituído por lei como regra, produz muitas vezes divergências entre os liquidatários, quanto ao ato a praticar. Ventura (2011) diz que nestes casos pode aplicar-se (por analogia) o art.º 985, n.º 2 do C.Civ. para a resolução das divergências entre liquidatários, cabendo à maioria decidir o mérito da oposição. Nos casos em que são apenas dois liquidatários, cabe aos sócios, através de deliberação, resolver o conflito.

### **3.2.5.2 Remuneração**

Os liquidatários têm direito à remuneração que é fixada por deliberação dos sócios e faz parte dos encargos da liquidação – art.º 151, n.º 9 do CSC, e segundo Ventura (2011), a remuneração pode também ser fixada no contrato. Aliás, Ventura (2011) afirma ainda que se a remuneração se vier a revelar inadequada ou desatualizada, tem forçosamente que ser corrigida por meio de alteração do contrato.

Segundo Ventura (2011), surgem várias dificuldades quando nada se diz em relação à remuneração dos liquidatários: a primeira consiste em saber se o cargo se presume gratuito ou remunerado, a segunda dificuldade diz respeito ao montante da remuneração.

Na parte final do art.º 151, n.º 9 do CSC, pode ler-se que a remuneração dos liquidatários constitui encargo da liquidação, ou seja, o seu pagamento constitui uma obrigação da sociedade e não dos sócios. Mas, nos casos de insuficiência do ativo social para pagar as remunerações, os sócios de responsabilidade ilimitada são responsáveis por essas dívidas (Ventura, 2011).

### **3.2.6 As funções e responsabilidades dos liquidatários**

O art.º 152, n.º 1 do CSC afirma que os liquidatários têm, no geral, os deveres, os poderes e a responsabilidade dos membros do órgão de administração da sociedade, embora com a ressalva das disposições legais que lhes sejam especialmente aplicáveis e das limitações resultantes da natureza das suas funções. Já segundo Ventura (2011), os liquidatários são os únicos representantes legais da sociedade em liquidação, tanto judicialmente como extrajudicialmente.

Os atos praticados pelos liquidatários, em nome da sociedade e dentro dos poderes que a lei lhe confere, vinculam a sociedade para com terceiros, como preceituado nos art.ºs 260 e 408 do CSC. No entanto, as limitações a esses poderes que o art.º 152 do CSC impõe, permitem à sociedade arguir a violação das limitações legais para se desvincular dos negócios celebrados em seu nome (Ventura, 2011).

Nos termos do n.º 2 do art.º 152 do CSC, o liquidatário pode ser autorizado, por deliberação dos sócios, a praticar os atos lá descritos. Este artigo refere-se apenas a deliberações dos sócios, omitindo a cedência de autorização no próprio contrato de sociedade.



Os liquidatários podem continuar temporariamente a atividade anterior da sociedade, mediante deliberação dos sócios – art.º 152, n.º 2, al. a) do CSC. Este exercício implica tomar uma decisão no que respeita à modalidade da liquidação, se alienação global, trespasse, fusão ou cisão, e isso deve ultrapassar a competência do liquidatário. No entanto, nada impede na lei, os liquidatários destes poderes, mas, ainda assim, devido à natureza delicada deste assunto, é natural que fique subordinado à decisão dos sócios (Ventura, 2011).

Fala-se em continuação temporária da atividade da sociedade, pois segundo Ventura (2011) uma continuação indefinida seria contrária ao escopo da liquidação. Os sócios devem estabelecer o tempo de duração da “continuação temporária”, estabelecendo um prazo fixo, ou ligando aquela continuação a um evento separado. Quando este prazo não é deliberado pelos sócios, podem os liquidatários, a qualquer momento terminar a atividade, ressalvando a diligência do seu comportamento.

Outra questão importante é a distribuição dos lucros do exercício da continuação temporária da atividade da sociedade. Segundo Ventura (2011), esses lucros não podem ser distribuídos como lucros do exercício, uma vez que a continuação da atividade da sociedade é permitida para fins de liquidação e não para os fins anteriores à dissolução. Sendo assim os lucros acumulam-se ao ativo existente, para todos os fins da liquidação, seja satisfação dos credores, seja partilha entre os sócios como ativo restante.

O art.º 152, n.º 2, al. b) do CSC, permite aos liquidatários contraírem empréstimos à efetivação da liquidação, como por exemplo, o pagamento de impostos, a manutenção ou conservação de bens sociais e pagamento de prémios de seguro, entre outros. Estes empréstimos contraídos na fase de liquidação, deverão ser pagos durante a mesma, não sendo válidas cláusulas que definam o pagamento para depois de extinta a sociedade.

Ainda segundo o art.º 152, n.º 2, al. c) do CSC, o liquidatário pode, mediante deliberação dos sócios, proceder à alienação em globo do património da sociedade. Isto aplica-se quando se obtém um melhor resultado económico alienando o património da sociedade em globo do que alienando isoladamente os bens da sociedade. Quando se fala em alienação global, esta compreende ativo, mas poderá, eventualmente, englobar o passivo; e depende do consentimento dos credores sociais (Ventura, 2011).

Também mediante deliberação dos sócios, pode o liquidatário, proceder ao trespasse do estabelecimento da sociedade. Desta forma a lei prevê o fracionamento do ativo para eventualmente conseguir um melhor resultado financeiro para a sociedade.

Como já referido anteriormente, aos sócios cabe a escolha da modalidade de liquidação. Se esta passar pela continuação temporária da atividade da sociedade, os sócios devem tomar uma deliberação nesse sentido, caso contrário o liquidatário não poderá continuar a referida atividade. Se assim não acontecer (os sócios nada deliberarem), o liquidatário tem o dever de ultimar os negócios pendentes – art.º 152, n.º 3, al. a) do CSC.

Importante referir ainda que a posição (ativa ou passiva) que a sociedade assume nesses negócios pendentes é indiferente, ou seja o que importa é que o ato jurídico de onde advém essa posição, tenha sido praticado pela sociedade antes da dissolução (Ventura, 2011).

As alíneas b) e c) do art.º 152 do CSC atribuem ao liquidatário o dever de cumprir as obrigações da sociedade e o dever de cobrar os créditos que forem devidos.

O liquidatário tem também o dever de reduzir a dinheiro o património residual, salvo o disposto no art.º 156, n.º 1 do CSC. Segundo Ventura (2011), a alínea não se refere a todo o ativo da sociedade, tal e qual era composto no momento da dissolução, mas somente ao património residual que o autor chama de “melhor ativo”.

Segundo Ventura (2011), o resíduo é constituído pelos bens sociais depois de satisfeito ou acautelado o passivo social, de modo a integrar todas as hipóteses compreendidas no art.º 154 do CSC. O normativo nacional encarou este assunto não como um simples poder para alienar bens, mas, como um dever de reduzir a dinheiro o ativo residual, com o objetivo de a partilha entre os sócios se debruçar sobre esse dinheiro.

A redução a dinheiro do ativo residual não é a alienação em globo do património da sociedade nem o trespasse do estabelecimento da sociedade de que falam as al.<sup>as</sup> c) e d) do n.º 2 do art.º 152 do CSC, mas sim a venda de elementos do ativo, autonomamente considerados (Ventura, 2011).

Não está estabelecido na lei qualquer ordem que o liquidatário deva cumprir na venda dos bens, tanto para satisfação do passivo como para o ativo residual. No entanto a referida ordem pode ser estabelecida ou pelo contrato de sociedade ou por deliberação dos sócios, como regulamentação da liquidação – art.º 146, n.º 5 do CSC.

O último dever enunciado pelo art.º 152, n.º 3 do CSC, refere o dever do liquidatário de propor a partilha dos haveres sociais.

### **3.2.7 Cessação de funções do liquidatário**

As funções do liquidatário cessam com o termo da liquidação e com determinadas exceções como por exemplo a extinção do prazo de nomeação, a morte do liquidatário, a incapacidade ou inabilidade superveniente do liquidatário, por renúncia ou por destituição (Ventura, 2011).

Demarca o n.º 8 do art.º 151 do CSC, que as funções dos liquidatários terminam com a extinção da sociedade, sem prejuízo do disposto nos art.º 162 a 164 do CSC. A parte importante do referido artigo é exatamente a sua exceção, ou seja, a sua parte final; quer dizer que quando existam ações pendentes, passivo ou ativo superveniente, estas são ainda do domínio dos liquidatários.

Nos casos em que a sociedade regressa à atividade pelo art.º 161 do CSC, as funções dos liquidatários cessam com a liquidação, embora a sociedade não se extinga.

Outra forma de cessação das funções do liquidatário é, caso haja delimitação do prazo para essas funções, por um certo tempo, findo esse, as funções cessam, sendo necessário nova nomeação.

As funções do liquidatário cessam com a sua renúncia. A entidade a quem a declaração de renúncia deve ser dirigida, está prevista no art.º 404, n.º 1 do CSC. Para as sociedades anónimas e, para as restantes sociedades, aplica-se o sistema que funcionar para declarações à sociedade de pessoas que exerçam cargos de administração, sendo a eficácia da declaração de renúncia de efeito imediato. Esta não pode ser exercida pelo liquidatário no caso de ações pendentes, passivo e ativo superveniente.

No que respeita à destituição dos liquidatários, ela está prevista nos n.ºs 2 e 3 do art.º 151 do CSC. O n.º 2 do artigo diz que em qualquer momento e sem dependência de justa causa, podem os sócios deliberar a destituição dos liquidatários. Esta afirmação tem especial interesse segundo Ventura (2011), pois nos casos dos liquidatários nomeados por tempo determinado, demonstra que isso não impede o exercício do direito de destituição pela sociedade.

A forma discricionária da destituição dos liquidatários é explicada com a confiança que estes devem merecer aos sócios. A deliberação da destituição não está sujeita a maioria qualificada, no entanto, pode o contrato de sociedade subjugá-la a este e a outros requisitos.

No que respeita à indemnização devida ao liquidatário ser destituído sem justa causa, a lei é omissa a esse respeito. Para Ventura (2011) deve aplicar-se, por analogia, o princípio da indemnização pelos prejuízos sofridos estabelecido por lei para gerentes e administradores.

O n.º 3 do referido artigo indica ainda que, mediante justa causa, pode o Conselho Fiscal, qualquer sócio ou credor, requerer a destituição do liquidatário por via administrativa.

### **3.2.8 O processo de liquidação**

#### **3.2.8.1 Formulação do processo**

As diferentes fases do processo de liquidação tornam-no complicado e moroso. No que respeita ao prolongamento no tempo, o art.º 150, n.º 1 do CSC diz que a liquidação deve estar encerrada e a partilha aprovada no prazo de dois anos a contar da data em que a sociedade se considere dissolvida. No entanto, o prazo pode ser inferior se estiver estipulado no contrato ou fixado por deliberação dos sócios. O n.º 2 do mesmo artigo acrescenta que o prazo fixado no n.º 1 pode ser prorrogado por deliberação dos sócios, essa prorrogação não pode ser superior a um ano.

O art.º 149 do CSC refere-se a operações preliminares da liquidação. Ventura (2011), refere que leis e doutrinas estrangeiras definem-nas como operações iniciais da liquidação (ou, segundo alguns autores, operações que antecedem a liquidação), a organização de balanços e inventários.

A administração deve, dentro dos sessenta dias seguintes à dissolução da sociedade, organizar e aprovar os documentos de prestação de contas da sociedade, reportados à data da dissolução, e caso a administração não o faça, tal incumbência fica a cargo dos liquidatários. No caso de ser recusada a entrega de todos os livros, documentos e haveres da sociedade, os liquidatários não poderão cumprir o exercício do seu cargo – art.º 149, n.º 3 do CSC.

Como analisado anteriormente, o art.º 152, n.º 3 do CSC, fala dos deveres do liquidatário, dos quais se retira a finalidade da liquidação – partilha do ativo remanescente após liquidação

do passivo. Para que isto seja possível, o mesmo artigo refere também, como dever do liquidatário, cumprir as obrigações e cobrar os créditos da sociedade. Já o art.º 153 do CSC, trata da exigibilidade das obrigações da sociedade dissolvida e das obrigações de terceiros e de sócios para com a sociedade.

O n.º 1 do art.º 153 do CSC, diz que a dissolução da sociedade não torna exigíveis as dívidas desta, podendo os liquidatários antecipar o seu pagamento, devendo esta parte final do artigo se limitar apenas a obrigações pecuniárias (Ventura, 2011).

Relativamente aos créditos sobre terceiros e sobre sócios (exceto as dívidas relativas ao diferimento da prestação de entrada), os liquidatários tem o dever de os reclamar - art.º 153, n.º 2 do CSC.

Neste caso, como se trata de créditos da sociedade, o legislador estabeleceu um dever e não apenas um poder: o liquidatário deve reclamar esses créditos, embora os prazos tenham sido estabelecidos a favor da sociedade. Ao interesse desta em diferir os créditos, sobrepõe-se o propósito da liquidação; não havendo qualquer prazo estabelecido para o liquidatário cumprir esse dever, que se estende até ao termo da liquidação (Ventura, 2011).

O n.º 3 do referido artigo, refere que as dívidas por diferimento da prestação de entrada dos sócios caducam na data da dissolução da sociedade. Mas, os liquidatários poderão exigir dessas prestações dos sócios, as importâncias que forem necessárias para a satisfação do passivo da sociedade e das despesas de liquidação, excluindo os créditos litigiosos ou considerados incobráveis. De outro modo, e depois da dissolução, pouco sentido faria que os sócios fossem forçados a satisfazer tais dívidas, para as respetivas importâncias lhes serem restituídas quando, satisfeito o passivo social, se procedesse à partilha do saldo da liquidação (Ventura, 2011).

Mas, se à partida, o liquidatário estiver precavido da necessidade da cobrança desses créditos para satisfação do passivo e das despesas de liquidação, não precisa de estar à espera do esgotamento de todo o ativo para exigir essas dívidas dos sócios. Pelo contrário, “é normal e de boa administração que o devedor esteja provido de meios para satisfazer as suas obrigações quando estas se vencerem” (Ventura, 2011).

No entanto, podem os sócios avançar voluntariamente com os fundos necessários para satisfazer determinado débito, sendo senhores dos seus interesses, nos casos em que considerem que a venda de determinado bem para satisfazer uma dívida, for inoportuna,

apesar de, em primeiro lugar, a origem dos fundos para a satisfação dos débitos residir nos bens da própria sociedade (Ventura, 2011).

O liquidatário não pode escolher o(s) sócio(s) a quem vai exigir o cumprimento das dívidas para com a sociedade, mas sim exigí-lo a todos proporcionalmente. O art.º 153, n.º 3 do CSC, não indica como deve ser aplicada essa proporção. Para Ventura (2011), deve ser aplicado, por analogia, o disposto no art.º 195, n.º 2 do CSC, ou seja, as quantias serão reclamadas em proporção da parte de cada um nas perdas. No caso de algum sócio se encontrar insolvente, será a sua parte dividida pelos demais, na mesma proporção.

As dívidas extrassociais dos sócios, não estão abrangidas pelo art.º 153, n.º 3 do CSC, mas sim pelo n.º 2 do mesmo artigo: “os créditos sobre terceiros e sobre sócios por dívidas não incluídas no número seguinte devem ser reclamadas pelos liquidatários”.

O art.º 154, n.º 1 do CSC, estabelece como dever do liquidatário pagar todas as dívidas da sociedade, para as quais seja suficiente o ativo. Nestas dívidas estão incluídas todos os débitos da sociedade existentes à data da dissolução, bem como todas aquelas que foram constituídas durante a fase da liquidação.

O ativo social referido neste artigo, ao contrário do n.º 3 do art.º 153 do CSC, inclui as importâncias que o liquidatário tenha podido cobrar aos sócios, nos termos desse mesmo artigo.

O liquidatário tem o dever de extinguir o passivo a fim de obter um saldo líquido partilhável, podendo proceder à extinção das dívidas da sociedade por outros meios, como por exemplo proceder à consignação em depósito do objeto da prestação, como refere o n.º 2 do art.º 153 do CSC. Este preceito tem um alcance particular que é, evitar que alguma dívida social fique por extinguir a pretexto de dificuldades que podem ser vencidas pela utilização da consignação (Ventura, 2011). Esta tem de ser aceite pelo devedor ou declarada válida por decisão judicial - art.º 846 do C.Civ.

Pode acontecer que, dependendo do modo como decorrer o processo ou o fundamento da consignação, a dívida da sociedade se mantenha ou o depósito seja considerado ineficaz. Daqui resultará um ativo ou um passivo superveniente - art.ºs 163 e 164 do CSC.

Relativamente às dívidas litigiosas, o n.º 3 do art.º 154 do CSC, estabelece que os liquidatários devem acautelar os direitos dos alegados credores, por meio de caução, nos termos do Código do Processo Civil.

### **3.2.8.2 Partilha do ativo restante**

Segundo o art.º 156 do CSC, o ativo restante é o que sobra, depois de satisfeitos ou acautelados os direitos dos credores da sociedade, ou seja, depois dos pagamentos, das consignações em depósito, das cauções, que se tenham efetuado por força do art.º 154 do CSC.

Este artigo define o momento exato, a partir do qual se pode determinar o valor do ativo licitamente partilhável pelos sócios, ao mesmo tempo que impede que o momento da partilha seja anterior à satisfação e acautelamento dos direitos dos credores da sociedade. Literalmente, o art.º 156, n.º 1 do CSC, não permite a troca dos acontecimentos, daí que para Ventura (2011), as partilhas provisórias são ilícitas, enquanto houver passivo por satisfazer.

Nas situações em que o liquidatário antecipa a entrega aos sócios do ativo restante, fá-lo-á sob a sua responsabilidade, de acordo com o art.º 158 do CSC. Ainda sobre o n.º 1 do art.º 156 do CSC, este consagra o princípio da partilha do ativo restante em dinheiro, uma vez que a partilha em espécie tem que estar obrigatoriamente prevista no contrato ou ser deliberada unanimemente pelos sócios.

O n.º 2 do art.º 156 do CSC refere que o ativo restante é destinado, em primeiro lugar, ao reembolso das entradas realizadas pelos sócios, no entanto, o n.º 5 do mesmo artigo diz que os liquidatários poderão excluir da partilha do ativo restante, as importâncias estimadas para encargos de liquidação até à extinção da sociedade. O momento em que se determina o ativo restante não coincide com o momento em que os encargos com a liquidação terminam, podendo estes encargos ser maiores ou menores conforme os casos.

O mais natural será seguir a indicação do n.º 5 do art.º 156 do CSC, e retirar da partilha as quantias que se pense necessárias para cobrir os encargos com a liquidação, do que ir retirar essas quantias aos sócios, depois de ter sido partilhado o ativo restante. A última palavra sobre a provisão estimada pelo liquidatário, irá sempre caber ao sócio que se pronunciar sobre a mesma (Ventura, 2011).

O n.º 2 do art.º 156 do CSC determina que o montante do reembolso a que cada sócio tem direito, é o montante correspondente à sua própria fração de capital social. Quer isto dizer que, cada sócio receberá do saldo da liquidação, um montante proporcional à sua própria entrada. Pode acontecer que o valor real dos bens que compuseram a entrada do sócio, exceda (no momento da liquidação) o valor nominal da participação do sócio no capital da sociedade. Se isso acontecer, em regra, não se fazem acertos na partilha, exceto se o contrato dispuser diferentemente.

O princípio da igualdade de tratamento dos sócios é respeitado quando são reembolsados a todos os sócios os valores nominais das suas entradas ou, quando o ativo restante é insuficiente para o fazer, o reembolso for proporcional às entradas efetuadas. Esta situação pode ser contrariada por uma deliberação unânime dos sócios que indique um direito preferencial ao reembolso das entradas em caso de partilha.

O n.º 3 do art.º 156 do CSC fala dos casos em que não é possível fazer a partilha de forma integral. O ativo restante é repartido pelos sócios, de forma a que a diferença para menos recaia em cada um deles na proporção da parte que lhe competir nas perdas da sociedade; para este efeito deverá ter-se em conta a parte das entradas devidas pelos sócios. Esta parte final do artigo tem como objetivo igualar os sócios quanto à distribuição das perdas, pois, caso não fossem levadas em consideração as dívidas de entrada de cada um, o sócio que não tivesse realizado integralmente a sua entrada, teria a sua perda reduzida do montante da sua dívida de entrada. Admitindo que foram efetivamente realizadas todas as entradas contratuais, a sociedade salda-se por uma perda (Ventura, 2011).

Daqui podem resultar diversas situações, pode o sócio devedor da entrada obter ainda alguma participação no ativo restante, como também pode acontecer que nada receba e que ainda tenha que pagar. Esta última hipótese é possível com base no art.º 153, n.º 3 do CSC.

Se se registar saldo, depois de feito o reembolso integral das entradas aos sócios, este deve ser repartido na proporção aplicável à distribuição dos lucros – n.º 4 do art.º 156 do CSC.

As contas finais do liquidatário devem ser acompanhadas de um relatório completo que abrange toda a fase de liquidação – art.º 157, n.º 1 do CSC. O objetivo é obter uma visão global de toda a operação de liquidação num só documento (Ventura, 2011).



O n.º 2 do art.º 157 do CSC diz ser dever do liquidatário declarar expressamente no relatório que estão satisfeitos ou acautelados todos os direitos dos credores e que os respetivos documentos de prova podem ser examinados pelos sócios.

As contas finais devem também ser acompanhadas por um projeto de partilha do ativo restante – n.º 3 do art.º 157 do CSC; o liquidatário limita-se a apresentar um projeto, pois a decisão final é dos sócios. Depois da deliberação, procede-se à entrega dos bens – art.º 159 do CSC - cabendo aos liquidatários fazê-lo.

As contas da liquidação, o projeto de partilha e o respetivo mapa devem ser aprovados pelos sócios, o que pode significar que estes documentos podem não ser os mesmos apresentados pelos liquidatários, valendo os que constarem da deliberação definitiva (Ventura, 2011).

Após a deliberação – n.º 4 do art.º 157 do CSC, e até à entrega dos bens - art.º 159 do CSC, nenhum dos sócios tem um direito pessoal sobre nenhum dos bens. Uma eventual ação que o sócio venha a propor contra a sociedade, por os bens não lhe terem sido entregues, é uma ação de condenação ao cumprimento de uma obrigação pela sociedade.

O art.º 159, n.º 1 do CSC, determina que para os bens atribuídos aos sócios que necessitem de escritura pública ou outra formalidade, cabe ao liquidatário outorgar essa escritura ou executar outras formalidades (Ventura, 2011).

O n.º 2 do mesmo artigo refere que o liquidatário poderá proceder à consignação em depósito, nos termos do art.º 841 do C.Civ., mas, além do poder, tem o dever de o fazer quando o atraso da prestação, mesmo sem culpa da sociedade devedora, impeça o encerramento da liquidação (Ventura, 2011).

### **3.2.8.3 Encerramento da liquidação**

Aos liquidatários cabe requerer o registo do encerramento da liquidação, para que a sociedade se considere extinta, de acordo com o art.º 160º do CSC. Nos casos de partilha imediata - art.º 147 do CSC, não há liquidação *stricto sensu*, logo não há liquidatários, mas há partilha. Portanto, mantém-se o dever de requerer a inscrição no registo do encerramento da liquidação *lato sensu*, neste caso pelos administradores, pois não existem liquidatários (Ventura, 2011).

O liquidatário ou outro requerente não pede que seja inscrita a extinção da sociedade, mas sim o requerimento do encerramento da liquidação. A extinção da sociedade não é anterior a esse requerimento, mas sim um efeito legal do registo do encerramento da liquidação, mesmo entre os sócios. A sociedade mantém-se, assim como a sua personalidade, até ser efetuada aquela inscrição, mesmo entre os sócios.

A extinção da sociedade não prejudica o disposto nos art.<sup>os</sup> 162 a 164 do CSC, relativos a ações pendentes, ativos e passivos supervenientes.

#### **3.2.8.4 Regresso à atividade**

Enquanto o processo de liquidação ainda estiver em curso, a sociedade pode regressar à atividade mediante deliberação dos sócios, pois sempre se manteve a respetiva personalidade jurídica. Os sócios podem fazê-lo após terem conseguido restabelecer a situação financeira da sociedade (Cunha, 2014). Assim, mediante verificação de determinadas condições, a sociedade poderá regressar à atividade – art.º 161 do CSC, tendo os sócios que não pretendam manter-se na sociedade o direito à exoneração – art.º 161, n.º 5 do CSC.

## **4 METODOLOGIA**

A metodologia é o modo como se define e explica o método a ser usado, na sua aplicação estatística ou probabilística e na generalização e interpretação dos resultados, de forma a atingir um determinado objetivo (Duarte, 2013).

Para Coutinho (2011), a metodologia tem um sentido mais amplo que o método, porque questiona o que está por trás, os fundamentos dos métodos, as filosofias subjacentes e que influenciam sempre sobre as escolhas que o investigador faz.

O presente capítulo é composto pelos objetivos e questões de investigação, a descrição do método utilizado no estudo e a recolha e tratamento dos dados.

### **4.1 OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO**

O objetivo deste trabalho recai sobre o setor empresarial português, com opção pelas sociedades, uma vez que são as que apresentam mais informação disponível para a realização do trabalho e que mais contribuem para o desenvolvimento da economia. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é perceber a dimensão da dissolução das sociedades em Portugal num contexto de crise económica, através da análise da informação recolhida no período temporal de 2008 a 2015, pretendendo-se responder à seguinte questão de investigação:

“Como evoluiu a dissolução de sociedades em Portugal no período temporal de 2008 a 2015?”

Para responder à questão principal do estudo, promovemos a formulação das seguintes subquestões:

SQ\_1: Como evoluiu a dissolução de sociedades em Portugal no período temporal de 2008 a 2015?

- a) Em termos globais?
- b) Por forma jurídica?
- c) Em termos distritais?
- d) Em termos de Código de Atividade Económica (CAE)?
  - 1) Globalmente

2) Por Distrito

SQ\_2: Como evoluiu o número de sociedades dissolvidas em Portugal por ano face às sociedades em atividade a 31 de dezembro do ano anterior?

- a) Globalmente?
- b) Por Distrito?

Ao responder às subquestões formuladas, estaremos em condições de perceber o problema da dissolução de sociedades no período temporal enunciado (2008 a 2015), e com isso identificar a evolução do problema, não só em termos globais, distritais e por CAE, mas também analisar a sua evolução tendo presente que, o número de sociedades dissolvidas deverá ser ponderado em função das sociedades existentes.

## **4.2 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO**

Os métodos qualitativos seguem o fundamento filosófico interpretativo e assentam numa metodologia “comummente definida como o conjunto de procedimentos metodológicos aplicados quando se pretende a descrição dos fenómenos sociais e a sua respetiva explicação ou fornecimento de elementos da e para a sua compreensão” (Amaral citado em Duarte 2013, p.30).

O presente estudo baseia-se numa metodologia qualitativa, aplicada a uma determinada conjuntura (dissolução de sociedades num contexto de crise), onde se pretende interpretar/analisar essa conjuntura. É um estudo qualitativo porque a teoria surge depois dos factos e a partir da análise dos dados, fundamentando-se na indução.

## **4.3 RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS**

A técnica que se utiliza num estudo “diz respeito ao tipo de recolha de dados e ao tipo de informação recolhida, às áreas e modo de recolha da informação, ao papel do investigador e a todo o conjunto de procedimentos para levar a cabo a investigação pretendida” (Duarte, 2013).

Neste caso, o estudo utiliza a técnica de Análise de Documentos, que “consiste na recolha, leitura e análise de documentos escritos ou outros artefactos sobre a área de investigação. Os Estudos de Caso, Etnografia e Pesquisa – Ação utilizam essa técnica” (Duarte, 2013, p.35).

Para Yin citado em Coutinho (2011), a construção de uma base de dados ao longo do estudo é um princípio básico importante no processo de recolha de dados, embora por vezes a separação entre a base de dados e o relato não seja respeitada. Yin citado em Coutinho (2011) sugere que essa separação seja feita para garantir a legitimidade do estudo, uma vez que os dados do estudo ficam armazenados, possibilitando que fiquem acessíveis a outros investigadores. Os registos podem ser feitos através de notas, documentos, narrativas (interpretações e descrições dos eventos observados, entre outros).

No que respeita à recolha de dados e tendo em conta os objetivos definidos, utilizou-se no presente trabalho os dados fornecidos pelo *site* [www.racius.com](http://www.racius.com). O *Racius* foi lançado em 2012 pela Nex (*start up* portuguesa vocacionada para o desenvolvimento de soluções e aplicações *online*), e é um portal de informação empresarial, que promove a recolha, tratamento e disponibilização de informação sobre as empresas nacionais. Obtém as suas informações de diversas entidades e organismos como o Ministério da Justiça e o Ministério das Finanças, sendo a base de dados atualizada diariamente. Em Agosto de 2015 o *Racius* disponibilizava mais de 10 milhões de registos, sobre empresas, marcas, publicações de atos societários, ações em tribunal e concursos públicos.

A base de dados do presente estudo, obtida pela recolha de informação no portal referido, é constituída pelos ficheiros de “Dissoluções de Sociedades” e “Sociedades em Atividade”. O ficheiro de “Dissoluções de Sociedade” contém o total de sociedades dissolvidas por forma jurídica, em cada ano; o total de sociedades dissolvidas por Distrito e por ano; o total de sociedade dissolvidas por CAE e por ano; o total de sociedades dissolvidas por Distrito e por CAE em cada ano. O ficheiro de “Sociedades em Atividade” contém o total das sociedades em atividade em cada ano (não estão disponíveis informações em relação à forma jurídica); as sociedades em atividade por Distrito e por ano.



## 5 ANÁLISE DE DADOS

### 5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE

Tendo por base as questões de investigação suscitadas, procedemos no presente capítulo à apresentação e análise dos resultados obtidos. Os valores identificados foram cruzados por forma a obter um conjunto de informação que possibilite dar resposta às questões propostas para validar o objetivo do estudo. A análise tem enquadramento temporal entre 2008 e 2015, permitindo verificar quais os distritos e setores de atividade mais afetados pela crise internacional.

As subquestões formuladas, tendentes a dar resposta à questão principal: “Como evoluiu a dissolução de sociedades em Portugal no período temporal de 2008 a 2015”, são respondidas de seguida.

**SQ\_1: Como evoluiu a dissolução de sociedades em Portugal no período temporal de 2008 a 2015?**

#### ▪ Em termos globais

Como podemos observar no gráfico 7, o número de unidades dissolvidas ao longo do período analisado não é linear. Os anos de 2008 e 2009 apresentam os valores máximos, com um peso de 35% do total do período temporal em análise, para a dissolução de sociedades em Portugal.

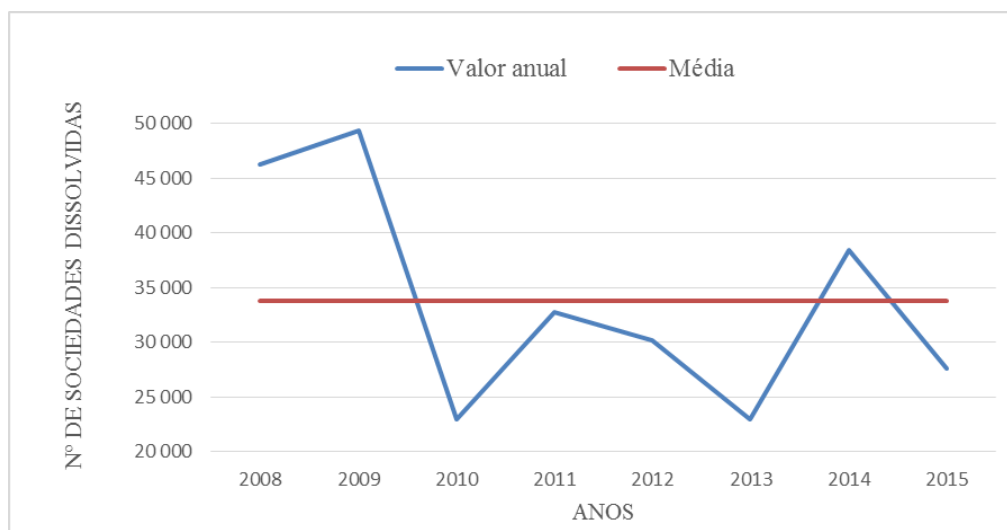
Os anos de 2010 e 2013 apresentam os valores mínimos no período, ambos com uma percentagem de 8% do total.

Com base na tabela 1, o valor global de dissoluções no período considerado foi de 270.582 sociedades, a que corresponde um valor anual médio de dissoluções de 33.823. Dos valores apurados identificamos que os anos de 2008, 2009 e 2014 estão significativamente acima da média, e os anos de 2010, 2013 e 2015 abaixo da média.

**TABELA 2: SOCIEDADES DISSOLVIDAS EM PORTUGAL – 2008 A 2015**

Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Total</b>	46 228	49 327	22 995	32 751	30 222	22 994	38 420	27 645
<b>Peso anual (%)</b>	17%	18%	8%	12%	11%	8%	14%	10%
<b>Taxa de Variação (%)</b>	0%	6,70%	-53,38%	42,43%	-7,72%	-23,92%	67,09%	-28,05%

Fonte: Elaboração própria

**GRÁFICO 7: SOCIEDADES DISSOLVIDAS EM PORTUGAL – 2008 A 2015**

Fonte: Elaboração própria

#### ▪ Por forma jurídica

Por forma jurídica verificamos uma média anual de dissoluções de sociedades, no período considerado, de 25.917 sociedades por quotas, 6.394 sociedades unipessoais e de 1.064 sociedades anónimas. Da análise no período temporal considerado verificamos que:

- Para as sociedades por quotas, ocorreram dissoluções acima da média nos anos de 2008 e 2009;
- Para as sociedades unipessoais, ocorreram dissoluções acima da média nos anos de 2012, 2014 e 2015;



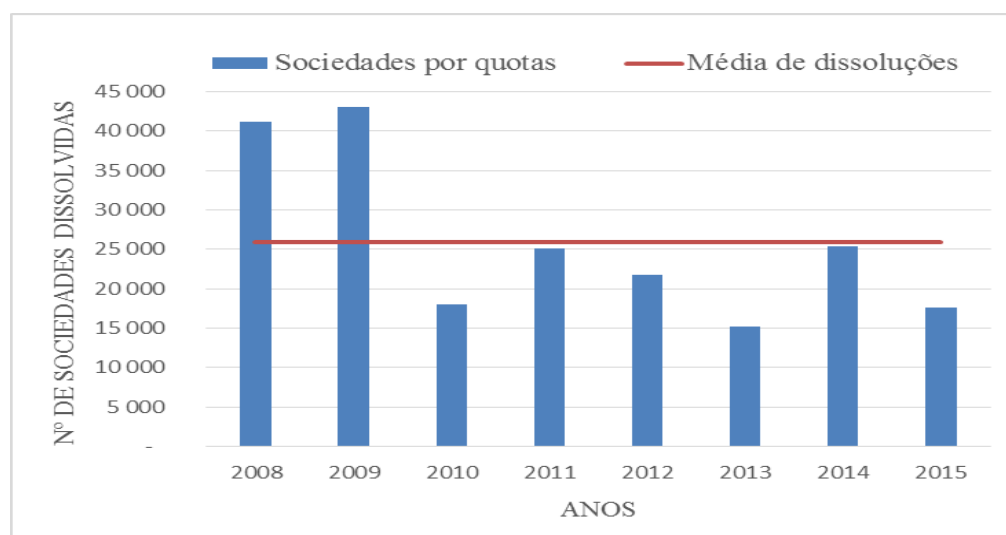
- Para as sociedades anónimas, ocorreram dissoluções acima da média em 2009, 2014 e 2015.

**TABELA 3: SOCIEDADES DISSOLVIDAS POR FORMA JURÍDICA**

Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
<b>Sociedades por quotas</b>	41 158	42 987	17 972	25 092	21 806	15 233	25 424	17 662	25 917
<b>Sociedades Unipessoais</b>	3 836	4 529	3 950	6 329	6 984	6 252	10 934	8 338	6 394
<b>Sociedades Anónimas</b>	1 012	1 209	672	883	932	1 063	1 525	1 219	1 064

Fonte: Elaboração própria

Verificámos que a evolução do número de dissoluções nas sociedades por quotas é quase idêntica à evolução do número de entidades dissolvidas em termos gerais. Tal facto resulta de este tipo de forma jurídica ser o tipo predominante na constituição das sociedades em Portugal. As sociedades por quotas apresentam uma tendência decrescente de dissolução, ocorrendo o número máximo de unidades dissolvidas nos dois primeiros anos (2008 e 2009).

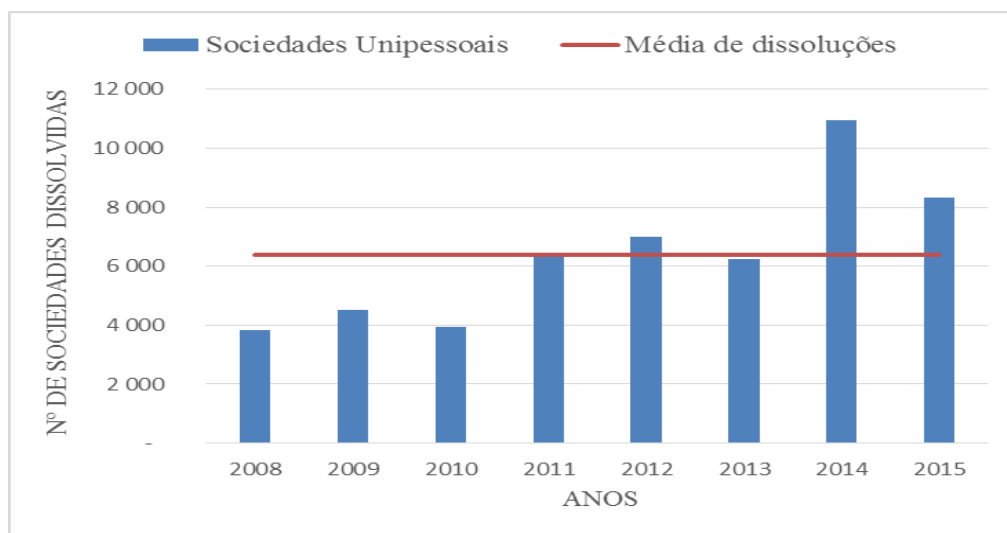
**GRÁFICO 8: SOCIEDADES POR QUOTAS – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**

Fonte: Elaboração própria

Conforme se pode visualizar no gráfico 9, as sociedades unipessoais mantêm uma tendência crescente de dissolução, em oposição ao verificado com as sociedades por quotas,

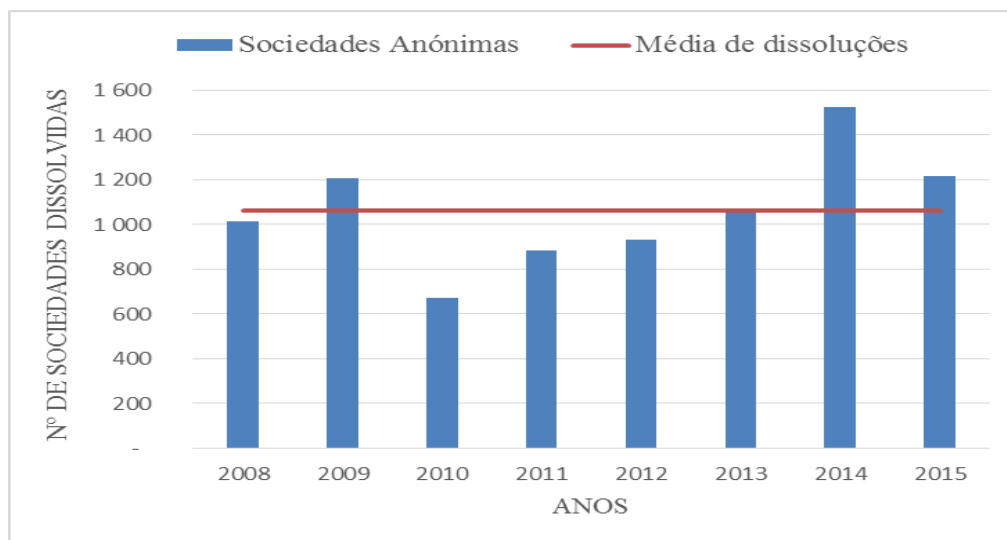
excetuando o ano de 2010. O número máximo de dissoluções de sociedades unipessoais ocorreu em 2014, apresentando valores significativamente acima da média nos dois últimos anos do período analisado.

**GRÁFICO 9: SOCIEDADES UNIPESSOAIS – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**



Fonte: Elaboração própria

Como evidenciado no gráfico 10, a dissolução de sociedades anónimas apresentam uma ligeira subida no número de entidades dissolvidas de 2008 para 2009. Em 2010, o número de unidades dissolvidas desce cerca de 44% em relação a 2009 (situação idêntica às sociedades unipessoais). Entre 2011 e 2014 os valores seguem uma tendência ascendente, com um máximo em 2014, de 1 525 sociedades dissolvidas.

**GRÁFICO 10: SOCIEDADES ANÓNIMAS – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**

Fonte: Elaboração própria

Em síntese constatamos um pico de dissolução de sociedades por quotas nos anos de 2008 e 2009, com uma quebra significativa e consistente dessa tendência nos anos seguintes, excetuando o ano de 2014. Já nas sociedades unipessoais é perceptível uma tendência crescente de dissolução, com um forte incremento nos anos de 2014 e 2015. As sociedades anónimas, dado o reduzido número de sociedades existentes em Portugal, apresentam valores residuais de dissolução. Verifica-se contudo uma tendência crescente de dissolução de 2010 a 2014, com uma redução em 2015.

▪ **Em termos distritais**

Da análise da base de dados elaborada foi possível identificar o número global de dissoluções por distrito, no período considerado, e que passamos a detalhar na tabela abaixo.

**TABELA 4: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES POR DISTRITO E POR ANO**

DISTRITOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média	Peso do distrito (%)
<b>Açores</b>	247	434	118	274	165	166	251	217	234	0,70%
<b>Aveiro</b>	1 855	2 985	1 148	1 892	1 949	1 220	2 866	1 745	1 958	5,88%
<b>Beja</b>	194	308	286	258	216	172	228	200	233	0,70%
<b>Braga</b>	4 426	2 741	1 422	2 167	2 329	1 843	2 274	2 210	2 427	7,29%
<b>Bragança</b>	211	341	191	214	181	226	225	217	226	0,68%
<b>Castelo Branco</b>	528	619	254	289	414	348	328	323	388	1,17%
<b>Coimbra</b>	1 831	1 209	550	909	880	630	789	1 369	1 021	3,07%
<b>Évora</b>	327	272	223	277	261	215	283	296	269	0,81%
<b>Faro</b>	1 160	2 653	916	1 710	1 431	1 217	2 442	1 231	1 595	4,79%
<b>Guarda</b>	297	354	178	249	228	222	212	252	249	0,75%
<b>Leiria</b>	1 247	1 869	890	869	1 155	964	884	1 102	1 123	3,37%
<b>Lisboa</b>	16 481	16 125	9 521	11 509	9 241	6 049	12 562	7 972	11 183	33,60%
<b>Madeira</b>	775	2 237	932	1 386	1 008	1 124	851	874	1 148	3,45%
<b>Portalegre</b>	327	353	141	226	179	108	165	186	211	0,63%
<b>Porto</b>	10 294	6 630	3 160	5 653	6 035	5 176	7 099	4 869	6 115	18,37%
<b>Santarém</b>	958	1 712	669	1 093	957	713	1 544	991	1 080	3,24%
<b>Setúbal</b>	1 977	4 154	1 226	2 073	1 952	1 375	3 938	1 858	2 319	6,97%
<b>Viana Castelo</b>	559	481	289	450	449	346	360	549	435	1,31%
<b>Vila Real</b>	422	539	231	403	344	277	307	324	356	1,07%
<b>Viseu</b>	1 133	979	453	703	658	462	622	693	713	2,14%
										100%

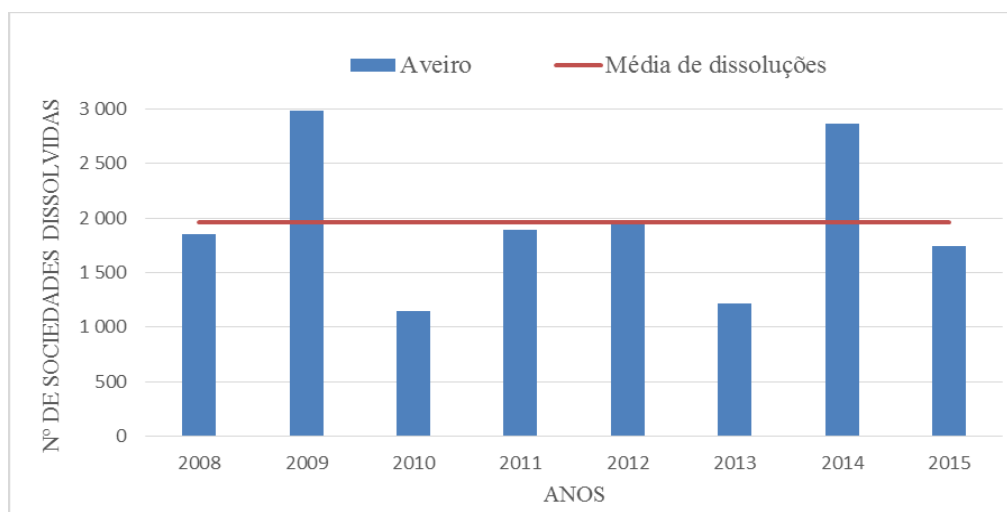
Fonte: Elaboração própria

Face à informação recolhida e dada a sua extensão, escolhemos para análise detalhada os cinco distritos com maior número de dissoluções, e que representam 72 % do total das sociedades dissolvidas no período considerado. Os distritos identificados com um maior número de dissoluções foram os de Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal, e que passamos de seguida a analisar.

### ➤ Distrito de Aveiro

Aveiro apresenta uma média de dissoluções no período em análise de 1.958 entidades. Face à média determinada constatamos valores significativamente superiores nos anos de 2009 (2.985 entidades) e 2014 (2.866 entidades). Todos os outros anos apresentam valores abaixo da média, destacando-se os anos de 2010 e 2013, com valores significativamente reduzidos face à média.

**GRÁFICO 11: AVEIRO – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**

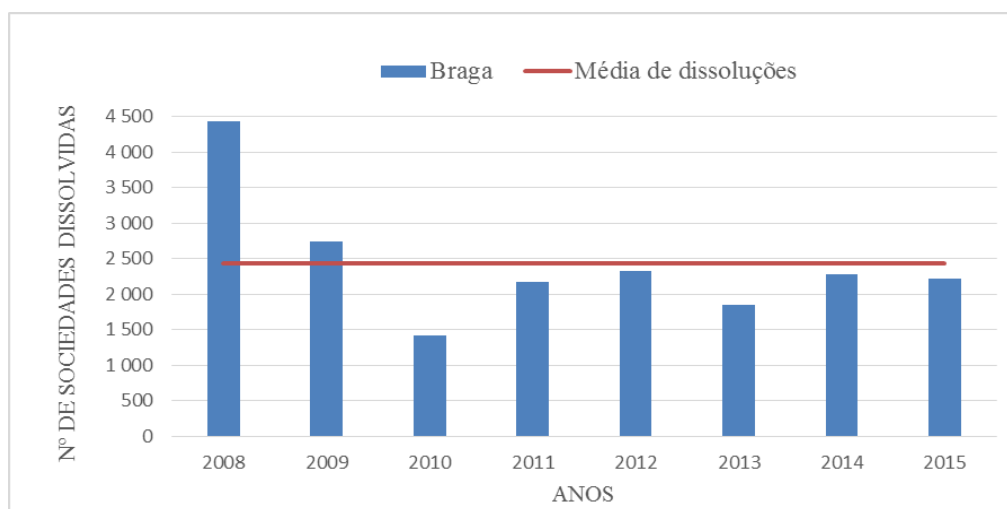


Fonte: Elaboração própria

### ➤ Distrito de Braga

Como se pode visualizar no gráfico 12, constatamos que no distrito de Braga ocorre uma situação diferente do evidenciado no distrito de Aveiro, em que o pico máximo de entidades dissolvidas foi em 2008 e não em 2009. Todos os outros anos do período analisado estão próximos da média, excetuando os anos de 2010 e 2013 com valores significativamente abaixo da média.

**GRÁFICO 12: BRAGA – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**

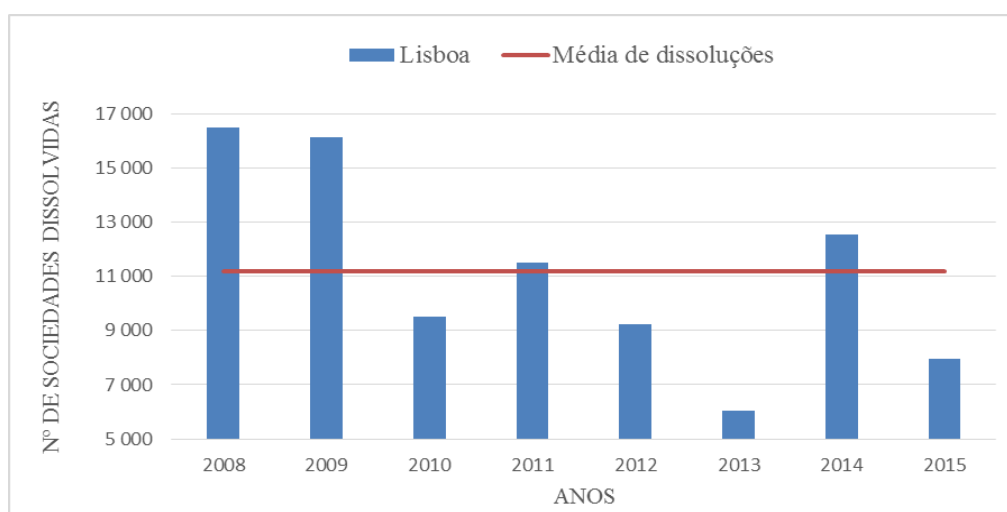


Fonte: Elaboração própria

### ➤ Distrito de Lisboa

A evidência gráfica mostra que Lisboa sofreu uma grande exposição à crise, apresentando os anos de 2008 e 2009 valores bastante superiores à média do distrito. Nos anos seguintes, mais concretamente em 2010, 2012, 2013 e 2015, as dissoluções assumem valores significativamente mais baixos do que a média. É igualmente perceptível um pico de crescimento das dissoluções em 2014.

**GRÁFICO 13: LISBOA – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**

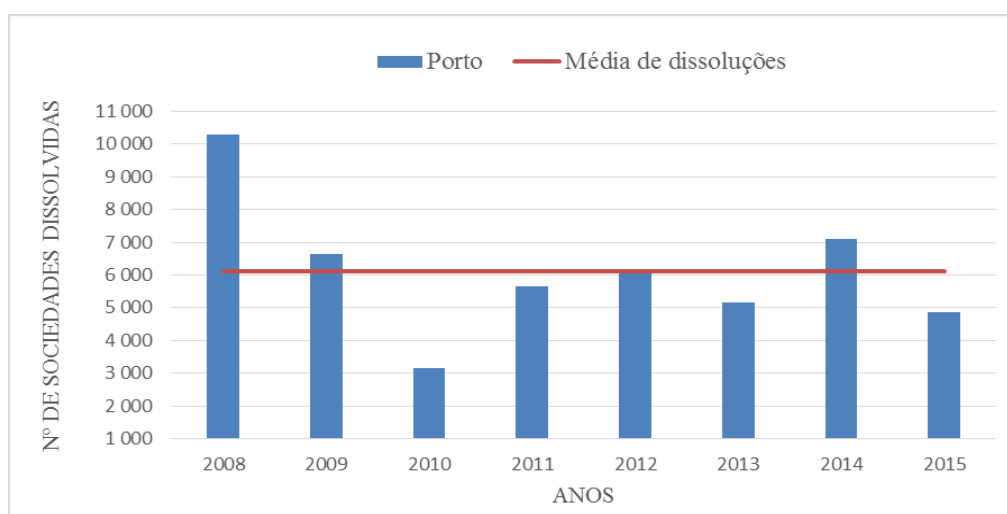


Fonte: Elaboração própria

### ➤ Distrito do Porto

O distrito do Porto apresenta uma situação bastante semelhante ao distrito de Braga, embora numa escala maior, em que o comportamento das oscilações entre anos é idêntico, como se pode confirmar nos gráficos 12 e 14. O distrito do Porto apresenta um valor máximo de dissoluções em 2008 e um mínimo em 2010.

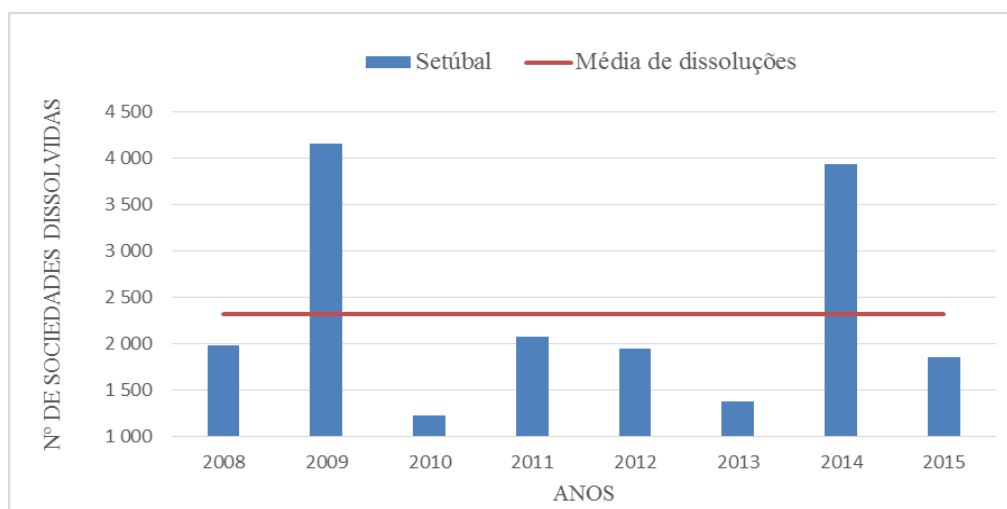
**GRÁFICO 14: PORTO – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**



Fonte: Elaboração própria

### ➤ Distrito de Setúbal

O distrito de Setúbal é dos cinco distritos identificados aquele em que se observa uma maior dispersão de resultados em relação à média. Ao contrário dos outros distritos, o ano de 2008 não foi o que apresentou valores máximos, o que ocorreu sim em 2009. Com exceção do ano de 2014 que evidencia valores idênticos aos de 2009, todos os outros anos apresentam valores significativamente inferiores à média.

**GRÁFICO 15: SETÚBAL – ENTIDADES DISSOLVIDAS, 2008 A 2015**

Fonte: Elaboração própria

Da análise do universo das sociedades dissolvidas em Portugal no período de 2008 a 2015, mais concretamente dos cinco distritos mais representativos (72 % do total), é possível extrair as seguintes conclusões:

- a) O maior número de dissoluções ocorreu nos anos de 2008, 2009 e 2014. É visível que:
- Em Aveiro ocorreram em 2009 e 2014;
  - Em Braga em 2008;
  - Em Lisboa em 2008 e 2009;
  - No Porto em 2008;
  - Em Setúbal em 2009 e 2014.

São visíveis analogias nas maiores dissoluções ocorridas no Porto e em Braga (2008) e em Aveiro e Setúbal (2009 e 2014). Lisboa evidencia indicadores significativos de dissoluções em 2008 e 2009.

- b) O menor número de dissoluções ocorreu em 2010, 2012, 2013 e 2015. É visível que:
- Em Aveiro ocorreram em 2010 e 2013;
  - Em Braga em 2010 e 2013;
  - Em Lisboa em 2010, 2012, 2013 e 2015;
  - No Porto em 2010;



- Em Setúbal em 2010, 2013 e 2015.

São visíveis números baixos em quatro anos em Lisboa, centrando-se o número significativo de dissoluções em dois anos (2008 e 2009). Já no Porto o número reduzido de dissoluções ocorre em 2010. Nos restantes distritos (Aveiro, Braga e Setúbal) os números mais baixos ocorrem nos anos de 2010 e 2013, com a ressalva de Setúbal que evidencia um número igualmente baixo em 2015.

- **Em termos de Código de Atividade Empresarial (CAE)**
- **Globalmente**

Foi feita uma recolha do número de sociedades dissolvidas no período de 2008 a 2015 por CAE. Durante a análise e compilação dos dados deparamo-nos com a inconsistência entre o valor global das dissoluções anuais com o número total das dissoluções anuais por CAE. Esta situação é evidenciada na tabela abaixo.

**TABELA 5: COMPARAÇÃO DO TOTAL DE DISSOLUÇÕES – GLOBALMENTE E POR CAE**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
<b>Total das Dissoluções</b>	46 228	49 327	22 995	32 751	30 222	22 994	38 420	27 645	270 582
<b>Total das Dissoluções por CAE</b>	1 546	1 845	2 046	5 993	24 538	21 856	34 945	28 327	121 096

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que os valores apresentados para as dissoluções por CAE não se aproximam do total de dissoluções para o período de 2008 a 2011. Os valores dos anos seguintes, embora não coincidentes, estão bastante mais próximos dos valores globais e seguem o padrão de evolução evidenciado nos gráficos anteriores. Por estas razões a nossa análise irá recair no intervalo de tempo entre 2012 a 2015.

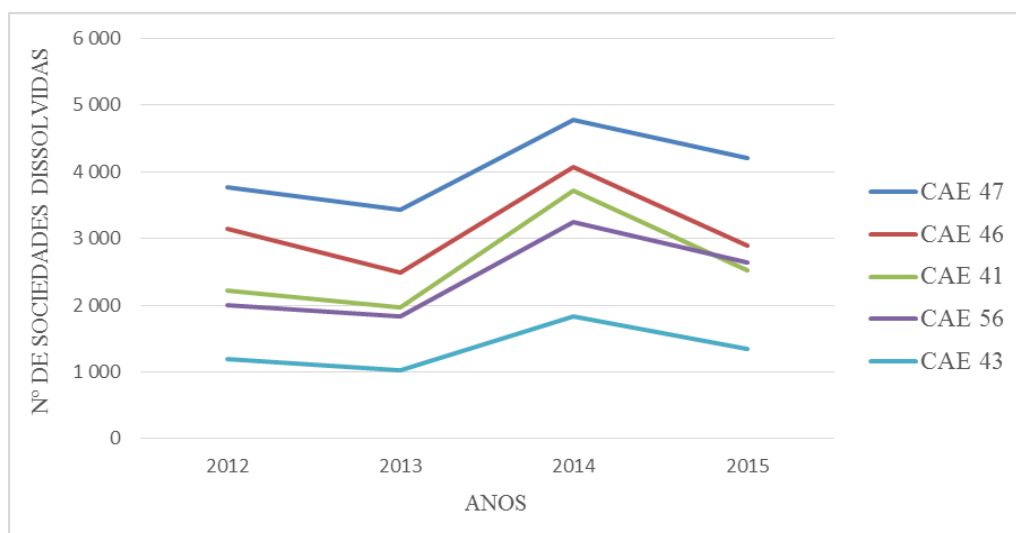
Embora o estudo tenha recaído sobre todos os CAE (ver Anexo A), a sua análise gráfica não se torna viável, devido à elevada desagregação. Tal facto obriga-nos a restringir a análise, limitando-a aos cinco maiores contribuidores para o número de dissoluções em Portugal no

período em estudo. Em termos globais, os cinco CAE em que houve um maior número de dissoluções no período temporal de 2012 a 2015, foram, por ordem decrescente:

- CAE 47 – Comércio a retalho;
- CAE 46 – Comércio por grosso;
- CAE 41 – Promoção imobiliária;
- CAE 56 – Restauração e similares;
- CAE 43 – Construção especializada.

Analisemos de seguida a sua evolução anual:

**GRÁFICO 16: EVOLUÇÃO ANUAL DA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES PARA OS CINCO MAIORES CAE**



Fonte: Elaboração própria

Em síntese, os resultados evidenciados no gráfico acima apresentam um comportamento similar aos gráficos anteriores com os valores de dissolução global e por distrito. Os cinco maiores CAE com dissoluções são de sectores da economia que foram fortemente afetados pela crise internacional de 2008, como seja a quebra do consumo interno (CAE 47, 46 e 56) e uma drástica redução da atividade do sector imobiliário (CAE 41 e 43).

### ▪ Por Distrito

A análise por CAE em termos distritais foi feita ao período temporal de 2012 a 2015, tendo sido analisados todos os distritos. Optámos pelo estudo detalhado dos cinco distritos (Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal) representativos de 72 % das dissoluções. Analisemos de seguida cada distrito:

#### ➤ Distrito de Aveiro

Em Aveiro, o CAE 47 (Comércio a retalho) é aquele que apresenta um maior número de dissoluções ao longo do período analisado, excetuando o ano de 2014 em que aparece seriado na segunda posição. O CAE 46 (Comércio por grosso) é o segundo a apresentar um maior número de dissoluções, à exceção de 2014, ano em que apresenta o maior número de dissoluções. Em terceira posição no número de dissoluções temos o CAE 41 (Promoção imobiliária), com exceção em 2015 em que aparece na quarta posição. Verificamos ainda que nos cinco maiores CAE há uma diminuição de dissoluções de 2012 para 2013, assim como um aumento de 2013 para 2014, com uma nova baixa de dissoluções em 2015 transversal a todos os CAE.

**TABELA 6: AVEIRO – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015**

Aveiro	2012		2013		2014		2015	
CAE	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual
47	224	1º	178	1º	351	2º	264	1º
46	220	2º	165	2º	352	1º	228	2º
41	145	3º	99	3º	237	3º	134	4º
56	115	4º	92	4º	223	4º	168	3º
43	67	5º	50	5º	112	5º	92	5º

Fonte: Elaboração própria

#### ➤ Distrito de Braga

No distrito de Braga, o CAE 47 (Comércio a retalho) é aquele que apresenta um maior número de dissoluções ao longo do período, com a particularidade de apresentar um comportamento crescente ao longo do período temporal analisado. Na segunda posição está o CAE 41 (Promoção imobiliária) com um comportamento oscilante nos anos analisados. O CAE 14 (Indústria do vestuário) ocupa a terceira posição no número de dissoluções, sendo

visível um crescimento ao longo dos anos do período analisado, excetuando o ano de 2013 com um ligeiro decréscimo. Os CAE 46 (Comércio por grosso) e CAE 56 (Restauração e similares) posicionam-se nas posições seguintes com o CAE 46 com valores muito idênticos aos evidenciados pelo CAE 14.

**TABELA 7: BRAGA – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015**

Braga	2012		2013		2014		2015	
CAE	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual
47	251	1º	263	1º	316	1º	338	1º
41	212	4º	195	2º	244	3º	227	3º
14	214	3º	180	3º	228	4º	250	2º
46	225	2º	177	4º	250	2º	216	4º
56	118	5º	129	5º	177	5º	172	5º

Fonte: Elaboração própria

#### ➤ Distrito de Lisboa

O CAE 47 (Comércio a retalho) mantém a sua posição ao longo dos anos analisados como maior contribuinte para o número de dissoluções, o CAE 46 (Comércio por grosso) está em segundo lugar. Os CAE seguintes – CAE 56 (Restauração e similares), CAE 41 (Promoção imobiliária) e CAE 68 (Atividades Imobiliárias), mantêm as mesmas posições ao longo do período analisado.

**TABELA 8: LISBOA – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015**

Lisboa	2012		2013		2014		2015	
CAE	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual
47	1 238	1º	908	1º	1 459	1º	1 161	1º
46	979	2º	612	2º	1 312	2º	818	2º
56	645	3º	511	3º	1 106	3º	791	3º
41	516	4º	468	4º	1 022	4º	600	4º
68	429	5º	287	5º	595	5º	512	5º

Fonte: Elaboração própria

### ➤ Distrito do Porto

O distrito do Porto apresenta na primeira posição o CAE 47 (Comércio a retalho) ao longo de todo o período analisado. A segunda e terceira posições são ocupadas, respetivamente pelo CAE 46 (Comércio por grosso) e pelo CAE 41 (Promoção imobiliária), ao longo de todo o período analisado. Nas posições seguintes estão o CAE 56 (Restauração e similares) e o CAE 43 (Construção especializada).

**TABELA 9: PORTO – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015**

Porto	2012		2013		2014		2015	
CAE	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual
47	759	1º	804	1º	891	1º	761	1º
46	732	2º	639	2º	879	2º	607	2º
41	377	3º	365	3º	595	3º	422	3º
56	301	4º	366	4º	533	4º	419	4º
43	240	5º	235	5º	367	5º	245	5º

Fonte: Elaboração própria

### ➤ Distrito de Setúbal

Em Setúbal, o CAE 47 (Comércio a retalho) posicionou-se na primeira posição ao longo do período, excetuando o ano de 2014. Todos os restantes CAE diminuem o seu número de dissoluções de 2012 para 2013 e apresentam valores máximos de dissolução em 2014.

**TABELA 10: SETÚBAL – MAIORES DISSOLUÇÕES DE SOCIEDADES POR CAE, 2012 A 2015**

Setúbal	2012		2013		2014		2015	
CAE	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual	Nº de dissoluções	Posição anual
47	219	1º	235	1º	459	2º	276	1º
41	186	2º	132	4º	520	1º	179	3º
46	180	3º	140	2º	403	3º	175	4º
56	161	4º	134	3º	354	4º	200	2º
43	103	5º	74	5º	287	5º	104	5º

Fonte: Elaboração própria

A análise aos dados permite constatar que o CAE 47 (Comércio a retalho) se posiciona como aquele que tem mais dissoluções em qualquer um dos distritos analisados. Os dois CAE

seguintes (CAE 46 – Comércio por grosso e CAE 41 – Promoção imobiliária) intercalam entre si a segunda e a terceira posição. Em Aveiro, Lisboa e Porto o CAE 46 posiciona-se na segunda posição, a mesma posição que o CAE 41 em Braga e Setúbal.

Da análise por Distrito é possível visualizar o aparecimento de CAE não integrantes da tendência global. Assim, ocorreram dissoluções de sociedades integrantes do CAE 14 (Indústria do Vestuário) em Braga, e do CAE 68 (Atividades Imobiliárias) em Lisboa. O distrito do Porto, assim como Aveiro, apresenta os mesmos CAE e na mesma ordem que a classificação global.

Por fim verificamos que todos os distritos apresentam valores máximos para todos os CAE em 2014, à exceção do distrito de Braga.

**SQ\_2: Como evoluiu o número de sociedades dissolvidas em Portugal em cada ano face às sociedades em atividade a 31 de dezembro do ano anterior?**

**a) Globalmente**

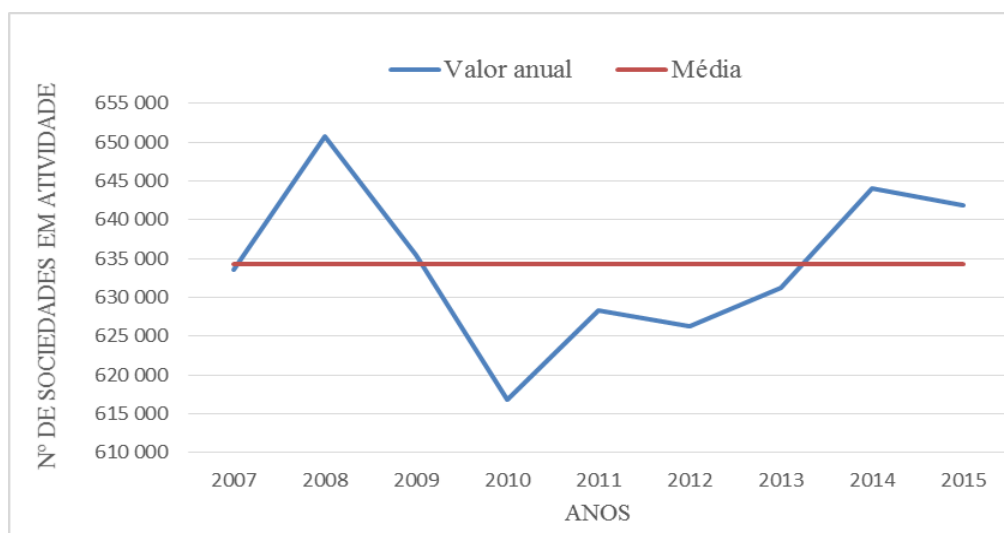
Visando responder a esta subquestão foi necessário realizar um estudo prévio sobre as sociedades existentes em Portugal no período em análise, para posteriormente ponderar o número de sociedades dissolvidas face às sociedades existentes. Pretende-se com este procedimento identificar o nível de dissolução tendo em consideração o número de sociedades existentes no início de cada ano analisado, evitando, com isso, uma análise simplista das dissoluções numa perspetiva de grandes números.

Como podemos observar na tabela abaixo, o número de entidades em atividade ao longo dos diversos anos é aproximadamente constante, 2008 e 2014 foram os anos em que existiu um maior número de sociedades a operar. Em 2010 e em 2012, identificaram-se os valores mínimos de sociedades em atividade.

**TABELA 11: SOCIEDADES EM ATIVIDADE. 2007 A 2015**

Sociedades em atividade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
<b>Total</b>	633 604	650 764	635 385	616 825	628 338	626 258	631 219	644 044	641 922	634 262
<b>Peso anual (%)</b>	11,10%	11,40%	11,13%	10,81%	11,01%	10,97%	11,06%	11,28%	11,25%	100%
<b>Taxa de Variação (%)</b>	0	2,71%	-2,36%	-2,92%	1,87%	-0,33%	0,79%	2,03%	-0,33%	

Fonte: Elaboração própria

**GRÁFICO 17: NÚMERO DE SOCIEDADES EM ATIVIDADE EM PORTUGAL**

Fonte: Elaboração Própria

Identificado o número de sociedades em atividade no início de cada ano do período analisado, estamos em condições de responder à subquestão 2, que visa identificar a forma de evolução do número anual de sociedades dissolvidas em Portugal ponderadas pelo efeito das sociedades em atividade a 31 de dezembro do ano anterior.

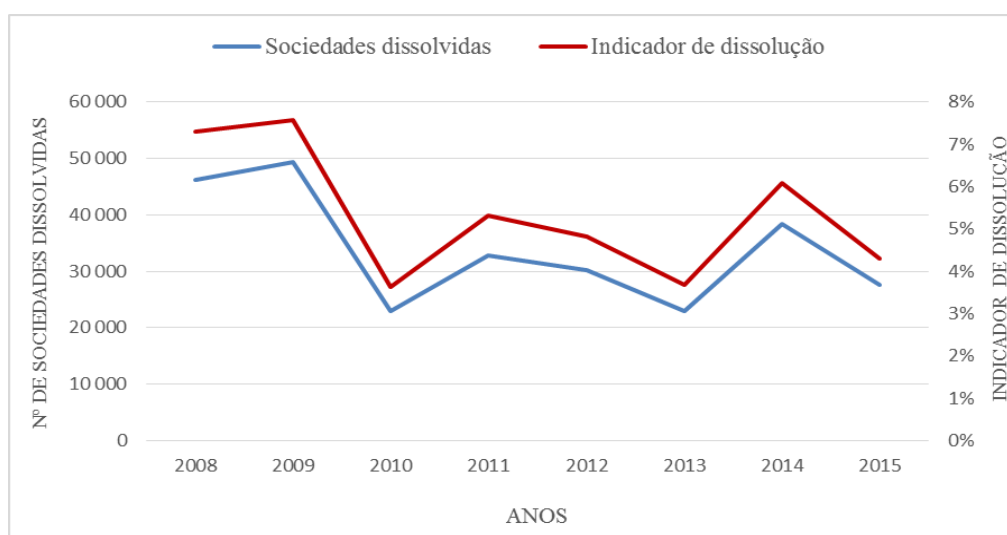
Sintetizamos na tabela abaixo a ponderação efetuada e o valor do indicador obtido pelo quociente entre o número das sociedades dissolvidas e o número das sociedades existentes.

**TABELA 12: SOCIEDADES DISSOLVIDAS E SOCIEDADES EM ATIVIDADE, 2008 A 2015**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Sociedades Dissolvidas</b>	46 228	49 327	22 995	32 751	30 222	22 994	38 420	27 645
<b>Sociedades em Atividade</b>	633 604	650 764	635 385	616 825	628 338	626 258	631 219	644 044
<b>Indicador de Dissolução</b>	7,30%	7,58%	3,62%	5,31%	4,81%	3,67%	6,09%	4,29%

Fonte: Elaboração própria

Como podemos verificar no gráfico abaixo os valores obtidos para o indicador de dissolução evidenciam um comportamento similar ao que resulta da evolução das sociedades dissolvidas sem ponderação.

**GRÁFICO 18: SOCIEDADES DISSOLVIDAS E INDICADOR DE DISSOLUÇÃO**

Fonte: Elaboração própria

### b) Por Distrito

Esta análise difere da anterior na medida em que é feita Distrito a Distrito. Para responder à mesma, foi necessário averiguar o número de sociedades existentes em Portugal, por Distrito, no período em análise, com o objetivo de obter um indicador de dissolução por Distrito e por ano.



Da análise da base de dados elaborada foi possível identificar o número de sociedades em atividade por Distrito, no período de 2007 a 2015, e que passamos a detalhar na tabela 12.

**TABELA 13: SOCIEDADES EM ATIVIDADE POR DISTRITO E POR ANO**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média	Peso do distrito (%)
<b>Açores</b>	5 185	5 525	5 649	5 616	5 825	5 605	5 446	5 283	5 034	5 463	1,00%
<b>Aveiro</b>	33 042	33 630	33 569	32 368	33 306	33 091	33 125	33 830	33 051	33 224	6,10%
<b>Beja</b>	4 879	5 161	5 315	5 332	5 404	5 475	5 600	5 787	5 999	5 439	1,00%
<b>Braga</b>	37 400	38 973	36 963	36 815	38 353	38 849	39 493	40 541	41 193	38 731	7,11%
<b>Bragança</b>	4 154	4 384	4 527	4 505	4 713	4 780	4 932	5 010	5 057	4 674	0,86%
<b>Castelo Branco</b>	6 992	7 243	7 174	6 951	7 166	7 290	7 330	7 366	7 453	7 218	1,33%
<b>Coimbra</b>	18 122	18 622	17 820	17 615	18 161	18 195	18 374	18 809	19 159	18 320	3,36%
<b>Évora</b>	6 447	6 726	6 885	7 074	7 258	7 345	7 540	7 760	7 947	7 220	1,33%
<b>Faro</b>	25 801	27 057	27 530	26 317	27 068	26 768	26 903	27 368	26 674	26 832	4,93%
<b>Guarda</b>	5 371	5 477	5 507	5 495	5 627	5 710	5 820	5 919	6 012	5 660	1,04%
<b>Leiria</b>	24 303	24 970	25 024	24 458	24 961	25 251	25 488	25 773	26 427	25 184	4,62%
<b>Lisboa</b>	174 091	178 988	171 115	163 441	163 576	160 149	159 977	163 861	161 639	166 315	30,53%
<b>Madeira</b>	17 568	18 026	17 994	16 497	16 348	15 655	15 463	15 150	15 227	16 436	3,02%
<b>Portalegre</b>	4 376	4 530	4 467	4 425	4 575	4 597	4 699	4 859	4 989	4 613	0,85%
<b>Porto</b>	94 596	97 743	92 960	92 052	95 315	95 175	95 646	96 778	96 356	95 180	17,47%
<b>Santarém</b>	19 768	20 374	20 519	19 837	20 301	20 171	20 222	20 525	20 032	20 194	3,71%
<b>Setúbal</b>	34 925	35 842	35 924	33 772	34 827	34 563	34 688	35 464	33 707	34 857	6,40%
<b>Viana do Castelo</b>	8 147	8 441	8 468	8 556	8 913	9 073	9 262	9 549	9 830	8 915	1,64%
<b>Vila Real</b>	6 167	6 504	6 585	6 570	6 812	6 792	6 901	7 069	7 242	6 738	1,24%
<b>Viseu</b>	12 800	13 306	13 052	12 996	13 460	13 527	13 703	14 072	14 347	13 474	2,47%

Fonte: Elaboração própria

Identificadas as sociedades dissolvidas por Distrito em cada ano do período em análise, e ponderados esses valores com as sociedades existentes em cada Distrito nos diversos anos (tabela 13), estamos em condições de obter o pretendido “indicador de dissolução anual por Distrito”. Este permite perceber, mais facilmente, o impacto da problemática da dissolução no Distrito por ano e proporcionar comparações entre Distritos.

Dada a dimensão dos dados analisados, restringimos a análise aos dez distritos com mais dissoluções em cada ano analisado.

Começamos com o ano de 2008, e constatamos que a hierarquização dos distritos com recurso à utilização de um indicador de dissolução altera significativamente a hierarquia

anteriormente estabelecida, elaborada em função do número de dissoluções ocorridas em cada distrito.

Em 2008, é possível constatar que três dos distritos com mais dissoluções (Braga, Porto e Lisboa) se posicionam igualmente em lugares cimeiros do *ranking* elaborado com recurso ao indicador de dissolução. Contudo, outros distritos que não figuravam na anterior ordenação aparecem em lugar de destaque. São o caso dos distritos de Castelo Branco, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real.

**TABELA 14: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2008**

2008			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Indicador de Dissolução
Lisboa	16 481	Braga	11,83%
Porto	10 294	Porto	10,88%
Braga	4 426	Coimbra	10,10%
Setúbal	1 977	Lisboa	9,47%
Aveiro	1 855	Viseu	8,85%
Coimbra	1 831	Castelo Branco	7,55%
Leiria	1 247	Portalegre	7,47%
Faro	1 160	Viana Castelo	6,86%
Viseu	1 133	Vila Real	6,84%
Santarém	958	Setúbal	5,66%

Fonte: Elaboração própria

No ano de 2009 os distritos de Setúbal, Lisboa e Aveiro continuam em lugares cimeiros do *ranking*. É igualmente visível que aparecem distritos que no anterior não estavam referenciados: Castelo Branco, Vila Real, Açores e Portalegre. Destaca-se também o aparecimento da Madeira em 1º lugar no indicador de dissolução.

**TABELA 15: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2009**

2009			
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Dissoluções</b>	<b>Distrito</b>	<b>Indicador de Dissolução</b>
<b>Lisboa</b>	16 125	<b>Madeira</b>	12,41%
<b>Porto</b>	6 630	<b>Setúbal</b>	11,59%
<b>Setúbal</b>	4 154	<b>Faro</b>	9,81%
<b>Aveiro</b>	2 985	<b>Lisboa</b>	9,01%
<b>Braga</b>	2 741	<b>Aveiro</b>	8,88%
<b>Faro</b>	2 653	<b>Castelo Branco</b>	8,55%
<b>Madeira</b>	2 237	<b>Santarém</b>	8,40%
<b>Leiria</b>	1 869	<b>Vila Real</b>	8,29%
<b>Santarém</b>	1 712	<b>Açores</b>	7,86%
<b>Coimbra</b>	1 209	<b>Portalegre</b>	7,79%

Fonte: Elaboração própria

Em 2010 é possível visualizar que o distrito de Lisboa se posiciona em primeiro lugar em ambos os *rankings*. Os restantes distritos que se encontravam nos cinco primeiros lugares da hierarquização por número de sociedades dissolvidas, ou não integram o segundo *ranking*, caso do Porto ou Setúbal, ou posicionam-se em lugares inferiores, caso de Aveiro.

Detetamos ainda que, na nova hierarquização, aparecem distritos anteriormente não posicionados em posições cimeiras. Veja-se os casos dos distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Vila Real e Viseu.

**TABELA 16: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2010**

2010			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Indicador de Dissolução
Lisboa	9 521	Lisboa	5,56%
Porto	3 160	Beja	5,38%
Braga	1 422	Madeira	5,18%
Setúbal	1 226	Bragança	4,22%
Aveiro	1 148	Braga	3,85%
Madeira	932	Leiria	3,56%
Faro	916	Castelo Branco	3,54%
Leiria	890	Vila Real	3,51%
Santarém	669	Viseu	3,47%
Coimbra	550	Aveiro	3,42%

Fonte: Elaboração própria

Em 2011 é possível identificar o posicionamento da Madeira em lugar cimeiro do *ranking* com recurso à formalização do indicador de dissolução, sendo possível ainda identificar a presença de distritos anteriormente não listados nas posições cimeiras, caso de Vila Real e Viseu.

**TABELA 17: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2011**

2011			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Indicador de Dissolução
Lisboa	11 509	Madeira	8,40%
Porto	5 653	Lisboa	7,04%
Braga	2 167	Faro	6,50%
Setúbal	2 073	Porto	6,14%
Aveiro	1 892	Setúbal	6,14%
Faro	1 710	Vila Real	6,13%
Madeira	1 386	Braga	5,89%
Santarém	1 093	Aveiro	5,85%
Coimbra	909	Santarém	5,51%
Leiria	869	Viseu	5,41%

Fonte: Elaboração própria

O *ranking* elaborado em 2012 permite constatar que os cinco distritos com maior número de dissoluções se posicionam também em posições cimeiras. Visualizamos igualmente que distritos que na primeira hierarquização não figuravam em lugares de destaque assumem no *ranking* elaborado com recurso ao indicador de dissolução posições cimeiras. De novo a Madeira no segundo lugar, bem como os distritos de Castelo Branco, Vila Real e Viana do Castelo.

**TABELA 18: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2012**

2012			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Indicador de Dissolução
<b>Lisboa</b>	9 241	<b>Porto</b>	6,33%
<b>Porto</b>	6 035	<b>Madeira</b>	6,17%
<b>Braga</b>	2 329	<b>Braga</b>	6,07%
<b>Setúbal</b>	1 952	<b>Aveiro</b>	5,85%
<b>Aveiro</b>	1 949	<b>Castelo Branco</b>	5,78%
<b>Faro</b>	1 431	<b>Lisboa</b>	5,65%
<b>Leiria</b>	1 155	<b>Setúbal</b>	5,60%
<b>Madeira</b>	1 008	<b>Faro</b>	5,29%
<b>Santarém</b>	957	<b>Vila Real</b>	5,05%
<b>Coimbra</b>	880	<b>Viana Castelo</b>	5,04%

Fonte: Elaboração própria

Em 2013, Lisboa ocupava o primeiro lugar no número de unidades dissolvidas, contudo não faz parte dos dez maiores distritos no ranking do indicador de dissolução, acontecendo o mesmo com Aveiro. A Madeira estava em sétimo lugar no número de dissoluções e passa para primeiro lugar do ranking do indicador de dissolução. Destacamos de novo a presença em lugares de destaque de distritos como Castelo Branco, Bragança, Vila Real, Guarda.

**TABELA 19: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2013**

2013			
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Dissoluções</b>	<b>Distrito</b>	<b>Indicador de Dissolução</b>
<b>Lisboa</b>	6 049	<b>Madeira</b>	7,18%
<b>Porto</b>	5 176	<b>Porto</b>	5,44%
<b>Braga</b>	1 843	<b>Castelo Branco</b>	4,77%
<b>Setúbal</b>	1 375	<b>Braga</b>	4,74%
<b>Aveiro</b>	1 220	<b>Bragança</b>	4,73%
<b>Faro</b>	1 217	<b>Faro</b>	4,55%
<b>Madeira</b>	1 124	<b>Vila Real</b>	4,08%
<b>Leiria</b>	964	<b>Setúbal</b>	3,98%
<b>Santarém</b>	713	<b>Guarda</b>	3,89%
<b>Coimbra</b>	630	<b>Leiria</b>	3,82%

Fonte: Elaboração própria

Em 2014, a análise permite identificar que os distritos com maior número de dissoluções se posicionam no novo ranking, se bem que em posições diferentes, nos lugares cimeiros. Identificámos o aparecimento na nova hierarquia dos distritos de Açores e Bragança.

**TABELA 20: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2014**

2014			
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Dissoluções</b>	<b>Distrito</b>	<b>Indicador de Dissolução</b>
<b>Lisboa</b>	12 562	<b>Setúbal</b>	11,35%
<b>Porto</b>	7 099	<b>Faro</b>	9,08%
<b>Setúbal</b>	3 938	<b>Aveiro</b>	8,65%
<b>Aveiro</b>	2 866	<b>Lisboa</b>	7,85%
<b>Faro</b>	2 442	<b>Santarém</b>	7,64%
<b>Braga</b>	2 274	<b>Porto</b>	7,42%
<b>Santarém</b>	1 544	<b>Braga</b>	5,76%
<b>Leiria</b>	884	<b>Madeira</b>	5,50%
<b>Madeira</b>	851	<b>Açores</b>	4,61%
<b>Coimbra</b>	789	<b>Bragança</b>	4,56%

Fonte: Elaboração própria

No *ranking* elaborado em 2015 surgem nos três primeiros lugares os distritos de Coimbra, Madeira e Viana do Castelo, repetindo-se a Madeira em lugar cimeiro, para além do posicionamento do distrito de Coimbra no primeiro lugar. Nos restantes lugares surgem os

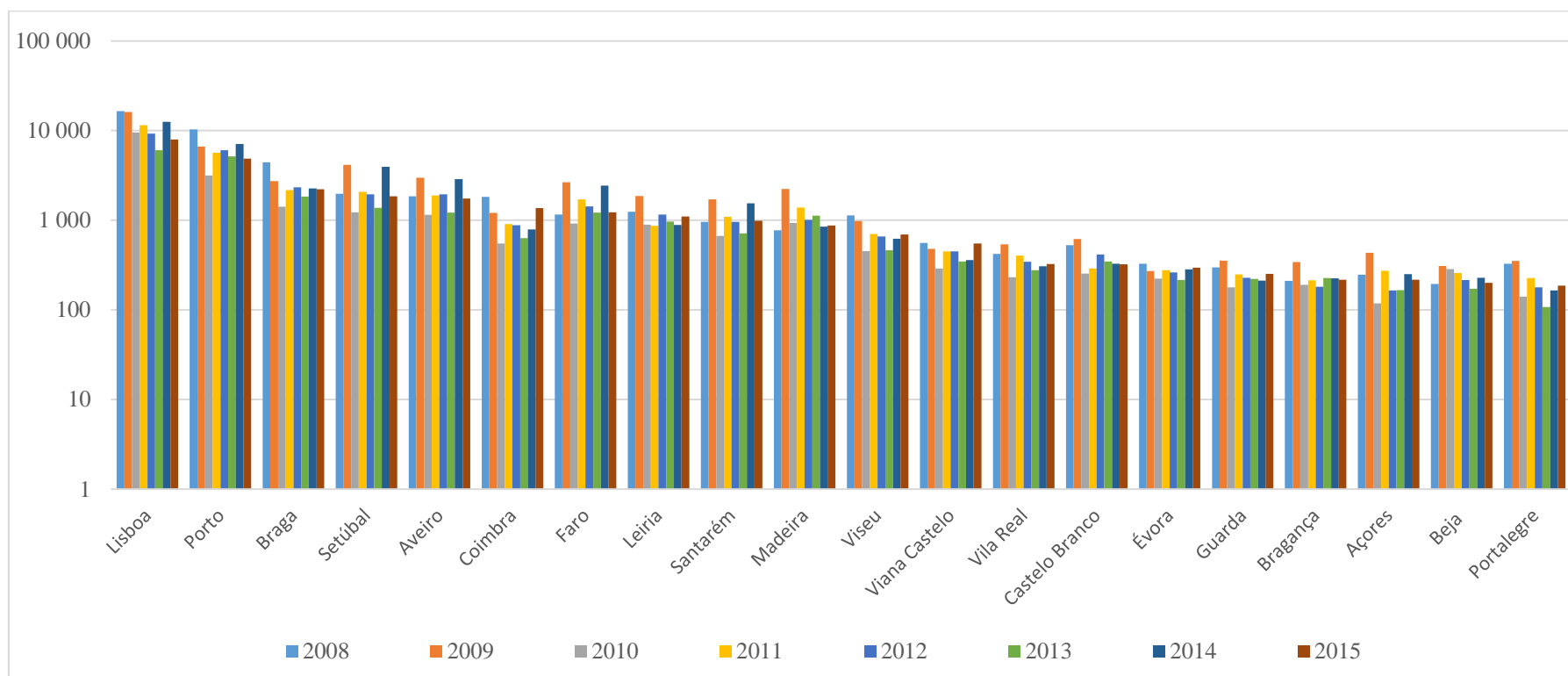
cinco distritos com mais dissoluções em número, acrescido do distrito de Viseu que não fazia parte do primeiro *ranking*.

**TABELA 21: DISSOLUÇÕES GLOBAIS VS. INDICADOR DE DISSOLUÇÃO, POR DISTRITO, 2015**

2015			
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Dissoluções</b>	<b>Distrito</b>	<b>Indicador de Dissolução</b>
<b>Lisboa</b>	7 972	<b>Coimbra</b>	7,28%
<b>Porto</b>	4 869	<b>Madeira</b>	5,77%
<b>Braga</b>	2 210	<b>Viana Castelo</b>	5,75%
<b>Setúbal</b>	1 858	<b>Braga</b>	5,45%
<b>Aveiro</b>	1 745	<b>Setúbal</b>	5,24%
<b>Coimbra</b>	1 369	<b>Aveiro</b>	5,16%
<b>Faro</b>	1 231	<b>Porto</b>	5,03%
<b>Leiria</b>	1 102	<b>Viseu</b>	4,92%
<b>Santarém</b>	991	<b>Lisboa</b>	4,87%
<b>Madeira</b>	874	<b>Santarém</b>	4,83%

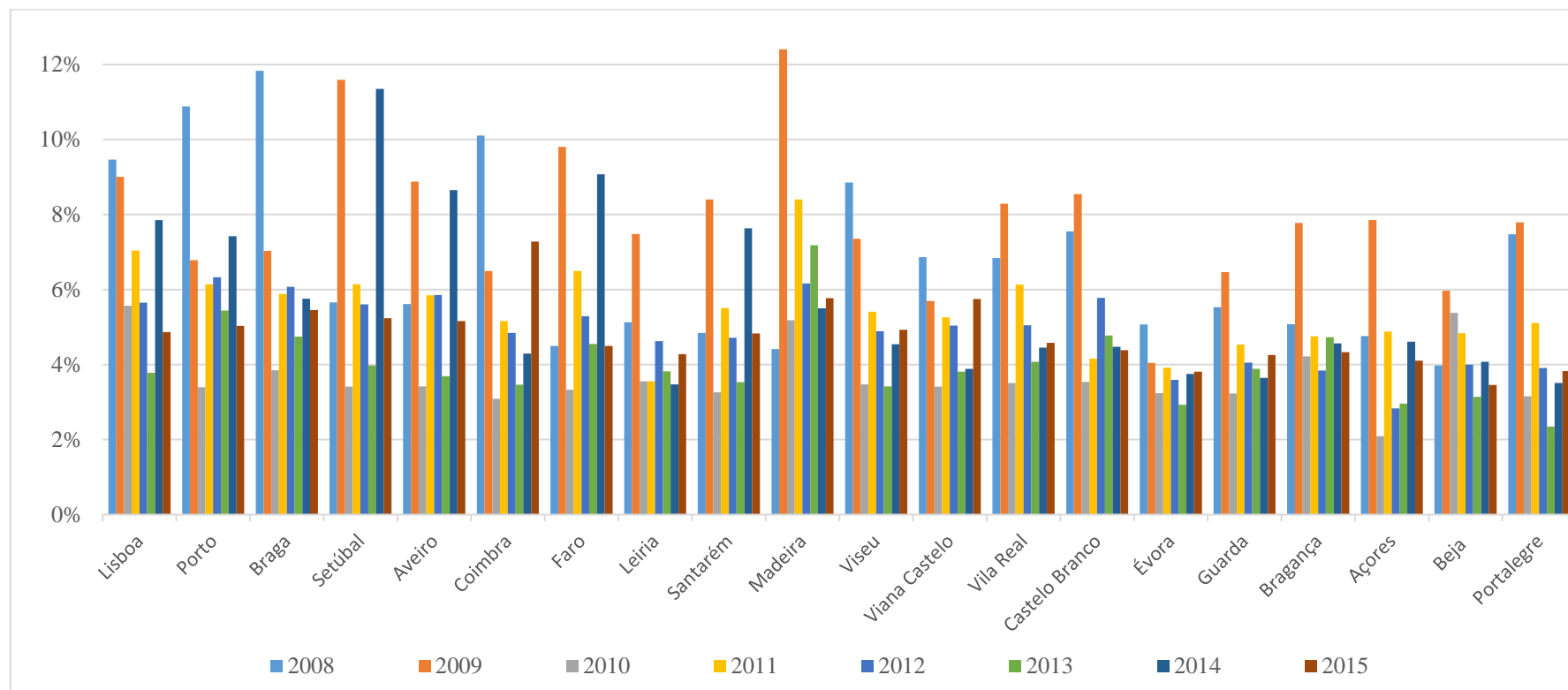
Fonte: Elaboração própria

**GRÁFICO 19: NÚMERO DE SOCIEDADES DISSOLVIDAS POR DISTRITO, 2008 A 2015 – ESCALA LOGARÍTMICA**



Fonte: Elaboração própria



**GRÁFICO 20: INDICADOR DE DISSOLUÇÃO POR DISTRITO, 2008 A 2015**

Fonte: Elaboração própria

## 5.2 SÍNTESE DE RESULTADOS

Verificamos que em termos globais, os anos com maior número de dissoluções foram os anos iniciais da crise (2008 e 2009). No respeitante à forma jurídica, as sociedades por quotas foram a forma de constituição mais afetada, com uma média no período analisado de 25 917 unidades dissolvidas. Pelo contrário, as sociedades anónimas foram as menos afetadas, com uma média de 1 064 unidades dissolvidas. As sociedades unipessoais apresentam uma média de 6 394 unidades dissolvidas e, ao contrário das sociedades por quotas, exibem um comportamento crescente com um pico máximo em 2014.

Da análise distrital, retiramos que os distritos com maior número de dissoluções ao longo do período analisado foram Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal, de salientar que estes cinco distritos foram responsáveis por 72 % do total de sociedades dissolvidas. Em Aveiro, o maior número de dissoluções ocorreu em 2009 e 2014, em Braga em 2008, em Lisboa em 2008 e 2009, no Porto em 2008 e em Setúbal em 2009 e 2014.

Em termos de CAE, a análise limitou-se ao período de 2012 a 2015, devido à inconsistência dos dados que detetamos na análise. Na tarefa de analisar os CAE, optámos por apresentar, devido à enorme desagregação, os cinco CAE onde detetámos um maior número de dissoluções no período em estudo. Foram eles o CAE 47 (Comércio a retalho), o CAE 46 (Comércio por grosso), o CAE 41 (Promoção imobiliária), o CAE 56 (Restauração e similares) e o CAE 43 (Construção especializada). Podemos salientar que os cinco CAE apresentam o mesmo comportamento ao longo do período analisado e também que representam os setores da economia mais afetados pela crise internacional, sendo o consumo interno e a atividade imobiliária.

Ainda dentro da análise por CAE, observámos o comportamento dos CAE dentro de cada Distrito. Mais uma vez deparámo-nos com o problema da enorme desagregação por CAE, a acrescentar ao elevado número de distritos. Analisámos, dentro de cada Distrito, quais os CAE com maior número de dissoluções, no período temporal de 2012 a 2015, restringindo a análise aos cinco distritos com maior número de dissoluções e, dentro destes, os cinco CAE com maior contribuição para esse mesmo número. Constatámos que o CAE 47 posiciona-se em primeiro lugar nos 5 distritos. Os cinco CAE com maior número de dissoluções nos cinco distritos são os mesmos (nem sempre na mesma posição) que observamos na análise global,

à exceção de Braga e Lisboa. Em Braga visualizámos a aparecimento do CAE 14 (Indústria do vestuário) e em Lisboa o CAE 68 (Atividades imobiliárias). Salienta-se ainda que todos os distritos apresentam valores máximos em todos os CAE em 2014, excetuando Braga, em que os valores máximos acontecem também em 2015.

Em termos globais, o número de sociedades em atividade, não sofre grandes oscilações ao longo do período em estudo e podemos verificar que os anos em que houveram mais sociedades em atividade foram os de 2008 e 2014. Quando ponderámos as sociedades dissolvidas face às sociedades em atividade, constatámos que o comportamento gráfico da linha do indicador de dissolução é semelhante ao comportamento da linha das sociedades dissolvidas em termos globais.

Na análise distrital ao indicador de dissolução em comparação com o número de sociedades dissolvidas em cada distrito, retiramos alguns factos relevantes que passamos a sintetizar. O Distrito de Lisboa que evidencia o maior número de dissoluções, não mostra o mesmo protagonismo quanto levamos em conta o indicador de dissolução, pois só em 2010 ocupa o primeiro lugar em ambos os *rankings*, nos restantes anos isso não acontece, chegando mesmo, em 2013, a não fazer parte dos dez distritos com maior indicador de dissolução. Com a Madeira passa-se a situação inversa, ou seja, não fazendo parte dos cinco primeiros distritos com maior número de dissoluções, no *ranking* do indicador de dissolução aparece muitas vezes nesses primeiros lugares, estando mesmo em primeiro lugar nos anos de 2009, 2011 e 2013, ocupando o segundo lugar em 2012 e em 2015. Salienta-se ainda que a Madeira é o Distrito que ocupa um maior número de vezes o primeiro lugar do *ranking*, alternando esse mesmo lugar com os distritos de Braga, Lisboa, Porto, Setúbal e Coimbra. Devido a estas constatações podemos afirmar que a Madeira foi o Distrito mais afetado pela crise internacional no que respeita a dissolução de sociedades.

O Distrito do Porto que ocupa o segundo lugar no número de dissoluções, no novo *ranking* está em primeiro lugar em 2012, em segundo lugar em 2008 e em 2013, e em quarto lugar em 2011. Nos restantes anos não integra os cinco maiores distritos do indicador de dissolução.

O Distrito de Braga é o terceiro Distrito com maior número de dissoluções. No novo *ranking* está em primeiro lugar em 2008. Em 2009 não integra os 10 primeiros lugares do novo *ranking* e nos restantes anos está quase sempre nos 5 primeiros lugares.

No novo *ranking*, Setúbal posiciona-se em primeiro lugar em 2014, em segundo lugar em 2009. Em 2010 não integra os dez maiores distritos e em 2015 está em quinto lugar.

O distrito de Aveiro, em 2008 e em 2013 não integra os dez primeiros distritos do ranking, em 2009 ocupa o quinto lugar, em 2012 o quarto, e em 2014 o terceiro.

O Distrito de Coimbra, embora não pertença aos cinco distritos com mais peso no número de dissoluções, ocupa em 2015 e em 2008 o primeiro e o terceiro lugar do novo *ranking* respetivamente. Semelhante ao que se verifica com Coimbra, verifica-se com Faro, que ocupa o segundo lugar em 2014 e o terceiro em 2009 e em 2011.

É de realçar ainda a importância para o facto de os distritos de Castelo Branco, Portalegre, Vila Real, Viana do Castelo, Bragança, Beja e os Açores nunca aparecerem nos dez primeiros lugares como maiores contribuidores para o número de dissoluções, no entanto estão quase sempre presentes nos lugares cimeiros do *ranking* do indicador de dissolução.

**TABELA 22: POSIÇÃO DE DISTRITO COM RECURSO AO INDICADOR DE DISSOLUÇÃO**

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
<b>2008</b>	Braga	Porto	Coimbra	Lisboa	Viseu	Castelo Branco	Portalegre	Viana Castelo	Vila Real	Setúbal
<b>2009</b>	Madeira	Setúbal	Faro	Lisboa	Aveiro	Castelo Branco	Santarém	Vila Real	Açores	Portalegre
<b>2010</b>	Lisboa	Beja	Madeira	Bragança	Braga	Leiria	Castelo Branco	Vila Real	Viseu	Aveiro
<b>2011</b>	Madeira	Lisboa	Faro	Porto	Setúbal	Vila Real	Braga	Aveiro	Santarém	Viseu
<b>2012</b>	Porto	Madeira	Braga	Aveiro	Castelo Branco	Lisboa	Setúbal	Faro	Vila Real	Viana Castelo
<b>2013</b>	Madeira	Porto	Castelo Branco	Braga	Bragança	Faro	Vila Real	Setúbal	Guarda	Leiria
<b>2014</b>	Setúbal	Faro	Aveiro	Lisboa	Santarém	Porto	Braga	Madeira	Açores	Bragança
<b>2015</b>	Coimbra	Madeira	Viana Castelo	Braga	Setúbal	Aveiro	Porto	Viseu	Lisboa	Santarém

Fonte: Elaboração própria

## 6 CONCLUSÃO E TRABALHOS FUTUROS

### 6.1 CONCLUSÃO

A crise internacional de 2008 desencadeou vários problemas nas economias, tais como as dificuldades de acesso ao crédito, o aumento das dívidas soberanas, o desemprego e o encerramento de empresas. Apesar de a crise ter início nos EUA, os problemas enunciados foram globais, afetando também a Europa.

Neste contexto, as empresas portuguesas veem-se confrontadas com grandes problemas de acesso ao crédito, o que somando ao cada vez mais baixo poder de compra das famílias, potenciou as dificuldades na sua manutenção em atividade.

Tendo em conta o encerramento de sociedades neste contexto de crise, desenvolvemos o objetivo geral deste trabalho de perceber a dimensão da dissolução das sociedades em Portugal num contexto de crise económica. A informação que sustenta o estudo foi retirada do *site Raciús*, e abrange o período temporal de 2008 a 2015, tendo sido construídas bases de dados organizadas de forma a dar resposta às questões de investigação suscitadas.

Da análise dos resultados foi possível verificar que os anos de 2008 e 2009 concentraram o maior número de sociedades dissolvidas (35% do total do período em análise). Em 2010, o número de sociedades dissolvidas desce 53,8% (tabela 2) em relação ao ano anterior. Em 2014, o número de unidades dissolvidas volta a aumentar 67,09% em relação a 2013, sendo o terceiro ano com maior número de dissoluções.

As sociedades por quotas representam a maior fatia de sociedades dissolvidas, com uma média de 25 917 unidades, menos 7 906 unidades que a média global, apresentando picos de dissolução coincidentes com o número global de dissoluções (2008, 2009 e 2014). As sociedades unipessoais apresentam uma tendência crescente de dissolução, expondo números máximos em 2014 e 2015. As sociedades anónimas são as que apresentam um menor número de dissolução, no entanto com uma tendência de crescimento entre 2010 e 2014.

Na análise distrital, embora tenhamos analisado os vinte distritos, escolhemos para estudo detalhado os cinco distritos que mais contribuíram para o número de dissoluções totais no

período em análise (Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal), que representam 72% do total de sociedades dissolvidas. As médias de dissolução dos referidos distritos variam entre 1 958 para Aveiro e 11 183 para Lisboa. Da análise do valor máximo de dissoluções por Distrito e por ano, verificamos que o valor mais elevado foi em 2009 e em 2014 para Aveiro e para Setúbal, em 2008 para Braga e Porto, em 2008 e 2009 para Lisboa.

Ao realizar a análise por CAE deparámo-nos com a inconsistência do valor global das dissoluções anuais com o valor total das dissoluções anuais por CAE (tabela 5), e por este motivo a nossa análise centrou-se no intervalo temporal de 2012 a 2015. Analisados todos os CAE identificámos a sua enorme desagregação, que nos obrigou a restringir a análise aos cinco maiores contribuidores para o número de dissoluções no período estudado. Verificámos que os cinco CAE responsáveis pelo maior número de dissoluções foram o CAE 47 (Comércio a retalho), o CAE 46 (Comércio por grosso), o CAE 41 (Promoção imobiliária), o CAE 56 (Restauração e similares) e o CAE 43 (Construção especializada). Constatámos ainda que os referidos CAE apresentavam um comportamento semelhante ao longo do período e que representam setores da economia que foram bastante afetados pela crise internacional de 2008, nomeadamente o consumo interno e o setor imobiliário.

Quando analisámos o comportamento dos CAE dentro de cada Distrito, tivemos que restringir a análise, em termos de CAE e em termos distritais, uma vez que não seria viável apresentar detalhadamente a análise completa. Optámos pelo estudo dos cinco distritos representativos do maior número de dissoluções ao longo do período (Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal). Esta análise distrital permitiu constatar que o CAE 47 (Comércio a retalho) é aquele que apresenta o mais elevado número de dissoluções nos 5 maiores distritos, bem como na análise global. Os CAE mais representativos na análise distrital são os mesmos que na análise global, embora nem sempre na mesma posição. Excetuam-se os distritos de Braga e Lisboa, onde visualizámos o aparecimento de CAE não constantes na análise global. Em Braga detetámos o CAE 14 (Indústria do vestuário) na terceira posição e em Lisboa detetámos o CAE 68 (Atividades imobiliárias) em quinto lugar.

Na preparação e análise dos dados para dar resposta à SQ\_2 criámos um “indicador de dissolução”. O citado indicador permitiu identificar a mesma tendência comportamental que o número total de sociedades dissolvidas (gráfico 18). A análise distrital com recurso ao indicador, permitiu identificar que Lisboa, que apresentava sempre o maior número de

dissoluções em todos os anos, quando analisado o novo *ranking* não se verifica a mesma situação. Apenas em 2010, Lisboa ocupa o primeiro lugar em ambos os *rankings* e, em 2013 não faz parte dos dez maiores distritos do indicador de dissolução.

Destaca-se a situação da Madeira, em que as sociedades foram severamente afetadas com a crise de 2008. Este facto não está totalmente visível no número de dissoluções globais mas, com o indicador de dissolução, a Madeira ocupa sempre lugares cimeiros e, em 2009, 2011 e 2013 ocupava o primeiro lugar do *ranking*.

Pelo contrário, destaca-se pela positiva a situação de Évora como sendo um dos distritos menos afetados. Este distrito foi o único que não aparece nos 10 distritos com mais dissoluções nem no *ranking* do indicador de dissolução.

Salienta-se ainda que os distritos de Castelo Branco, Portalegre, Vila Real, Viana do Castelo, Bragança, Beja e Açores, que nunca aparecem nos dez primeiros lugares como maiores contribuidores para o número de dissoluções, estão quase sempre presentes nos lugares cimeiros do *ranking* do indicador de dissolução. Esta constatação permite afirmar que o interior do nosso país foi tão afetado como o litoral pela crise internacional.

A análise realizada permitiu, em síntese, identificar a forma como evoluiu a dissolução das sociedades em Portugal entre 2008 e 2015, sendo possível duas constatações principais:

- Quando analisada a dissolução pelo número de sociedades dissolvidas, constatamos que são os distritos com mais sociedades ativas que têm um maior número de sociedades dissolvidas;
- Quando se pondera o número de sociedades dissolvidas face ao número de sociedades existentes no início de cada ano, constata-se que os distritos do interior e ilhas foram tão afetados como os distritos mais industrializados do litoral. Esta constatação não era visível sem o recurso ao indicador de dissolução.

## **6.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

Como tópicos para trabalhos futuros sugere-se:

- Averiguar de que forma as medidas tomadas pelo Governo português travaram ou não o encerramento de sociedades;

- Averiguar o que cada país da UE fez para prevenir/controlar o encerramento de sociedades/empresas e relacionar com o número de encerramentos efetivo para assim verificar a eficácia das medidas tomadas.



## Referências Bibliográficas

- Ahmad, W., Bhanumurthy, N. R., & Sehgal, S. (2014). THE EUROZONE CRISIS AND ITS CONTAGION EFFECTS ON THE EUROPEAN STOCK MARKETS. *Studies in Economics and Finance*, 31(3), 325–352. <http://doi.org/10.1108/SEF-01-2014-0001>
- BANCO DE PORTUGAL. <https://www.bportugal.pt/>
- Bondt, W. De. (2010). THE CRISIS OF 2008 AND FINANCIAL REFORM. *Qualitative Research in Financial Markets*, 2(3), 137–156. <http://doi.org/10.1108/17554171011091728>
- Carregueiro, N. (2005). BAIXA PRODUTIVIDADE CUSTOU 8,1 MIL MILHÕES À ECONOMIA PORTUGUESA EM 2014. *Jornal de Negócios*. [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/baixa\\_produtividade\\_custou\\_81\\_mil\\_milhoes\\_a\\_economia\\_portuguesa\\_em\\_2004.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/baixa_produtividade_custou_81_mil_milhoes_a_economia_portuguesa_em_2004.html).
- Castro, A., Anjos, B., Esteves, S., & Magalhães, T. (2010). CRISE ECONÓMICA INTERNACIONAL E VULNERABILIDADES DAS PME PORTUGUESAS. *Revista de Contabilidade E Finanças*, 100, 33–35.
- CÓDIGO CIVIL [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_main.php](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php)
- CÓDIGO COMERCIAL [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_main.php](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php)
- CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_main.php](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php)
- Cohen, N. (2008). HOUSING: US MORTGAGE WOES IN A CLASS OF THEIR OWN. Retrieved January 24, 2016, from <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/dacc9192-94ca-11dd-953e-000077b07658.html#axzz3yA1RaeQx>
- Comissão Europeia. (2011). *A EUROPA E A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL: BALANÇO DA RESPOSTA POLÍTICA DA UNIÃO EUROPEIA*. (Comissão Europeia, Ed.). Retrieved from <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/europep.pdf>
- Comissão Europeia. (2014). ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS - ASSISTÊNCIA AOS PAÍSES EM DIFICULDADES. Retrieved March 1, 2016, from [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/explained/the\\_financial\\_and\\_economic\\_crisis/asisting\\_countries\\_in\\_trouble/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/explained/the_financial_and_economic_crisis/asisting_countries_in_trouble/index_pt.htm)

- Comité Económico e Social Europeu. (2013). *O IMPACTO DAS MEDIDAS “ANTI-CRISE” E A SITUAÇÃO SOCIAL E DE EMPREGO: PORTUGAL*. Retrieved from [www.eesc.europa.eu](http://www.eesc.europa.eu)
- Costa, S. (2014). *IMPACTO DA CRISE NA PERFORMANCE ECONÓMICO - FINANCEIRA DAS EMPRESAS* (Dissertação de Mestrado) Instituto Politécnico de Setúbal.
- Coutinho, C. P. (2011). *METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: TEORIA E PRÁTICA*. (Almedina, Ed.) (2ª Reimpre).
- Cunha, P. (2014). *DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS*. (Almedina) (5ª edição).
- DECRETO-LEI N.º 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO
- Dimitriou, D., & Simos, T. (2013). CONTAGION CHANNELS OF THE USA SUBPRIME FINANCIAL CRISIS-EVIDENCE FROM USA, EMU, CHINA AND JAPAN EQUITY MARKETS. *Journal of Financial Economic Policy*, 5(1), 61–71. <http://doi.org/10.1108/17576381311317781>
- Duarte, J. A. M. (2013). *METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO*. (Vírgula, Ed.) (1ª edição).
- Elwell, C. K. (2013). *ECONOMIC RECOVERY: SUSTAINING U.S. ECONOMIC GROWTH IN A POST-CRISIS ECONOMY*. Congressional Research Service. Retrieved from <https://www.fas.org/sgp/crs/misc/R41332.pdf>
- Eshraghi, A., & Taffler, R. (2012). HEDGE FUNDS AND UNCONSCIOUS FANTASY. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 25(8), pp.1244-1265. <http://doi.org/10.1108/09513571211275461>
- EUROSTAT. <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>.
- Gelinas, N. (2015). WHY HASN'T THE ECONOMY FULLY RECOVERED? DEBT, DEBT, DEBT. Retrieved February 1, 2016, from <http://nypost.com/2015/04/19/why-hasnt-the-economy-fully-recovered-debt-debt-debt/>
- Gonenc, H., Schorer, F., & Appel, W. P. F. (2007). CREDIT DEFAULT SWAP SPREAD AND SUCCESSION EVENTS. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, 15(4), 450–463. <http://doi.org/10.1108/13581980710835281>
- INE. (2010a). *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2009*. Retrieved from [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

- INE. (2010b). *EMPRESAS EM PORTUGAL 2008*. Retrieved from [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- INE (2012). *EVOLUÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL EM PORTUGAL, 2004 A 2010*. Retrieved from [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- INE. (2013). *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2011*. Retrieved from [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- INE. (2014). *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2012*. Retrieved from <https://www.ine.pt>
- Mateus, A. M. (2003). *UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA PORTUGAL*. Retrieved from [http://docentes.fe.unl.pt/~amateus/publicacoes/NovoModelo/novo\\_modelo.pdf](http://docentes.fe.unl.pt/~amateus/publicacoes/NovoModelo/novo_modelo.pdf)
- Morgan, J. (2013). HEDGE FUNDS: STATISTICAL ARBITRAGE, HIGH FREQUENCY TRADING AND THEIR CONSEQUENCES FOR THE ENVIRONMENT OF BUSINESSES. *Critical Perspectives on International Business*, 9(4), 377–397. <http://doi.org/10.1108/cpoib-06-2013-0020>
- Pereira, Á. S. (2011). *PORTUGAL NA HORA DA VERDADE: COMO VENCER A CRISE NACIONAL*. Lisboa: Gradiva.
- Philippas, D., Koutelidakis, Y., & Leontiisis, A. (2015). INSIGHTS INTO EUROPEAN INTERBANK NETWORK CONTAGION. *Managerial Finance*, Vol. 41(8), 754–772. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1108/02683940010305270>
- PORDATA. BASES DE DADOS PORTUGAL CONTEMPORÂNEO. <http://www.pordata.pt/>
- Prorokowski, L. (2011). RECOVERY FROM THE CURRENT BANKING CRISIS. *Qualitative Research in Financial Markets*, Vol. 3, 193-223. <http://www.emeraldinsight.com/>
- Racius. <https://www.racius.com/>. Data de acesso: Maio, 2016
- REJIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_main.php](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php)
- Revista "REVISORES E AUDITORES", nº55. Outubro/Dezembro 2011, pág.14-21

- Serrano, D. (2014). *OS INPACTOS DA ATUAL CRISE FINANCEIRA NA ESTRUTURA DE CAPITAIS DAS EMPRESAS PORTUGUESAS* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora. Retrieved from <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11484>
- Soto, J. (2012). MOEDA, CRÉDITO BANCÁRIO E CICLOS ECONÓMICOS. Retrieved from <http://www.mises.org.br>
- Ventura, R. (2011). *DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES*. (Edições Almedina).
- Vieira, C. (2013). IMPACTO DA CRISE NO FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.

# **Anexos**

## Anexo A: Dissoluções por CAE, 2008 a 2015

CAE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>1</b>	18	13	27	47	266	281	374	410
<b>2</b>	5						69	103
<b>3</b>				10				
<b>8</b>	6		11		60	41		
<b>10</b>	27	23	23	82	271	239	413	376
<b>13</b>	23	33	24	49	199	164	192	140
<b>14</b>	89	127	94	104	532	421	598	523
<b>15</b>	24	27	18	33	136	97	183	165
<b>16</b>	21	33	36	46	189	164	286	229
<b>17</b>	4	8						
<b>18</b>	12	17	17	38	193	96	231	188
<b>20</b>	6	11	7	18	52	42	71	
<b>22</b>	5	6	6	18				
<b>23</b>	23	24	22	54	185	129	212	197
<b>24</b>		6						
<b>25</b>	40	49	49	94	376	334	542	366
<b>27</b>	4	7			54			
<b>28</b>	11	8	18	20	95	68	119	82
<b>29</b>	5							
<b>30</b>			5					
<b>31</b>	30	24	33	61	198	183	302	226
<b>32</b>	10	5	10	20	121	67	124	114
<b>33</b>	4	5	7	22	89	67	150	121
<b>38</b>				12		41		78
<b>41</b>	145	190	266	663	2 219	1 969	3 716	2 518
<b>42</b>	26	23	36	73	245	216	399	254
<b>43</b>	82	115	107	312	1 187	1 030	1 837	1 347
<b>45</b>	49	64	55	248	878	778	1 182	963
<b>46</b>	239	281	302	758	3 139	2 494	4 065	2 892
<b>47</b>	232	247	265	1 096	3 770	3 433	4 782	4 208
<b>49</b>	60	67	66	189	763	748	1 236	1 003
<b>52</b>	5	6	16	31	115	94	135	137
<b>55</b>		10	12	22	236	175	249	288
<b>56</b>	84	102	115	439	2 005	1 827	3 242	2 642
<b>58</b>	12	10	11	37	134	124	232	141
<b>59</b>	6	5	6	16	92	64	152	107
<b>61</b>	4			9	48		117	66
<b>62</b>	12	14	15	68	285	270	442	379
<b>63</b>						60	105	86
<b>64</b>	5	6	7	36	145	164	269	194
<b>66</b>			6	17	81	68	124	161
<b>68</b>	48	72	76	313	1 294	1 048	1 707	1 399
<b>69</b>	18	12	16	48	305	311	405	287
<b>70</b>	20	14	18	120	641	687	898	805
<b>71</b>	13	16	31	105	524	447	554	482
<b>73</b>	14	19	20	76	255	233	417	320
<b>74</b>	8	7	3	46	260	244	361	412
<b>77</b>	7	10	5	26	127	101	194	163
<b>78</b>	5	5	5		56		95	77
<b>79</b>	5	6	15	19	63	72	110	112
<b>81</b>	8	13	11	30	178	166	330	250
<b>82</b>	24	26	38	116	528	528	870	645
<b>85</b>	10	13	22	65	339	348	537	540
<b>86</b>	16	25	20	78	493	544	718	690
<b>88</b>			9		89	92	121	116
<b>90</b>	3			25	102	95	159	116
<b>93</b>	6	12	18	47	239	273	363	375
<b>94</b>		5	12	12		49		
<b>95</b>		5	4	24	76	69	104	101
<b>96</b>	13	19	31	101	611	601	852	733
<b>total</b>	1 546	1 845	2 046	5 993	24 538	21 856	34 945	28 327

Fonte: Elaboração própria

## Anexo B: Identificação dos CAE

CAE	DESIGNAÇÃO
01	Agricultura e produção animal
02	Silvicultura e exploração florestal
03	Pesca e aquicultura
05	Hulha e lenhite - extração
06	Petróleo bruto e gás natura - extração
07	Minérios metálicos - extração
08	Outras indústrias extrativas
09	Serviços para indústrias extrativas
10	Indústrias alimentares
11	Indústria das bebidas
12	Indústria do tabaco
13	Têxteis
14	Vestuário
15	Couro
16	Madeira e da cortiça
17	Papel - fabricantes
18	Suportes gravados
19	Produtos petrolíferos refinados – fabricantes
20	Produtos químicos – fabricantes
21	Produtos farmacêuticos - fabricantes
22	Borracha e matérias plásticas – fabricantes
23	Produtos minerais não metálicos
24	Indústrias metalúrgicas de base
25	Produtos metálicos
26	Equipamentos informáticos – fabricantes
27	Equipamento elétrico – fabricantes
28	Máquinas e equipamentos – fabricantes
29	Veículos automóveis – fabricantes
30	Equipamento de transporte – fabricantes
31	Mobiliário e colchões – fabricantes
32	Outras indústrias transformadoras
33	Máquinas e equipamentos – reparação, manutenção e instalação
35	Climatização
36	Captação, tratamento e distribuição de água
37	Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais
38	Resíduos
39	Descontaminação e atividades similares
41	Promoção imobiliária
42	Engenharia civil
43	Construção especializada
45	Automóveis e motociclos
46	Comércio por grosso
47	Comércio a retalho
49	Transportes terrestres
50	Transportes por água

51	Transportes aéreos
52	Armazenagem
53	Correios
55	Alojamento
56	Restauração e similares
58	Edição
59	Áudio – visual
60	Rádio e televisão
61	Telecomunicações
62	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas
63	Serviços de informação
64	Serviços financeiros
65	Seguros e fundos de pensões
66	Serviços financeiros e seguros – atividades auxiliares
68	Imobiliárias
69	Advogados e contabilistas
70	Gestão de empresas
71	Arquitetura
72	Investigação científica
73	Publicidade
74	Consultoria técnica
75	Veterinários
77	Aluguer
78	Emprego
79	Viagens
80	Investigação e segurança
81	Manutenção de edifícios
82	Serviços prestados às empresas
84	Administração pública
85	Educação
86	Saúde
87	Apoio sociais com alojamento
88	Apoio social sem alojamento
90	Teatro, música, dança e outras atividades artísticas e literárias
91	Bibliotecas, arquivos e museus
92	Lotarias e outros jogos de apostas
93	Desporto
94	Organizações associativas
95	Reparações
96	Outras atividades de serviços pessoais
97	Famílias empregadoras de pessoal doméstico
98	Bens e serviços para uso próprio
99	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: Elaboração própria



## Anexo C: Dissoluções globais vs. Ponderação por distrito, 2008 a 2015

2008			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Ponderação
Lisboa	16 481	Braga	11,83%
Porto	10 294	Porto	10,88%
Braga	4 426	Coimbra	10,10%
Setúbal	1 977	Lisboa	9,47%
Aveiro	1 855	Viseu	8,85%
Coimbra	1 831	Castelo Branco	7,55%
Leiria	1 247	Portalegre	7,47%
Faro	1 160	Viana Castelo	6,86%
Viseu	1 133	Vila Real	6,84%
Santarém	958	Setúbal	5,66%
Madeira	775	Aveiro	5,61%
Viana Castelo	559	Guarda	5,53%
Castelo Branco	528	Leiria	5,13%
Vila Real	422	Bragança	5,08%
Évora	327	Évora	5,07%
Portalegre	327	Santarém	4,85%
Guarda	297	Açores	4,76%
Açores	247	Faro	4,50%
Bragança	211	Madeira	4,41%
Beja	194	Beja	3,98%

2009			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Ponderação
Lisboa	16 125	Madeira	12,41%
Porto	6 630	Setúbal	11,59%
Setúbal	4 154	Faro	9,81%
Aveiro	2 985	Lisboa	9,01%
Braga	2 741	Aveiro	8,88%
Faro	2 653	Castelo Branco	8,55%
Madeira	2 237	Santarém	8,40%
Leiria	1 869	Vila Real	8,29%
Santarém	1 712	Açores	7,86%
Coimbra	1 209	Portalegre	7,79%
Viseu	979	Bragança	7,78%
Castelo Branco	619	Leiria	7,48%
Vila Real	539	Viseu	7,36%
Viana Castelo	481	Braga	7,03%
Açores	434	Porto	6,78%
Guarda	354	Coimbra	6,49%
Portalegre	353	Guarda	6,46%
Bragança	341	Beja	5,97%
Beja	308	Viana Castelo	5,70%
Évora	272	Évora	4,04%

Fonte: Elaboração própria

2010			
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Dissoluções</b>	<b>Distrito</b>	<b>Ponderação</b>
<b>Lisboa</b>	9 521	<b>Lisboa</b>	5,56%
<b>Porto</b>	3 160	<b>Beja</b>	5,38%
<b>Braga</b>	1 422	<b>Madeira</b>	5,18%
<b>Setúbal</b>	1 226	<b>Bragança</b>	4,22%
<b>Aveiro</b>	1 148	<b>Braga</b>	3,85%
<b>Madeira</b>	932	<b>Leiria</b>	3,56%
<b>Faro</b>	916	<b>Castelo Branco</b>	3,54%
<b>Leiria</b>	890	<b>Vila Real</b>	3,51%
<b>Santarém</b>	669	<b>Viseu</b>	3,47%
<b>Coimbra</b>	550	<b>Aveiro</b>	3,42%
<b>Viseu</b>	453	<b>Viana Castelo</b>	3,41%
<b>Viana Castelo</b>	289	<b>Setúbal</b>	3,41%
<b>Beja</b>	286	<b>Porto</b>	3,40%
<b>Castelo Branco</b>	254	<b>Faro</b>	3,33%
<b>Vila Real</b>	231	<b>Santarém</b>	3,26%
<b>Évora</b>	223	<b>Évora</b>	3,24%
<b>Bragança</b>	191	<b>Guarda</b>	3,23%
<b>Guarda</b>	178	<b>Portalegre</b>	3,16%
<b>Portalegre</b>	141	<b>Coimbra</b>	3,09%
<b>Açores</b>	118	<b>Açores</b>	2,09%

2011			
<b>Distrito</b>	<b>Nº de Dissoluções</b>	<b>Distrito</b>	<b>Ponderação</b>
<b>Lisboa</b>	11 509	<b>Madeira</b>	8,40%
<b>Porto</b>	5 653	<b>Lisboa</b>	7,04%
<b>Braga</b>	2 167	<b>Faro</b>	6,50%
<b>Setúbal</b>	2 073	<b>Porto</b>	6,14%
<b>Aveiro</b>	1 892	<b>Setúbal</b>	6,14%
<b>Faro</b>	1 710	<b>Vila Real</b>	6,13%
<b>Madeira</b>	1 386	<b>Braga</b>	5,89%
<b>Santarém</b>	1 093	<b>Aveiro</b>	5,85%
<b>Coimbra</b>	909	<b>Santarém</b>	5,51%
<b>Leiria</b>	869	<b>Viseu</b>	5,41%
<b>Viseu</b>	703	<b>Viana Castelo</b>	5,26%
<b>Viana Castelo</b>	450	<b>Coimbra</b>	5,16%
<b>Vila Real</b>	403	<b>Portalegre</b>	5,11%
<b>Castelo Branco</b>	289	<b>Açores</b>	4,88%
<b>Évora</b>	277	<b>Beja</b>	4,84%
<b>Açores</b>	274	<b>Bragança</b>	4,75%
<b>Beja</b>	258	<b>Guarda</b>	4,53%
<b>Guarda</b>	249	<b>Castelo Branco</b>	4,16%
<b>Portalegre</b>	226	<b>Évora</b>	3,92%
<b>Bragança</b>	214	<b>Leiria</b>	3,55%

Fonte: Elaboração própria

2012			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Ponderação
Lisboa	9 241	Porto	6,33%
Porto	6 035	Madeira	6,17%
Braga	2 329	Braga	6,07%
Setúbal	1 952	Aveiro	5,85%
Aveiro	1 949	Castelo Branco	5,78%
Faro	1 431	Lisboa	5,65%
Leiria	1 155	Setúbal	5,60%
Madeira	1 008	Faro	5,29%
Santarém	957	Vila Real	5,05%
Coimbra	880	Viana Castelo	5,04%
Viseu	658	Viseu	4,89%
Viana Castelo	449	Coimbra	4,85%
Castelo Branco	414	Santarém	4,71%
Vila Real	344	Leiria	4,63%
Évora	261	Guarda	4,05%
Guarda	228	Beja	4,00%
Beja	216	Portalegre	3,91%
Bragança	181	Bragança	3,84%
Portalegre	179	Évora	3,60%
Açores	165	Açores	2,83%

2013			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Ponderação
Lisboa	6 049	Madeira	7,18%
Porto	5 176	Porto	5,44%
Braga	1 843	Castelo Branco	4,77%
Setúbal	1 375	Braga	4,74%
Aveiro	1 220	Bragança	4,73%
Faro	1 217	Faro	4,55%
Madeira	1 124	Vila Real	4,08%
Leiria	964	Setúbal	3,98%
Santarém	713	Guarda	3,89%
Coimbra	630	Leiria	3,82%
Viseu	462	Viana Castelo	3,81%
Castelo Branco	348	Lisboa	3,78%
Viana Castelo	346	Aveiro	3,69%
Vila Real	277	Santarém	3,53%
Bragança	226	Coimbra	3,46%
Guarda	222	Viseu	3,42%
Évora	215	Beja	3,14%
Beja	172	Açores	2,96%
Açores	166	Évora	2,93%
Portalegre	108	Portalegre	2,35%

Fonte: Elaboração própria

2014			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Ponderação
Lisboa	12 562	Setúbal	11,35%
Porto	7 099	Faro	9,08%
Setúbal	3 938	Aveiro	8,65%
Aveiro	2 866	Lisboa	7,85%
Faro	2 442	Santarém	7,64%
Braga	2 274	Porto	7,42%
Santarém	1 544	Braga	5,76%
Leiria	884	Madeira	5,50%
Madeira	851	Açores	4,61%
Coimbra	789	Bragança	4,56%
Viseu	622	Viseu	4,54%
Viana Castelo	360	Castelo Branco	4,47%
Castelo Branco	328	Vila Real	4,45%
Vila Real	307	Coimbra	4,29%
Évora	283	Beja	4,07%
Açores	251	Viana Castelo	3,89%
Beja	228	Évora	3,75%
Bragança	225	Guarda	3,64%
Guarda	212	Portalegre	3,51%
Portalegre	165	Leiria	3,47%

2015			
Distrito	Nº de Dissoluções	Distrito	Ponderação
Lisboa	7 972	Coimbra	7,28%
Porto	4 869	Madeira	5,77%
Braga	2 210	Viana Castelo	5,75%
Setúbal	1 858	Braga	5,45%
Aveiro	1 745	Setúbal	5,24%
Coimbra	1 369	Aveiro	5,16%
Faro	1 231	Porto	5,03%
Leiria	1 102	Viseu	4,92%
Santarém	991	Lisboa	4,87%
Madeira	874	Santarém	4,83%
Viseu	693	Vila Real	4,58%
Viana Castelo	549	Faro	4,50%
Vila Real	324	Castelo Branco	4,39%
Castelo Branco	323	Bragança	4,33%
Évora	296	Leiria	4,28%
Guarda	252	Guarda	4,26%
Açores	217	Açores	4,11%
Bragança	217	Portalegre	3,83%
Beja	200	Évora	3,81%
Portalegre	186	Beja	3,46%

Fonte: Elaboração própria

#### Anexo D: Posição de Distrito com recurso ao indicador de dissolução

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	19º	20º
<b>2008</b>	Braga	Porto	Coimbra	Lisboa	Viseu	Castelo Branco	Portalegre	Viana Castelo	Vila Real	Setúbal	Aveiro	Guarda	Leiria	Bragança	Évora	Santarém	Açores	Faro	Madeira	Beja
<b>2009</b>	Madeira	Setúbal	Faro	Lisboa	Aveiro	Castelo Branco	Santarém	Vila Real	Açores	Portalegre	Bragança	Leiria	Viseu	Braga	Porto	Coimbra	Guarda	Beja	Viana Castelo	Évora
<b>2010</b>	Lisboa	Beja	Madeira	Bragança	Braga	Leiria	Castelo Branco	Vila Real	Viseu	Aveiro	Viana Castelo	Setúbal	Porto	Faro	Santarém	Évora	Guarda	Portalegre	Coimbra	Açores
<b>2011</b>	Madeira	Lisboa	Faro	Porto	Setúbal	Vila Real	Braga	Aveiro	Santarém	Viseu	Viana Castelo	Coimbra	Portalegre	Açores	Beja	Bragança	Guarda	Castelo Branco	Évora	Leiria
<b>2012</b>	Porto	Madeira	Braga	Aveiro	Castelo Branco	Lisboa	Setúbal	Faro	Vila Real	Viana Castelo	Viseu	Coimbra	Santarém	Leiria	Guarda	Beja	Portalegre	Bragança	Évora	Açores
<b>2013</b>	Madeira	Porto	Castelo Branco	Braga	Bragança	Faro	Vila Real	Setúbal	Guarda	Leiria	Viana Castelo	Lisboa	Aveiro	Santarém	Coimbra	Viseu	Beja	Açores	Évora	Portalegre
<b>2014</b>	Setúbal	Faro	Aveiro	Lisboa	Santarém	Porto	Braga	Madeira	Açores	Bragança	Viseu	Castelo Branco	Vila Real	Coimbra	Beja	Viana Castelo	Évora	Guarda	Portalegre	Leiria
<b>2015</b>	Coimbra	Madeira	Viana Castelo	Braga	Setúbal	Aveiro	Porto	Viseu	Lisboa	Santarém	Vila Real	Faro	Castelo Branco	Bragança	Leiria	Guarda	Açores	Portalegre	Évora	Beja

Fonte: Elaboração própria